

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

TIAGO MARCELO TREVIZANI

**CARTAS DO HOSPÍCIO:  
POLÍTICAS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO – POÉTICAS DA ESCRITURA  
– MURMÚRIOS DO ARQUIVO**

PORTO ALEGRE

2019

**TIAGO MARCELO TREVIZANI**

**CARTAS DO HOSPÍCIO:  
políticas da memória e do esquecimento – poéticas da escritura  
– murmúrios do arquivo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora:  
Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva

Linha de Pesquisa:  
Clínica, Subjetividade e Política

Porto Alegre

2019

**Tiago Marcelo Trevizani**

**CARTAS DO HOSPÍCIO:  
políticas da memória e do esquecimento – poéticas da escritura  
– murmúrios do arquivo**

**Banca examinadora**

---

**Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva – Orientadora**  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

**Profa. Dra. Betina Hilleshein**  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

---

**Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa**  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

**Prof. Dr. Luis Antonio dos Santos Baptista**  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Universidade Federal Fluminense – UFF

**Para Pedrina e Rosauero,**  
(in memoriam).



## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é trazer à memória. É lembrar-se com afeto e alegria do gesto sensível daqueles que emprestaram alguns fios que tecem as palavras desta tese.

Agradeço à minha orientadora, Professora Rosane Neves, por embarcar comigo nesta jornada, alumando o caminho. Por percorrermos juntos os becos e avenidas de uns lugares inventados, levando conosco algumas cartas de outros tempos.

Às Professoras Betina Hilleshein e Claudia Caimi e aos Professores Luciano Bedin e Luis Antonio Baptista pela generosidade das suas contribuições e pela leitura atenciosa dos meus escritos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, pelo compromisso com a educação pública de qualidade e socialmente comprometida. Aos Professores, pelos encontros inspiradores e ao Secretário Israel Aquino, pela solicitude de sempre.

À Losi, minha amada! Quem acompanhou mais de perto a feitura deste trabalho. Obrigado pelo companheirismo, amizade e amor. Por sonharmos de mãos dadas. Por vivermos juntos coisas tão lindas.

Aos meus filhos, Laura e Lucas. Com eles a casa se encheu de música, movimentos e desenhos nas paredes. Obrigado por me ensinarem a olhar com encantamento as grandezas do ínfimo. Por me fazerem amar de um modo que eu jamais imaginei ser possível.

Aos meus pais, Elci e Ana, mestres admiráveis. Pelo amável, constante e terno apoio.

Ao meu irmão, pela cumplicidade.

Aos meus sogros e cunhados, por terem se achegado em minha vida.

À memória dos meus avós. À vó Alzira, por suas orações.

Aos colegas do NAP, da SMED de Novo Hamburgo, por construirmos todos os dias um espaço de muitas aprendizagens.

A Deus, pela fé e a esperança.

## RESUMO

O encontro ao acaso com algumas correspondências escritas no início do século XX, por pacientes do antigo Hospício São Pedro, localizado em Porto Alegre (Rio Grande do Sul/Brasil) é o que anima e movimenta a escrita desta tese. Durante o desenvolvimento de uma outra pesquisa nos arquivos da instituição, foram localizadas inesperadamente dezessete cartas escritas por Pierina e Isauro, entre os anos 1909 e 1912, as quais foram anexadas aos seus prontuários, ficando, assim, impedidas de chegarem aos seus destinatários. Os procedimentos de exclusão e a regulação dos discursos daqueles que eram tidos como loucos operou um silenciamento desses sujeitos, tomando seus escritos, exclusivamente, como referentes da sua suposta loucura; entende-se que a dinâmica das relações de poder é capaz de produzir “vidas memoráveis” e “vidas pouco dignas de serem lembradas”. Lembrar-se do passado, nesse sentido, significa intervir no presente, pois, quando as memórias são negligenciadas, as mazelas do passado incidem sobre o presente, repetindo-se indiscriminadamente. O encontro com as cartas, além disso, fizeram aparecer a necessidade de pensar sobre o arquivo e sua pluralidade de sentidos. A partir da relação do arquivo com o tempo, os espaços, as coisas e as palavras, são esboçados alguns traços que compõem uma espécie de mapa conceitual. No que tange às palavras, elas são tomadas como testemunho e como escritura. Como testemunho, sustentam a tensão entre o dizível e o indizível, entre a urgência e a impossibilidade de narração de uma catástrofe. Como escritura, assumem sua dimensão poética, pois, ao escrever, um escritor fabrica para si uma língua, provocando desterritorializações na sua ortodoxia sintática, semântica e ortográfica; entende-se que a escritura pode ser um modo de lidar com a dor, ao passo que potencializa a vida e alarga os sentidos do mundo. No que se refere às cartas do hospício, a pesquisa não se propôs a julgar se o seu conteúdo correspondia à verdade ou se eram produções delirantes daqueles que as escreveram; ademais, evitaram-se as interpretações e as tentativas de estabelecer o que os autores quiseram dizer, assim como se buscou esquivar-se da audácia de falar por ou no lugar daqueles que foram silenciados. A tese constitui-se como um envelope para essas cartas que foram esquecidas, fazendo ecoar as vozes daqueles que pouco puderam falar de si.

**Palavras-chave:** Cartas do hospício. Memória e esquecimento. Arquivo. Testemunho. Escritura.

## ABSTRACT

The encounter by chance with some correspondences written in the early twentieth century by patients of the former Hospice São Pedro, located in Porto Alegre (Rio Grande do Sul / Brazil) is what animates and moves the writing of this thesis. During the development of another research in the archives of the institution, seventeen letters were unexpectedly located; those letters, written by Pierina and Isauro, between 1909 and 1912, were attached to their medical records, thus being prevented from reaching their recipients. The procedures of exclusion and the regulation of the discourses of those who were considered crazy operated a silence of these subjects, taking their writings exclusively as referents of their supposed madness; it is understood that the dynamics of power relations are capable of producing “memorable lives” and “lives not worthy of being remembered”. Remembering the past, in this sense, means intervening in the present, because when memories are neglected, the ills of the past turned up on the present, repeating themselves indiscriminately. The encounter with the letters, moreover, has become necessary to think about the archive and its plurality of meanings. Starting from the relation of the archive with time, spaces, things and words, some traces that make up a kind of a conceptual map are outlined. The words are taken as testimony and as scripture. As a testimony, the words support the tension between the sayable and the unsayable, between the urgency and the impossibility of narrating a catastrophe. As scripture, they assume their poetic dimension, because, when writing, a writer constructs for himself a language, provoking deterritorializations in syntactic, semantic and orthographic orthodoxy; the scripture is understood as a way of dealing with the pain, while empowering the life and expanding the senses of the world. In relation to the hospice letters, the research did not set out to judge whether their contents corresponded to the truth or were delirious productions of those who wrote them; In addition, interpretations and attempts to establish what the authors intended to say were avoided, as well as to dodge the audacity of speaking for or in the place of those who were silenced. The thesis is an envelope for these forgotten letters, echoing the voices of those who could speak little of themselves.

**Keywords:** Letters from the hospice. Memory and forgetfulness. Archive. Testimony. Scripture.

# Sumário

Notas de abertura.....	11
Cartas do hospício: murmúrios do arquivo .....	12
Sobre o hospício.....	17
Parte I	
Políticas da Memória e do Esquecimento .....	24
Lembrar e esquecer: considerações ético-políticas.....	25
A luta contra o esquecimento.....	26
Usos e abusos da memória e do esquecimento .....	31
A memória bruta dos combates – Dom Quixote, os moinhos de vento e um labirinto.....	40
Parte II	
Arquivo .....	45
Traços para composição de um mapa do arquivo .....	46
Traço 1: Arquivo e documentos – os lugares da memória .....	48
Traço 2: Arquivo e coleção – a coleta de restos e resíduos.....	55
Traço 3: Arquivo e práticas discursivas – o dito e o não-dito .....	61
Traço 4: Arquivo e testemunho – o dizível e o indizível .....	66
O Pesquisador-testemunha – a tarefa de fazer ecoar as vozes silenciadas.....	75

### Parte III

Cartas do Hospício.....	85
O carteiro.....	86
As cartas.....	90

### Parte IV

Poéticas da Escrita .....	154
Sobre cartas e epistolografias .....	155
Palavras desacostumadas – a escritura e a fabricação de uma língua .....	163
A dor e as palavras – a escritura como possibilidade de insurgência.....	169
A quem pertence uma carta? .....	174
Posta-Restante.....	179
Referências .....	183
Índice de imagens .....	191

# Notas de abertura

## Cartas do hospício: murmúrios do arquivo

Daquelas vidas só sobraram algumas poucas páginas... Papéis que resistiram às intempéries, à umidade, às traças e a outras deteriorações que o tempo pode acarretar. O arquivo provoca um certo assombro no pesquisador... Há um rumor a ser escutado...

Nossas incursões pelos arquivos do Hospital Psiquiátrico São Pedro começaram durante a pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, quando remexíamos as caixas empoeiradas com prontuários de pacientes internados no antigamente denominado Hospício São Pedro<sup>2</sup>.

No acervo de prontuários consultados, encontramos aquilo que Foucault (2006a) chamaria de uma “antologia de existências”. Existências anômalas, degeneradas, perigosas e desprezíveis. Vidas destinadas a passar sem deixar rastros. Vidas esquecidas, marginalizadas, silenciadas pelo apagamento manicomial. Na maioria dos prontuários, encontramos apenas sucintos registros daquilo que, por algum motivo, mereceu um gesto de escrita daqueles que testemunharam um instante da vida dos “alienados” do São Pedro.

O poder que espreitava as suas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam. (FOUCAULT, 2006a, p. 207).

---

<sup>1</sup> TREVIZANI, Tiago Marcelo. **Camisa de força para menores: a patologização de crianças e adolescentes (Hospício São Pedro, 1884-1929)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

<sup>2</sup> O Hospício São Pedro, hoje denominado Hospital Psiquiátrico São Pedro, foi o primeiro hospício de alienados do Rio Grande do Sul. Fundado em Porto Alegre no final do Segundo Reinado (em 29 de junho de 1884), foi um verdadeiro baluarte da medicina social gaúcha dos séculos XIX e XX. Um asilo para guardar “loucos” e outros “indesejáveis” que não contribuía com os ideais do progresso e com o projeto de desenvolvimento urbanístico da época.

Os papéis dos prontuários – outrora tão alvos como os ideais higienistas prescritos à época, hoje amarelados pelos efeitos do tempo – retratam uma série de fragmentos biográficos contados pela pena do alienista, do padre, do chefe de polícia<sup>3</sup> e de outros personagens que, no exercício de suas funções, colocavam-se a escrever sobre a vida daqueles que eram tidos como loucos; daqueles cujas histórias de vida em algum momento cruzavam com o hospício da capital gaúcha.

As caligrafias fascinam: seja pelos rabiscos apressados e descuidados, que exigem um esforço de deciframento de quem se propõe à leitura, seja por seus traços ortodoxos e retilíneos, como os preceitos morais e normativos da época, ou, ainda, porque fazem o leitor de alguns daqueles manuscritos acompanhar, imaginariamente, a coreografia da mão que conduzia a pena junto ao papel, num traçado exageradamente suntuoso e hiperbólico, como que esculpindo o altar-mor de uma catedral barroca – o que parece transparecer um certo exibicionismo daquele que podia escrever, num tempo em que uma parcela expressiva da população não tinha acesso às primeiras letras.

No arquivo o olhar do pesquisador se torna escuta... Escuta-se com o corpo todo. As luvas de látex, indispensáveis para o manuseio dos documentos, não impedem que sejamos tocados por eles. Sim, os documentos são vivos. É impossível não se contaminar com eles. Carrega-se no corpo a poeira do arquivo. Em nossas roupas se prendem os farelos que se soltam do papel amarelado, que narram algo daquelas vidas também estilhaçadas. O cheiro de papel velho faz lembrar como são inconfundíveis os cheiros impregnados nos corredores do São Pedro. A pele e os olhos coçam. Os inevitáveis e sucessivos espirros são o sintoma de um corpo que se afeta e reage a essa multidão de histórias. Desavisadamente, poderíamos dizer-nos acometidos de uma alergia, de um quadro de rinite ou sinusites, mas é o corpo que inflama ante os sussurros das vozes silenciadas daqueles que pouco puderam dizer de si.

Nas suas copiosas jornadas nos arquivos judiciais franceses do século XVIII, Arlette Farge (1989) diz:

---

<sup>3</sup> A força policial incidia muito diretamente na vida dos sujeitos que “soffrem das faculdades mentaes”. Os prontuários mostram que, na maioria dos casos, a solicitação de internação no Hospício São Pedro era feita pela Chefatura de Polícia. Era comum que os alienados ficassem presos no xadrez da Chefatura até a admissão no asilo.

Inverno e verão ele é gelado, os dedos adormecem enquanto decifram e se tingem de uma poeira fria ao contato com seu papel amarelado e em farrapos [...] os cantos devorados pelo tempo ou pelos roedores [...] manipulam-se [os documentos] lentamente, pelo medo de que um inofensivo começo de deterioração não se torne definitivo. [...] O arquivo é uma brecha dentro do tecido dos dias, o aparecimento tenso de um acontecimento inesperado. Nele, o foco está sobre alguns instantes da vida de personagens ordinários, raramente visitados pela história [...]. O arquivo não escreve as páginas da história. Ele descreve com palavras corriqueiras o irrisório e o trágico num mesmo tom. (FARGE, 1989, p. 7; 13, tradução nossa).

Partindo da sua experiência com os arquivos de hospitais psiquiátricos, Murat (2012) afirma que é muito difícil pensarmos a história da loucura desvinculada da história do alienismo e da psiquiatria, pois o discurso do louco, na maioria das vezes, nos é dado pela escrita do médico que o interpreta e o descreve. Conforme a autora (2012, p.37): “A fala do louco se aloja no discurso do psiquiatra que a transcreve”.

Essa constatação inquieta-nos sobremaneira na leitura que fazemos dos prontuários do São Pedro. Isso porque os registros dos médicos e alienistas costumam atender a uma pressa burocrática, sendo que pouco se diz sobre os sujeitos. Exemplo disso são as evoluções clínicas do prontuário de Anita<sup>4</sup>, uma jovem de Santa Cruz/RS internada em 1895. Por anos e anos, o registro dos médicos não ocupava mais do que uma linha e ali se repetia a mesma escrita no campo “Observação Psiquiátrica<sup>5</sup>”: “Revisada. Nada de anormal”. “Sem alteração no estado mental”; “Mesmo estado mental”; “Idem, idem”. Em uma anotação um pouco mais demorada, consta: “Riso imotivado. Negativismo. Mussitação [que é um murmúrio em voz baixa]. Gatismo [incontinência de urina ou fezes]”. Depois de muitos anos no São Pedro, alguém registrou que ela só falava em alemão. Em um dos últimos registros do seu prontuário, quem a examinava escreveu: “Apresenta aspecto senil. Fisionomia de expressão apagada. Não conseguimos que se expressasse em português. Disse palavras em alemão”.

Poucas vezes encontramos nos prontuários algum escrito entre aspas, uma descrição mais demorada de um “delírio”, as histórias das fugas do hospício, os espalhafatos, as balbúrdias e os esparramos dos loucos, enfim, qualquer outra coisa

---

<sup>4</sup> Os nomes foram substituídos por pseudônimos para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa; em alguns casos usou-se apenas o primeiro nome. Foram mantidos os nomes de pessoas tidas como “figuras públicas”.

<sup>5</sup> As citações diretas das fontes foram transcritas conforme aparecem nos documentos. Comentários, indicações de rasura ou de outras impossibilidades de leituras aparecerão neste texto entre colchetes.

“tida como sem importância” – “as coisas que não levam a nada têm grande importância”, adverte-nos o poeta. (BARROS, 2010, p. 145).

Era difícil achar naqueles prontuários algo que provocasse alguma ruptura no discurso naturalizado do alienista, com suas repetições intermináveis e suas reiterações da loucura. No entanto, foi nessa busca distraída que encontramos o material que vem se constituindo como nosso acervo documental para a análise que empreendemos nesta pesquisa de doutorado. Trata-se das cartas do hospício.

Dentro de alguns prontuários estão arquivadas cartas escritas pelos então pacientes do Hospício São Pedro. Algumas delas endereçadas aos pais, aos familiares ou aos amigos. Cartas que nunca foram entregues aos seus destinatários. Cartas escritas no contexto de uma instituição asilar que previa como medida terapêutica o isolamento manicomial e que parece não pressupor que os “deserdados da razão” poderiam ter algo a dizer.

O encontro com essas cartas foi ao acaso. Semelhante àquele que anda distraído na beira da praia e, sem esperar, tropeça em uma garrafa, ficando ao mesmo tempo surpreso e assombrado pela mensagem que ela contém. Encontramos dezessete cartas, escritas por dois autores, Pierina<sup>6</sup> e Isauro, que escreveram no início do século XX, entre os anos 1909 e 1912. Nas epístolas, os internos do Hospício São Pedro escrevem sobre suas vidas, suas desventuras e seu cotidiano. Pedem notícias da tia que ficou doente de cama; pedem rosários para as suas preces, travesseiros e cobertas por causa do frio; pedem que busquem suas roupas que ficaram com a lavadeira; suplicam que lhes tirem do hospício... Há declarações de amor, pedidos de desculpas e confissões que nunca foram lidas pelas pessoas a quem se endereçavam. As únicas correspondências que talvez tenham sido lidas pelos destinatários foram aquelas endereçadas aos médicos assistentes do hospício. Vale dizer que tanto Pierina, quanto Isauro remeteram cartas aos alienistas do São Pedro.

Há uma multidão de histórias esquecidas que se aglomeram nas caixas e prateleiras empoeiradas dos arquivos históricos. Algumas delas passam a ter visibilidade pelo encontro ao acaso do pesquisador com os documentos, como afirma Lobo (2008, p. 18):

---

<sup>6</sup> Em relação ao pseudônimo de “Pierina”, escolhemos usar o mesmo que aparece em um outro estudo, que fora desenvolvido por Wadi (2003). A pesquisadora também trabalhou com documentos dessa paciente.

O que as faz às vezes ressurgir [as histórias] é o acaso do encontro de documentos esparsos com a intenção de quem as perscruta. Nada têm de grandioso [essas vidas], mas guardam certa grandeza no sofrimento, revelam muito do seu tempo em seu fugidio clarão, e certamente, foram objeto de ódio, piedade ou desprezo de seus contemporâneos. Foram vidas detidas por uma instituição, aprisionadas pelas condições que lhes foram impostas, maldições das relações de poder, e das quais restam apenas alguns vestígios, poucas frases, atas apressadas e documentos burocráticos, prontuários médicos, pequenos relatos, fotos e imagens desbotadas de sua má sorte. Esse acontecimento tão pouco provável que as faz reaparecer em sua insignificância pôde dar-se não só pela paciência de quem as leu com intensidade, mas principalmente porque conseguiram sobreviver ao descuido a que está relegada a maior parte dos arquivos brasileiros.

O desassossego do encontro com essas cartas é o que anima e movimenta nossa escrita. Fomos interpelados por aquele encontro irremissível naquela tarde no arquivo histórico. O silêncio abismal que envolvia aqueles documentos empoeirados fora perturbado. Estava claro que não poderíamos calar ante os rumores que soavam do arquivo. Esta tese é fruto dessas inquietações.

Cada uma das partes da tese reúne algumas reflexões que o encontro com esses documentos suscitaram, constituindo nossas “anotações de pesquisa”. Apresentamos, inicialmente, alguns tópicos sobre a história do alienismo e da psiquiatria, destacando o Hospício São Pedro, o cenário onde as cartas foram escritas, assim como os modos de tratamento da loucura em outras épocas. Na sequência, discorreremos sobre as *“Políticas da memória e do esquecimento”*, procurando dar visibilidade aos embates que envolvem os processos “do lembrar e do esquecer”, isso quer dizer, o que torna algo digno da lembrança e o que faz com que determinadas vidas e certos acontecimentos sejam relegados ao esquecimento. Desenvolvemos, na continuidade, a noção de *“Arquivo”*, esboçando traços que desenham um mapa conceitual que abarca algumas abordagens dessa temática. Por fim, tomamos a escritura como objeto de análise e discussão em *“Poéticas da escritura”*. Essas nossas “anotações de pesquisa” compõem o que poderíamos chamar de um sobrescrito, um envelope, que envolve aquilo que desejamos de fato destacar: as *“Cartas do Hospício”*.

Na parte central do texto o leitor encontrará as fotografias das epístolas escritas por Pierina e Isauro que foram registradas por nós no momento em que as encontramos dentro dos prontuários, seguidas de suas respectivas transcrições. As fotos são antecedidas por um pequeno ensaio intitulado “O carteiro”, no qual

apresentamos esse personagem-dispositivo que tem uma função preponderante do ponto de vista metodológico.

As fotografias foram feitas com os recursos que na ocasião tínhamos disponíveis; utilizamos para o registro a câmera de um aparelho de telefone celular, o que justifica as condições um tanto “amadoras” dessas fotos. As transcrições respeitaram o modo de escrita dos autores, de maneira que foram evitadas, sempre que possível, as interferências no texto (exceto a substituição dos nomes por pseudônimos para a não-identificação dos autores, destinatários e demais pessoas citadas no texto). Não foi possível a leitura de alguns trechos devido a rasuras ou danos que o papel sofreu em razão do tempo, ou mesmo por causa de sua encadernação no prontuário que, por vezes, escondia trechos próximos à margem; nesses casos acrescentamos à transcrição algum comentário entre colchetes.

A decisão de colocar as fotos nesse lugar específico, no meio da tese, foi proposital, uma vez que esses documentos não constituem um anexo da pesquisa, mas sim o objeto que mobiliza o desejo de escrever. As cartas estão no meio do texto, pois elas estão na tessitura de cada palavra aqui escrita.

Ao longo do texto, encontrar-se-ão os vestígios do labor que envolve a fabricação dos conceitos que permeiam a tese, construídos junto com os autores e autoras com quem dialogamos durante a pesquisa; há algumas referências do campo das artes, que se colocam como intercessoras deste trabalho; arriscamos algumas experimentações literárias e ficcionais na tentativa de “dar língua aos afetos que pedem passagem” nesse campo de intensidades que é o pesquisar. (ROLNIK, 2007, p. 23).

## **Sobre o hospício**

Desde que os leprosários foram esvaziados, no final da Idade Média, os mesmos dispositivos de segregação e de exclusão passaram a ser habitados por outros personagens. “Pobres, vagabundos, presidiários e ‘cabeças alienadas’

[assumiram] o papel abandonado pelo lazarento”. (FOUCAULT, 2007, p. 6). O grande internamento da loucura, que se efetivou especialmente a partir do século XVIII, previa a internação e o isolamento nos hospícios como uma “medida terapêutica”, baseada na reclusão e, ao mesmo tempo, na suspensão dos direitos civis daqueles acometidos de paixões desviantes e ideias desarrazoadas.

Durante as aulas do curso “O Poder Psiquiátrico”, Foucault (2006b) retoma alguns aspectos do que já havia trabalhado, anteriormente, em sua tese sobre a História da Loucura, publicada originalmente em 1961. (FOUCAULT, 2007). Um dos pontos abordados por ele, em ambos os textos, trata do nascimento da Psiquiatria moderna, que circunscreve a loucura aos domínios da medicina, transformando-a em doença mental.

O autor afirma que um dos marcos fundadores dessa disciplina médica remonta a uma cena épica e emblemática na qual Philippe Pinel liberta os loucos do Hospital de Bicêtre das correntes que os prendiam, imbuído de um espírito humanitário e filantrópico.

[...] qual sentido tinha essa vizinhança que parecia atribuir uma mesma pátria aos pobres, aos desempregados, aos correccionários e aos insanos. É entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá – não nos esqueçamos – que eles os deixarão, não sem antes se vangloriarem por os terem libertado. (FOUCAULT, 2007, p. 48).

O suposto gesto reformador do alienista francês – que, de acordo com Pereira (2004), provavelmente, nunca tenha ocorrido de fato, não passando de uma lenda que confere ares de heroísmo ao início da medicina mental – foi acompanhado pela proposição do tratamento moral dos alienados, desenvolvido por Pinel, em 1801, no seu *Traité Médico-Philosophique sur L'Aliénation Mentale ou La Manie*<sup>7</sup>.

O tratamento moral preconizava o isolamento dos alienados em asilos, onde a própria organização do local teria uma função primordial no desenvolvimento da cura. Além disso, a internação permitia o afastamento dos loucos do contexto desencadeante da sua loucura e possibilitava o acompanhamento intensivo dos, a partir de então, “pacientes” pelo alienista, o qual tinha um papel fundamental no que se refere à ortopedia moral daqueles que estavam “acometidos dos desvios da razão”. (FOUCAULT, 2006b).

---

<sup>7</sup> Traduzido como “Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental ou Mania”, publicado pela Editora da UFRGS, em 2007.

A história da Psiquiatria no Brasil, apresentada nos trabalhos de Machado et al (1978), Costa (1989), Engel (2001) e outros, evidencia os modos como o pensamento do alienismo francês esteve presente nos discursos e nas práticas da psiquiatria brasileira no século XIX e no início do século XX. No Hospício São Pedro em Porto Alegre, assim como em outros estabelecimentos congêneres que foram criados no país naquela mesma época, é perceptível essa influência, considerando o pressuposto da necessidade de isolamento dos alienados como forma de tratamento e correção da loucura.

Sobre a história da fundação de um hospício na capital gaúcha, pode-se dizer que, durante a segunda metade do século XIX, somavam-se reivindicações pela construção de um estabelecimento que recebesse os alienados que andavam vagando pelas ruas da Província de São Pedro. Tais pedidos eram encabeçados principalmente por cidadãos proeminentes, reconhecidos na política e na filantropia provinciana. A preocupação deles acentuou-se quando, em 1854, foram expedidas ordens imperiais que impediam a remessa de novos alienados para o Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro; tornando assim os espaços de internamento da loucura escassos ou inexistentes (WADI, 2002).

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que tinha como vocação a assistência aos pobres, atendendo doentes afetados por moléstias contagiosas, indigentes, desvalidos, órfãos e expostos, fora acionada para acrescentar às suas incumbências o recolhimento dos alienados. Na tentativa de atender a essa demanda, criou-se, então, no início da década de 1860, o Asylo de Alienados da Santa Casa, mas, em pouco tempo, o local estava com sua lotação excedida. A situação das acomodações era ultrajante e não oferecia mínimas condições de asseio e salubridade; as celas nos porões, com paredes úmidas, escuras e frias, eram como verdadeiras masmorras, onde se amontoavam os alienados. A superlotação exigia que alguns fossem encaminhados à Cadeia Pública, onde a situação era ainda mais degradante. O fato de muitos se tornarem pensionistas vitalícios (pois se perdia o contato com as famílias) e, além disso, “inconvenientes”, porque em suas crises rasgavam suas roupas, quebravam utensílios, fazia com que fossem vistos como muito onerosos pela administração.

A falta de acomodação adequada, as dispendiosas despesas que pesavam à filantropia e a inespecificidade da Santa Casa de Misericórdia, no que tange ao tratamento dos alienados, eram argumentos que sustentavam os apelos pela

construção de um hospício no extremo sul do Império. Tais argumentos repetidos insistentemente por mais de duas décadas, contribuíram para que em 1874 fosse assinada uma lei Provincial que autorizava a construção de um hospício em Porto Alegre.

Dez anos depois, foi inaugurado aquele que viria a ser o maior hospício do Rio Grande do Sul. A data escolhida foi 29 de junho de 1884, dia do padroeiro da Província de São Pedro, que empresta o nome também à casa de tratamento dos insanos. Situado a algumas léguas do centro da cidade, na Estrada do Mato Grosso (hoje Avenida Bento Gonçalves), o prédio em estilo neoclássico, depois de completamente pronto, tornou-se um cartão postal de Porto Alegre sendo também registrado pelas lentes do reconhecido fotógrafo Virgílio Calegari.

Imagem 2 – O Hospício São Pedro [1904].



Fonte: Blog “Porto Alegre – uma história fotográfica”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/06/o-hospital-sao-pedro-na-virada-do.html>. Acesso em 05 abril 2019.

Imagem 3 - O Hospício São Pedro – Cartão Postal [1910].



Fonte: Blog “Porto Alegre – uma história fotográfica”<sup>9</sup>

Um asilo para alienados constitui-se como um dos mecanismos do poder disciplinar que age no esquadramento dos corpos e das condutas com a intenção de torná-los dóceis e úteis. A disciplina estabelece a ordem no asilo e, ao mesmo tempo, circunscreve certos modos de exercício do poder, visivelmente localizados na instância médica. (FOUCAULT, 2006b). Nesse contexto específico, a distribuição do poder tende a se dar de forma dissimétrica e não recíproca, produzindo, em alguns casos, aquilo que Foucault (2006c) chamou de estados de dominação, quando as relações de poder, ao invés de serem móveis e dinâmicas, encontram-se cristalizadas e fixas, impedindo a reversibilidade do movimento, restringindo e limitando as práticas de liberdade.

Em termos de uma análise biopolítica, sob o ponto de vista das estratégias de governo da vida desses indivíduos considerados alienados, ocorre a incidência de tecnologias que atualizam, em alguma medida, aquilo que há de grotesco e arbitrário no poder soberano. Os loucos passam a ser condenados ao banimento e ao abandono. Não é por acaso que as palavras banir e abandonar, (assim como o vocábulo bandido) compartilham das mesmas origens etimológicas e

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/06/o-hospital-sao-pedro-na-virado.html>. Acesso em 05 abril 2019.

indicam um certo modo de operação do poder em sua faceta segregadora e excludente. (AGAMBEN, 2010).

Reclusos entre os muros e arames farpados de uma instituição total para loucos e capturados em uma trama discursiva redundante que insiste em reduzi-los exclusivamente aos ditames da “loucura”, os loucos são incluídos no ordenamento social, pela sua exclusão. Os procedimentos de segregação ocorrem por serem “potencialmente perigosos” (perigosos à ordem social, perigosos à raça humana pela transmissão hereditária de suas degenerações). Trata-se, portanto, da emergência de uma vida nua, uma vida indigna de ser vivida. (AGAMBEN, 2010).  
Vidas tidas como insignificantes:

Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos [...]. O termo “notícia” me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. (FOUCAULT, 2006a, p. 203-204).

Talvez isso justifique a banalidade com que o abandono e a morte eram encarados nos hospícios. No São Pedro, por exemplo, um número expressivo de “altas”, mesmo de pacientes bastante jovens, era devido ao falecimento. Aparece de modo recorrente nos prontuários o tétrico registro: “Alta por falecimento”. A causa de muitos destes óbitos era porque os pacientes definhavam e se esvaíam em caquexias, enterites e problemas respiratórios.

Arbex (2013) documenta, através de fotos e relatos, a barbárie ocorrida no Colônia, hospício da cidade mineira de Barbacena, onde dezenas de pacientes morriam diariamente, devido à precariedade das condições de internação, nesse que talvez tenha sido, segundo a autora, o palco do maior genocídio ocorrido no Brasil. Ela reúne um inventário de histórias dos alienados do Colônia. São histórias dos filhos nascidos no hospício e separados de suas “mães loucas”, quando ainda bebês. Histórias do frio, do fedor, da nudez, das mortes e dos esgotos que corriam pelo pátio daquele grande asilo de alienados de Barbacena. Sueli – uma paciente que ficou conhecida pelos atos de violência praticados contra si e contra os outros (atos que respondem à crueldade que a vida lhe reservou) – cantava o seu canto lamento/denúncia:

Ô seu Manoel, tenha compaixão/ Tira nós tudo desta prisão/ Estamos todos de azulão/ Lavando o pátio de pé no chão/ Lá vem a boia do pessoal/ Arroz cru e feijão sem sal/ E mais atrás vem o macarrão/ Parece cola de colar balão/ Depois vem a sobremesa/ Banana podre em cima da mesa/ E logo atrás vêm as funcionárias/ Que são umas putas mais ordinárias. (ARBEX, 2013, p. 126).

A banalidade com que a morte era encarada é proporcional à insignificância atribuída a essas vidas ínfimas, tidas como restos. O discurso *do* louco tende a ser tomado pela insignificância, sendo que, o que costuma ser visibilizado, quase que exclusivamente, é o discurso *sobre* o louco.

Retomando a constatação de Murat (2012), a história da loucura está intrinsecamente associada à história da psiquiatria, isso porque, os minúsculos registros e os minguados punhados de palavras que apontam para algum vestígio sobre a vida dos alienados nos são dados a ver pela escrita de outrem que se pôs a escrever sobre o louco; notamos que a afirmativa da autora é ressonante ao que já havia sido dito por Foucault (1994), em 1961. No prefácio à primeira edição de *Folie et Dérison: histoire de la folie à l'âge classique*, ele declara que a constituição da loucura como doença mental, no século XVIII, estabelece uma separação entre loucura e razão, lançando a primeira no esquecimento e no silêncio. “A linguagem da psiquiatria, que é o monólogo da razão sobre a loucura, estabelece tal silêncio. Eu não vou fazer a história desta linguagem, mas sim, a arqueologia do silêncio”. (p. 160, tradução nossa).

# PARTE I

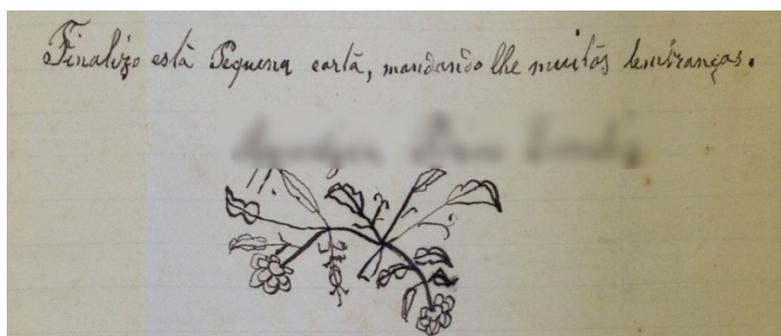
## Políticas da Memória e do Esquecimento

## Lembrar e esquecer: considerações ético-políticas

“Quanto ao doente mental, ele é sem dúvida nenhuma o resíduo de todos os resíduos, o resíduo de todas as disciplinas”. (FOUCAULT, 2006b, p. 67). Considerados como restos, os loucos estão fadados ao esquecimento, como uma operação ativa das relações de poder que são capazes de produzir “vidas memoráveis” e “vidas esquecíveis”. Referimo-nos à instauração de um campo de batalha, como aponta Foucault (1979a; 2011a), no qual alguns discursos são validados e legitimados, ao passo que sobre outros incidem os procedimentos de exclusão, interdição, dominação e silenciamento. Pode-se dizer, portanto, que há uma relação intrínseca entre discurso e poder, que por sua vez coloca para funcionar os mecanismos da memória e do esquecimento.

Entendemos que nossa pesquisa com as cartas do hospício compreende um trabalho com o passado que reúne uma pequena coleção de efêmeros rastros, os quais estavam “caídos no esquecimento”, mas que insistem em aceder a uma condição de lembrança. Esses escritos lutam contra as forças do esquecimento e do silenciamento desde que passaram a existir através da caligrafia dos seus autores, igualmente esquecidos e silenciados.

Imagem 4 – Lembranças de Pierina para Bernadete.



Fonte: fotografia registrada pelo autor.

## A luta contra o esquecimento

A pesquisa de Weinrich (2001) é uma referência importante nas discussões a respeito da memória e do esquecimento. O autor desenvolveu um minucioso estudo sobre a etimologia do vocábulo “esquecimento”, suas relações semânticas no léxico de diferentes línguas e seus “usos literários”. O linguista dedica a essa análise todo o primeiro capítulo do livro “Lete: arte e crítica do esquecimento”, no qual traça aquilo que poderíamos chamar de “uma história cultural do esquecimento”, partindo da leitura de clássicos da literatura europeia. Nesse itinerário etimológico, semântico e literário sobre o tema, Weinrich (2011) chama atenção para um conceito oriundo da língua grega antiga que, inicialmente, pode parecer estranho, mas que logo assume uma posição um tanto esclarecedora no entendimento da noção de esquecimento que ele propõe. Trata-se da palavra “*aletheia*” que é traduzida como “verdade”. Sua formação reúne o prefixo de sentido negativo “*a*”, ao radical “*leth*”, que designa algo encoberto, oculto, latente ou esquecido. A relação que o autor estabelece entre a verdade e o esquecimento se dá por oposição, entendendo “*aletheia*” como o que não está encoberto, não-oculto, não-latente ou o não-esquecido. Ele destaca a palavra “*leth*” presente no nome “*Lethe*”, o rio do esquecimento da mitologia grega, cujas águas correm no submundo conferindo esquecimento às almas dos mortos, tornando as suas memórias liquefeitas, ou poderíamos dizer, liquidadas. A “*aletheia*”, a verdade, portanto, estaria ao lado do “não-esquecer”, como aquilo que precisa ser “tirado do esquecimento”, mantido afastado ou preservado do esquecimento; a verdade como a contracorrente do *Lethe*.

A partícula “*leth*”, seguindo a análise linguística e metafórica proposta por Weinrich (2011), está presente também no nome da tecla “delete” dos teclados dos computadores, cuja utilidade é, sem dúvida, indispensável, mas quando acionada indevidamente pode significar um tormento para o usuário, pois concretiza um apagamento ou um “fazer desaparecer”. O esquecimento, que no uso corrente da

língua é frequentemente utilizado junto com verbos auxiliares na forma negativa (“não poder esquecer”, “não querer esquecer”, “não dever esquecer”...), remete nessas locuções verbais a um apelo à lembrança, pois, em alguns casos, o esquecer, o esquecer-se ou o ser esquecido assumem uma face sombria e trevosa. Isso porque, do mesmo modo que *Lethe* é o nome dado ao rio do esquecimento, a mitologia helenista apresenta-nos na Teogonia, a personagem “*Letes*”, uma divindade feminina, da família da Noite e da Discórdia que é, por consequência, antagonista de Mnemosyne, a deusa da memória. Sob os domínios de Mnemosyne e de Letes, entre a memória e o esquecimento, está armado, portanto, um campo de batalha.

A associação metafórica da morte com o esquecimento pode ser encontrada também nas palavras de Farge (1989). Ao mencionar o seu trabalho com as fontes primárias na pesquisa histórica, a autora afirma que elas parecem

[...] realizar um milagre, o de religar o passado ao presente; ao descobrir [os documentos], podemos pensar que não trabalhamos mais com os mortos (a história é evidentemente, antes de tudo, um trabalho com a morte), e que seu material é tão agudo que solicita simultaneamente a afetividade e a inteligência. Sentimento raro que esse repentino encontro com essas existências desconhecidas, acidentadas e pujantes, as quais entrelaçam, para melhor confundir, o próximo (muito próximo) e o distante, o falecido. (p. 15, tradução nossa).

Benjamin (1987, p. 224), nas suas teses “Sobre o conceito da história<sup>10</sup>”, diz que “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”. O inimigo nesta batalha travada é o risco do esquecimento que relega ao apagamento a memória dos oprimidos, daqueles que muito pouco puderam dizer de si. Desse modo, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja, no momento de um perigo”. (1987, p. 224).

Na leitura das teses, de acordo com Gagnebin (1987; 2009), fica evidente a perspectiva historiográfica de Benjamin. O autor critica de modo veemente a tendência cronológica linear que tende a estar presente na ciência histórica, que valoriza a ideia de “progresso”, como algo inevitável e cientificamente previsível; ele

---

<sup>10</sup> As teses “Sobre o conceito da história” foram escritas em 1940, quando Walter Benjamin, que era judeu, estava em Paris na condição de refugiado da perseguição nazista que assolava o mundo da época. Naquele mesmo ano, Benjamin fugindo das tropas germânicas que invadiram a França, suicidou-se na fronteira com a Espanha.

relaciona essa concepção de “tempo homogêneo” à tradição burguesa e positivista de escrita da história, que atende a determinados interesses. Benjamin (1987) destaca o papel de “cronista” assumido pelo historiador comprometido com a narração das histórias pouco dignas de serem lembradas, que se sente impelido a escutar o que fora silenciado. Trata-se de um desafio de ouvirmos “nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram”. (BENJAMIN, 1987, p. 223). Aquele que encara a história por essa perspectiva, que pretende “escová-la a contrapelo” precisa dar a ver a barbárie soterrada sob os monumentos que a história tradicional foi capaz de erigir, se assim quiser acender uma centelha de esperança.

Recorrendo mais uma vez à história das palavras, de acordo com Ricoeur (2007), os gregos possuíam duas expressões para designar a memória: “*mnémé*” e “*anamnésis*”. O termo “*Mnémé*” refere-se a uma lembrança capaz de aparecer passivamente no espírito como uma *afecção* (um *pathos*), como uma imagem do passado que advém ao pensamento enquanto uma função cognitiva. Já o vocábulo “*anamnésis*” remete a uma lembrança que precisa ser buscada ativamente, enquanto uma pragmática. Segundo o autor, “lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança”. (RICOEUR, 2007, p. 23).

A pragmática da lembrança torna-se um imperativo da luta contra o esquecimento. Trata-se de perseguir alguns rastros do passado, aquilo que mantém juntas a “presença do ausente e ausência da presença”. Os rastros são por demais fugazes e estão sempre sob o risco iminente de desaparecer completamente. (RICOEUR, 2007; GAGNEBIN, 2009).

Ainda sobre os riscos do esquecimento, Weinrich (2001) e Gagnebin (2009) mencionam a épica viagem mitológica de Ulisses no retorno a Ítaca, sua terra natal, depois de terminada a Guerra de Troia. Em sua jornada, Ulisses precisou enfrentar tempestades, naufrágios, criaturas fantásticas e terras inóspitas; contudo, o que mais lhe custou foi lutar contra as tentações do esquecimento. O episódio na ilha dos Lotófagos, narrado no canto IX, é um exemplo disso. Na ocasião, após ancorar na costa desconhecida, o viajante enviou parte da tripulação para investigar as condições do local; porém, os espias não retornaram. Temendo pelo destino desses homens que se demoravam, o herói sai em busca dos seus companheiros e acaba percebendo que eles foram recebidos com hospitalidade pelos habitantes do lugar. Os moradores daquela ilha haviam servido para os visitantes uma fruta agradável, doce como mel, chamada lótus, da qual eles também se alimentavam (por isso,

lotófagos). Além de saboroso, o fruto tinha o poder de fazer esquecer. Os amigos de Ulisses foram seduzidos pelos nativos e estavam embriagados com as “delícias do esquecimento”, não havendo neles mais nenhuma intenção de prosseguir viagem e voltar a Ítaca, sendo necessário capturá-los e amarrá-los aos bancos da embarcação para que não desertassem durante o retorno.

Mas lhes ofertam loto; o mel provando,  
Os nossos o recado e a pátria esquecem,  
Querem permanecer para o gostarem.  
Constrangidos e em lágrimas os trago  
E amarro aos bancos; apressado os outros  
Sócios recolho, a fim que do regresso  
A doçura falaz os não deslembre.  
Em fila, a salsa espuma a remos ferem,  
E dali pesarosos nos partimos. (HOMERO, 2009, p. 98).

Ao analisar esse poema clássico da literatura universal, datado do século IX a.C, Gagnebin (2009, p. 15) afirma:

[...] a luta de Ulisses para voltar a Ítaca é, antes de tudo, uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro.

O entorpecimento provocado pelo esquecer-se coloca em risco o presente, justamente pela compulsão de o passado tenebroso repetir-se implacavelmente. Não podemos esquecer que muitos arquivos dos campos de concentração foram incinerados; os fornos crematórios e as câmeras de gás de Auschwitz foram explodidos; inúmeros cadáveres, já em decomposição, foram exumados de suas valas rasas pelos sobreviventes, nos últimos dias da guerra, para serem queimados em grandes fogueiras para que não sobrasse nenhum rastro.

A construção da memória do passado e [...] a construção do conhecimento histórico dependem de interesses ideológicos e de lutas políticas que pertencem ao presente. [...] a intensidade do horror e do sofrimento não oferece nenhuma garantia para a perpetuação de sua lembrança. A construção da memória individual ou social, não depende, em primeiro lugar, nem da importância dos fatos nem do sofrimento das vítimas, mas sim de uma vontade ética que se inscreve numa luta política e histórica precisa. (GAGNEBIN, 2000, p. 102).

Primo Levi (1988, p. 88), a respeito dos horrores vividos no campo de concentração nazista, questionava se realmente vale a pena,

[...] se convém que de tal situação humana reste alguma memória. A essa pergunta, tenho a convicção de poder responder que sim. Estamos convencidos que nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todas merecem ser analisadas.

Esse sobrevivente relata, em sua literatura de testemunho, o sonho que lhe assombrava, durante aquelas intermináveis noites no campo. Em seus devaneios oníricos, via-se novamente em casa, depois da desastrosa passagem por Auschwitz. Estando ele entre tantas pessoas conhecidas e com tanto para contar, ninguém lhe escutava, ninguém suportava ouvir aquela abominável narrativa, que punha todos em silêncio e absortos na condição de indiferença. O apelo à lembrança fica evidente em seu poema/súplica:

Vocês que vivem seguros  
em suas cálidas casas,  
vocês que, voltando à noite,  
encontram comida quente e rostos amigos,  
pensem bem se isto é um homem  
que trabalha no meio do barro,  
que não conhece paz,  
que luta por um pedaço de pão,  
que morre por um sim ou por um não.  
Pensem bem se isto é uma mulher,  
sem cabelos e sem nome,  
sem mais força para lembrar,  
vazios os olhos, frio o ventre,  
como um sapo no inverno.

Pensem que isto aconteceu:  
eu lhes mando estas palavras.  
Gravem-na em seus corações,  
estando em casa, andando na rua,  
ao deitar, ao levantar;  
repitam-nas a seus filhos.

Ou, senão, desmorone-se a sua casa,  
a doença os torne inválidos,  
os seus filhos virem o rosto para não vê-los. (LEVI, 1988, p. 9).

O cronista, cuja função se assemelha a de uma testemunha (como discutiremos mais adiante), precisa “levar em consideração os sofrimentos acumulados e dar uma nova face às esperanças frustradas”. (GAGNEBIN, 1987, p. 8). Ao ajudar os vivos a lembrar dos seus mortos, ele aceita o compromisso ético-político de remexer os escombros e de transitar por entre as ruínas de uma catástrofe única que inicia no passado, mas que não cessa no presente simplesmente pela passagem do tempo ou pelo progresso. (BENJAMIN, 1987).

## Usos e abusos da memória e do esquecimento

A essa altura é importante dizermos que essa insistência em relação ao passado precisa estar atenta para se desvencilhar das armadilhas impostas por uma “sacralização estéril das lembranças”, que propicia o uso abusivo da memória. Os abusos da memória tendem a ser movidos pela manifestação de um certo “gozo ante o espetáculo do horror”. A tragédia muitas vezes é transformada em objeto de consumo a ser explorado pelo Mercado, espetacularizado e/ou banalizado midiaticamente. Dessa maneira, as narrativas dolorosas são revisitadas e reviradas provocando uma identificação com as vítimas (ou com os algozes, em algumas circunstâncias), ocasionando nada mais do que uma mera comoção (auto)piadosa e momentânea que logo se esvai, ou então, assume ares de comemorações solenes do passado, mas que são esvaziadas de sentido em relação ao presente. (GAGNEBIN, 2009).

As discussões a respeito daquilo que estamos chamando das políticas da memória e do esquecimento, ou seja, esse campo de batalha instaurado onde se define o que é digno da lembrança e aquilo que é relegado ao esquecimento, não podem menosprezar a necessidade de uma ponderação sobre os usos e abusos da memória e do esquecimento.

[...] a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento [...]. E nosso famoso dever de memória enuncia-se como uma exortação a não esquecer. Porém, ao mesmo tempo, e no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria. Consideremo-la até monstruosa. (RICOEUR, 2007, p. 424).

A figura de Irineo Funes, personagem do conto “Funes, el memorioso” (do escritor argentino Jorge Luis Borges), é mencionada por Ricoeur (2007) e por Todorov (2000) para retratar essa memória sinistra e infalível que de nada esquece. O conto inicia com o narrador-personagem evocando suas lembranças (“*recuerdos*”)

a respeito desse jovem que de tudo podia se lembrar. Funes, de acordo com essa descrição, era conhecido na localidade por ser possuidor de algumas estranhezas; ao lhe perguntarem as horas, por exemplo, ele respondia com absoluta exatidão, sem que precisasse consultar o relógio. O ápice da história é quando o “cronométrico Funes” transformou-se no “memorioso Funes”, quando adquiriu a sua indefectível memória. Ao acordar de um acidente a cavalo que o tornara paraplégico, o personagem nota que sua percepção do presente era quase insuportável de tão nítida, assim como as suas memórias, tanto as mais antigas quanto as mais triviais, eram passíveis de recuperação no terreno da lembrança com riqueza infinita de detalhes. “Mais lembranças tenho eu sozinho do que tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo. [...] Minha memória, senhor, é como um depósito de lixo.” (BORGES, 1974, p. 488, tradução nossa).

Uma memória como a de Funes pode mostrar sua face implacável, paralisante e aprisionadora. O passado insiste sobre o presente no sentido de desejar submetê-lo à repetição, de tal maneira que ficam interrompidas a ousadia em relação ao futuro e a centelha de esperança se apaga. Quando a dor se impõe de modo tão sufocante e desoladora, as águas do *Lethe* podem, quem sabe, oferecer um etéreo orvalho para algum refrigério. (WEINRICH, 2001).

O elogio incondicional à memória torna-se alvo de críticas, pela impossibilidade que seria lembrar-se de tudo. Todorov (2000, p. 14, tradução nossa), quando discute sobre os abusos da memória e sobre os usos que dela se faz, afirma que:

A memória não se opõe em absoluto ao esquecimento. Os termos que são contrastados são a supressão (o esquecimento) e a conservação; a memória é, em todo momento e necessariamente, uma interação entre ambos. [...]. [A memória] é forçosamente uma seleção: alguns traços do acontecimento serão conservados, outros imediata ou progressivamente marginalizados e logo esquecidos.

Nesse mesmo sentido, no livro “A memória, a história, o esquecimento”, Ricoeur (2007) expõe suas intenções ao abordar a temática da memória/história/esquecimento, colocando-os lado a lado como um veleiro de três mastros, assim como o seu método “ternário” que pretende discutir uma fenomenologia da memória, uma epistemologia da história e uma hermenêutica da “condição histórica”, na qual a tensão entre a memória e a história abre espaço para

uma discussão sobre o esquecimento. Nessa obra, o autor estuda a filosofia da história, mencionando, desde o início, o seu compromisso com “uma política da justa memória”, ao mesmo tempo em que fala sobre o direito ao esquecimento.

Para discutir e problematizar a função da historigrafia e sua relação com o esquecimento e a justa memória, Ricoeur (2007) convoca dois interlocutores que a história da filosofia tende a apresentá-los como inconciliáveis: Platão e Nietzsche. Ao escolhê-los, Ricoeur, nas palavras de Gagnebin (2009, p. 181), “convoca dois irmãos inimigos – um no início da história da metafísica, outro no seu fim – para formular uma desconfiança semelhante em relação aos excessos de um saber que sufoca o jorrar da memória viva”. Esse saber que é colocado em questão é o saber da história, enquanto ciência, que em determinadas circunstâncias pode operar o uso abusivo da memória.

No que se refere a Platão, Ricoeur (2007) busca um fragmento dos “diálogos” escritos pelo filósofo grego, mais precisamente, um trecho do “Fedro”. Nessa obra, Platão reproduz uma conversa entre Sócrates e o personagem que dá nome ao livro, quando discutem sobre a origem mítica da escrita (e da história, por consequência) no Egito. No trecho destacado do diálogo, Sócrates conta para seu amigo a lenda de “Theuth” (ou “Thoth”)<sup>11</sup>, que era uma divindade inventora de inúmeras artes (como a geometria, a astronomia, o cálculo e tantas outras). Ao visitar o rei do Egito, o inventor quis presentear o povo com essas diferentes técnicas, entre as quais estava a escrita. “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória”. (PLATÃO, 2000, p. 120). O rei, entretanto, recebe a proposta com reservas:

Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros. [...] Ela [a escrita] tornará os homens mais esquecidos, pois sabendo escrever deixarão de exercitar a memória. (PLATÃO, 2000, p.120).

Ricoeur (2007), ao analisar o mito, questiona se o remédio (*pharmakon*) que a escrita representaria para a memória seria, realmente, um remédio ou um veneno. Questiona se a escrita poderia ser um antídoto contra o esquecimento, se poderia de fato fortalecer a memória ou, ao contrário: aniquilá-la.

---

<sup>11</sup> A tradução portuguesa que consultamos apresenta o nome “Thoth”, diferente da versão citada por Ricoeur (2007).

No registro da história, a escrita constitui-se como uma forma de criar uma imagem para a memória; ou seja, cria uma representação do passado e institui a presença de uma coisa ausente. Essa imagem está situada em uma exterioridade, isso porque o registro é um rastro impresso em um suporte material e se situa do lado de fora, servindo para lembrar a memória. O valor da escrita está, em certa medida, contemplado e garantido na concepção platônica, considerando a relação que ele estabelece entre a imagem e a representação, entre os modelos e as cópias. Contudo, a memória representada através de uma imagem adentra o campo da imaginação e, desse modo, passa a corresponder às categorias do falso e do verdadeiro, passa a estar classificada entre cópias mais autênticas e menos autênticas; isso implica uma relação da historiografia com a verdade, no que se refere às suas (im)possibilidades de elaborar a verdade sobre o passado.

Podemos entender que Platão não desqualifica a uso da escrita enquanto modo de representação do passado, todavia, apresenta algumas objeções, que ficam evidentes na crítica aos discursos escritos em oposição a outras formas de preservar a memória. É importante contextualizar que essa objeção não é gratuita; o diálogo entre Fedro e Sócrates inicia quando ambos se encontraram pelo caminho, vindo o primeiro da companhia de Lísias, um mestre em retórica que escrevia discursos, o que remete, claramente, à oposição que o filósofo mantinha ao ensino dos sofistas. (PLATÃO, 2000).

Ao confiar as lembranças ao registro exterior, não será mais graças a si mesmos que os humanos exercerão e defenderão as suas memórias; “essa arte produzirá o esquecimento na alma daqueles que tiverem aprendido, porque cessarão de exercer a sua memória”. (RICOEUR, 2007, p. 152). A escrita entendida como exterioridade remonta, ao que parece, às dicotomias presentes no pensamento de Platão, que entende a memória de um acontecimento ou mesmo a sua transmissão através da palavra (*logos*), como algo que incide na ordem da interioridade, enquanto um *registro na alma* e não em um suporte material, portanto, mais legítimo e útil. Ficam evidentes, desse modo, as dicotomias (modelo e representação; exterioridade e interioridade) e as hierarquizações feitas por Platão, em termos de legitimidade (mais ou menos verdadeiro). Contudo, quando Ricoeur (2007) o convoca para esse diálogo sobre a memória e a historiografia, o faz na perspectiva de problematizar o lugar hegemônico da escrita da história na sua pretensiosa posição livresca, ou quem sabe poderíamos dizer, a problematização da

história como ciência e suas prerrogativas em termos supostamente conter a verdade sobre o passado e sobre a produção da memória. Podemos entender que a escrita está para a história como uma forma de iluminar a memória viva (também como uma forma de exercê-la) e não como um modo de conter a sua verdade.

Em relação a Nietzsche, Ricoeur (2007) retoma suas discussões sobre a utilidade e as desvantagens da história para a vida. Tal como o rei do Egito, que julga os benefícios e os prejuízos da escrita para a memória, o filósofo alemão esboça esse arrazoado sobre a história e seu proveito em termos da felicidade do ser humano e para a vida propriamente dita. A analogia com o pensamento de Platão reside na mesma pergunta incisiva sobre o “*pharmakon*”, que de modo indireto foi formulada também por Nietzsche: seria a história um remédio ou um veneno para uma vida feliz?

Ao discutir sobre a história como ciência, Nietzsche (2003, p. 6) afirma que “padecemos todos de uma ardente febre histórica”. O ser humano olha para o animal (o rebanho bovino) – que vive preso à “estaca do instante”, que vive indiferente ao que lhe passou ontem e que imediatamente esquece o que lhe ocorre agora – e, por causa disso, se vangloria da sua humanidade, por sua capacidade de poder lembrar-se. Na concepção do autor, o mesmo motivo de vanglória é também de inveja da felicidade do animal que vive sem o enfado, sem a melancolia e sem a dor que a impossibilidade de esquecer é capaz de acarretar; a dor causada pela lembrança do passado que prende o humano a uma ruminância ininterrupta do mesmo. O “homem também se admira de si mesmo por não poder aprender a esquecer e por sempre se ver novamente preso ao que passou” (p. 7).

A crítica que se estabelece é ao excesso de história, mais precisamente, ao acúmulo do passado sobre o qual se debruça a ciência histórica. Ricoeur (2007) e Gagnebin (2009) comentam as “três espécies de história” (ou historiografias) que são citadas por Nietzsche (2003) nessa problematização da ciência histórica. A primeira delas, a *história monumental* é caracterizada pelo louvor às grandes figuras do passado, as quais são erigidas como modelos para o presente. Nesse sentido, “grandes segmentos do passado são esquecidos, desprezados e fluem como uma torrente cinzenta ininterrupta, de modo que apenas fatos singulares adornados se alçam por sobre o fluxo como ilhas”. (NIETZSCHE, 2003, p. 18). Isso significa um prejuízo para o presente, pois “a admiração sem limites pelos grandes e poderosos do passado torna-se o disfarce sob o qual se dissimula o ódio pelos grandes e

poderosos do presente”. (RICOEUR, 2007, p. 306). O segundo tipo de história, é a *antiquária* (ou *tradicionalista*), que deseja, antes de mais nada, conservar o passado, venerá-lo piedosamente; ligar o presente às tradições; contudo, o “gesto de conservação se transforma em recusa à inovação e, portanto, sufoca novamente a força plástica do presente”. (GAGNEBIN, 2009, p. 187). A terceira espécie é a *história crítica* que, diferente das outras duas, permite julgar o passado e livrá-lo da ilusão historicista; tal julgamento se dá pela medida do presente; mas quando se toma de um “presentocentrismo” cego, torna-se tão nociva quanto as outras duas concepções historiográficas, por provocar uma complacência danosa com o contemporâneo.

A análise desses diferentes matizes da história (suas versões historiográficas) permite-nos perceber que são os abusos da história como ciência que estão no alvo das críticas de Nietzsche (2003), na medida em que é em favor da vida que a história precisa operar e se estabelecer. A “ocupação com a história não se encontra a serviço do conhecimento puro, mas sim da vida” (p. 12). Isso significa que é com o presente que a história precisa estar comprometida e nisso concordam Nietzsche (2003) e Ricoeur (2007).

Se ambos concordam em relação ao uso da história, não se pode dizer o mesmo em relação às suas concepções sobre o esquecimento. Nietzsche (2003, p. 71), defende “a arte e a força do esquecimento”, enquanto uma dimensão *a-histórica* e *supra-histórica*, de maneira que o homem precisaria aprender com o animal a respeito de como se desprender do passado e como desviar os olhos do vir a ser, limitando o seu horizonte ao (eterno) instante presente; nisso consistiria o antídoto contra a doença do excesso de história e contra o ressentimento. Esse “elogio ao esquecimento” parece não encontrar ressonância em Ricoeur (2007). A exaltação à “felicidade do rebanho”, graças ao seu silencioso esquecimento, em comparação com a infelicidade do humano, dotado de uma memória que seria a fonte dos seus remorsos e arrependimentos, não encontra eco no trabalho de Ricoeur (2007). De acordo com Gagnebin (2009, p. 189):

Como Platão, portanto, Nietzsche é convocado por Ricoeur [...], em razão de suas críticas aos excessos da história enquanto escritura e enquanto saber, mas ele é dispensado quando a crítica da história põe em risco uma concepção afirmativa da memória.

Apesar de não ser na mesma medida de Nietzsche, há também, nas concepções de Ricoeur (2007), uma compreensão positiva do esquecimento. Ele descreve duas formas de acontecer o esquecimento: uma que age na direção de um apagamento dos rastros do passado, que impede o direito à memória; e a outra (que corresponde a sua face positiva) é denominada como “esquecimento de reserva”, o qual atua em favor da memória, pois pretende, enquanto uma força ativa, a elaboração do passado e a instauração de um processo de luto em relação às memórias traumáticas, não apagando os rastros, pois a lembrança seria sempre passível de ser evocada. Essa forma de esquecer permitiria uma conciliação com o passado, próxima à noção de perdão.

Considerando essa forma de compreender e de lidar com o esquecimento, Ricoeur (2007) demonstra certa familiaridade com determinados termos que foram desenvolvidos por Freud, como memória traumática, luto, elaboração do passado. Freud (1953) mencionava que a “fixação obsessiva ao passado” corresponde a uma posição ressentida e melancólica e instaura aquilo que chamou de “compulsão à repetição”. O trabalho de elaboração do passado fica impedido pelos automatismos da repetição, como fora demonstrado no ensaio, “Recordar, repetir, e elaborar”, escrito em 1914. Aqui se faz necessária uma transposição dos conceitos que o autor desenvolveu no âmbito da experiência psicanalítica (que envolve a relação terapêutica entre o analista e o analisando) para pensarmos sua “potência clínica” também no âmbito coletivo, ou seja, nas relações sociais com a memória e o presente. A recordação que possibilita a elaboração do passado exige, literalmente, um trabalho, um labor, uma travessia, que envolve o enfrentamento do sofrimento que se repete, daquilo que produz sintoma, enquanto efeito do recalçamento, o que também poderíamos entender como a força repressiva do silêncio (ou do silenciamento). O trabalho de rememoração fustiga os fantasmas do passado, os quais insistem em voltar (o retorno do recalçado, em termos freudianos) e o “que se obtém a partir do recalque não é esquecimento, é a repetição”, explica Kehl (2011, p. 309). Os eventos traumáticos ou a memória traumática precisam ser entendidos como algo “que não [se] deve desprezar, mas como um adversário digno” de ser enfrentado, pois só assim é possível não sucumbir a ele (FREUD, 1953, p. 143, tradução nossa). O entendimento de Gagnebin (2009, p. 55) sobre a rememoração vem ao encontro dessa perspectiva:

[A rememoração] em vez de repetir aquilo de que se lembra abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular às estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

O esquecimento nas formulações de Nietzsche (2003), Weinrich (2001), Ricoeur (2007) e Todorov (2000), ganha formas salutares, sendo entendido não como o oposto da memória, mas como uma forma de “preservar a sua saúde”, que afasta a “memória monstruosa”, a qual nada pode esquecer. Essa forma de celebrar/sacralizar o passado, na concepção dos autores, paralisa o presente. Tal concepção de esquecimento é, evidentemente, muito relevante, pois significa a própria condição de possibilidade da memória, ao mesmo tempo em que afirma o direito ao esquecimento; entretanto, não podemos desconsiderar os perigos que tal modo de conceber as relações entre a memória abarca. Quando pensamos memória como um campo de batalha, podemos incorrer no risco desses argumentos elogiosos ao esquecimento fazerem esmorecer a luta do cronista comprometido com a memória daqueles que não tiveram direito à memória. A luta contra o esquecimento é necessária porque “não só a tendência a esquecer é forte, mas também a vontade, o desejo de esquecer”. (GAGNEBIN, 2009, p.101). A força combativa poderia encontrar-se anestesiada em relação à indignação que causam os horrores vividos no passado, que invadem o presente e que insistem em silenciar àqueles a quem o direito à palavra foi imperiosamente negado.

Todorov (2000) afirma que seria uma crueldade fazer com que alguém lembrasse continuamente dos acontecimentos dolorosos de sua vida, impedindo-lhe o direito ao esquecimento. Para distinguir entre o bom uso ou o abuso da memória, ele propõe uma saída aparentemente um tanto maniqueísta:

Uma maneira – que usamos cotidianamente – de distinguir os bons usos dos abusos consiste em perguntarmos sobre seus resultados e avaliar o bem e o mal que estão presentes nos atos que pretendem estar baseados sobre a memória do passado: preferindo, por exemplo, a paz à guerra. (2000, p. 21, tradução nossa).

Não se trata, obviamente, de fazermos uma apologia ao ressentimento ou à imposição de um flagelo penitencial das lembranças assombrosas; todavia, não

podemos deixar de levantar certas suspeitas em relação aos apaziguamentos que essa conciliação (um tanto ingênua) com o passado pode suscitar.

Ao retomarmos a ideia de compulsão à repetição, proposta por Freud (1953), entendemos que incidem sobre certos acontecimentos, pelo seu caráter traumático e catastrófico, os efeitos do recalçamento; são acontecimentos que, pelo seu “excesso de real”, não podem ser recobertos pelas palavras e não conseguem se constituir como uma lembrança; por isso se repetem, na condição de um passado não elaborado, o qual impõe sofrimento ao presente; na linguagem psicanalítica remetem aos conceitos de neurose traumática ou neurose obsessiva. A intensidade do horror e do sofrimento, ou o trauma propriamente dito, não é, entretanto, o único motivo desencadeante das forças repressivas sobre as lembranças de determinados acontecimentos. A construção histórica de uma memória do passado depende, como já mencionamos anteriormente, de uma série de interesses ideológicos e políticos. Diante dessa constatação, consideramos que não é apenas o mecanismo do recalque que incide como força repressiva sob a lembrança, mas também (e talvez, principalmente) a denegação; e disso a história do Brasil, infelizmente, oferece-nos fartos exemplos. Nossas mazelas não são apenas reprimidas, recalçadas e silenciadas, mas, antes disso, a própria existência delas é colocada em questão. Não se trata apenas de esquecer o genocídio dos povos indígenas que ocorre desde os tempos coloniais, ou de esquecer a escravidão que perdura há séculos, ou as tantas outras formas de crueldade e violência que se perpetuam ao longo do tempo; o que se nota são esforços para amenizar tais acontecimentos, banalizá-los, distorcê-los e, sobretudo, negar-lhes a existência<sup>12</sup>. Isso torna a luta contra o esquecimento ainda mais aguda, pois, diferente da “neurose obsessiva”, em que o sofrimento se instaura pelo excesso do passado que faz retornar o que fora recalçado, a denegação responde ao estatuto da perversão. Deleuze (1974, p. 329) afirma que “O mundo do perverso é um mundo sem outrem, logo, um mundo sem possível”, portanto saturado de um passado catastrófico. Essa operação perversa se dá pela negação radical da memória, que corresponde a uma aniquilação do outro, suspendendo as possibilidades de resistência e instaurando o regime da violência.

---

<sup>12</sup> Isso fica evidente no fato de que, neste ano, as comemorações à suposta “revolução de 1964” (quando um golpe deu início a um período de ditadura militar no Brasil) tiveram reconhecimento oficial, quando as Forças Armadas foram orientadas a celebrarem a data.

## **A memória bruta dos combates – Dom Quixote, os moinhos de vento e um labirinto**

Os olhos foram capturados pelo movimento das pás do moinho que giravam impetuosamente com a força do vento. O gesto ininterrupto era capaz de causar vertigens. Nossos corpos pareciam pequenos diante daquele indômito equipamento, cuja mecânica permite o trabalho das pedras que esmagam e trituram. O movimento de moer do moinho transforma a irregularidade dos grãos em pó; uma poeira homogênea e farinácea que com um assopro se esvai.

A sensação de tontura acompanha-nos no relato labiríntico que segue. Consiste em uma narrativa onírica, delirante, ficcional, ou algo que o valha, motivado pelas vertigens de um encontro quixotesco.

Como é comum àqueles que contam um sonho, iniciamos o relato com a evocação de uma lembrança imprecisa... Em uma certa manhã de outono, saímos, a Professora Rosane Neves e eu, como Dom Quixote e Sancho Pança<sup>13</sup>, a enfrentar moinhos de vento. Tínhamos um encontro marcado com os guardiões da ciência. Eu, mais parecido com o cavaleiro andante de La Mancha, deixava-me levar pelos devaneios, apesar das admoestações de Sancho que, em vão, tentava prevenir-me e conferir alguma sensatez ao embate que sobreviria. Pensava que talvez tivesse a mesma sorte do pequeno Davi, diante de Golias, o paramentado gigante filisteu... Levava no alforje não mais do que umas poucas pedrinhas para enfrentar gigantes experimentados.

Convém dizer que por aqueles dias, andávamos às voltas para pensar sobre as possíveis intervenções que a pesquisa sobre as cartas do hospício poderiam produzir, procurando dar-lhe feições de uma pesquisa-intervenção; inquietava-nos (e

---

<sup>13</sup> Personagens do livro “Dom Quixote de La Mancha”, Cervantes (2004).

ainda nos inquieta) a pergunta: “o que fazer com essas correspondências que foram encontradas no arquivo?”.

Voltemos ao relato da cena fantasiosa: para chegar ao local onde aconteceria o nosso encontro com os guardiões da ciência, precisávamos passar por um portal [ou era uma portaria?], que nos sugaria para uma terra inóspita. Era uma sala estreita e comprida com um balcão de atendimento que nos separava dos guardas do moinho. Passado o balcão, o corredor que dava acesso ao pátio que precisávamos atravessar para chegar à sala na qual nos esperavam, formava uma espécie de labirinto, mas um labirinto sem reentrâncias, um labirinto que só levava a um mesmo lugar. Era uma peculiaridade arquitetônica daquela construção, pois antes da porta de acesso ao tal pátio, havia uma meia-parede, cuja função não parecia outra a não ser a de formar um corredor, por onde se acessava um pequeno vão, formado pelas duas paredes, que por sua vez dava em um outro corredor (o avesso do primeiro), para que, enfim, o passante pudesse encontrar a porta de saída [que na verdade era a entrada], formando nesse pequeno trajeto um labirinto.

Neste ponto, a linearidade desta narrativa precisa de uma interrupção para contar sobre algo que realmente aconteceu. A interpolação que se faz necessária é para descrever alguns sintomas que de fato nos acometeram. Começou com algumas tonturas, que poderiam levantar a suspeita da falta de sono ou a falta de açúcar [o dia havia sido cansativo e amargo]. As vertigens, no entanto, aumentaram. A cabeça pendia para um lado diferente daquele que supostamente deveria ir. O chão mostrava-se enganoso e fugidio. Os caminhos giravam em alta velocidade e tornavam-se cambaleantes. Perdia-se completamente a noção do lugar do corpo no espaço. Registre-se nas crônicas desse dia uma crise de labirintite.

A associação entre a crise de labirintite, a quimera do labirinto [que mais parecia um brete<sup>14</sup>] e os demais acontecimentos oníricos que se sucederam é sem dúvida uma inferência. Não há qualquer evidência científica de correlação entre esses elementos, portanto, isso não é ciência. Por essa perspectiva, este relato não passaria de um acúmulo de resíduos sem serventia, divagações sem qualquer relevância para a pesquisa.

---

<sup>14</sup> “Brete” é uma expressão regionalista do Rio Grande do Sul que, segundo o dicionário Aulete Digital, significa: “Num curral, corredor curto e estreito por onde se leva o gado para banho, pesagem, vacinação, tratamento, marcação ou abate”. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/brete>. Acessado em: 16 de junho de 2019.

Voltemos mais uma vez ao relato. Os gigantes, agora, sacudiam os seus longos braços... Giravam as pás ao sabor do vento. Analisando a cena agora, com uma certa distância, podemos dizer que éramos nós que os olhávamos com espanto, pois os moinhos cumpriam a sua mais orgânica função: girar, triturar e moer.

Chegada à hora do encontro com os guardiões da ciência, uma das primeiras arguições proferida naquela pequena inquisição que se formara, entre as brumas daquela manhã, referia-se à impossibilidade de afirmar categoricamente que as cartas não tenham sido enviadas. “Dizer isso é uma inferência e isso não é ciência” – acusava-nos um dos inquiridores. “Ninguém sabe” – diziam eles, elencando possibilidades – “se o que há no prontuário não são cópias ou rascunhos das cartas e que versões delas tenham sido enviadas”... “Há uma técnica usada na Terapia Cognitivo-Comportamental” – e junto evoca-se o nome de um autor estrangeiro, como um penhor oferecido ao argumento – “na qual o terapeuta propõe ao paciente a escrita de cartas e, muitas vezes, o paciente escolhe não enviá-las a quem se destina, restringindo o seu uso ao *setting* terapêutico”.

Aquelas divagações instauravam uma disparatada atmosfera de concordância aliviada entre os presentes, que pareciam anuir com a ideia de que não se poderia afirmar que as correspondências encontradas nos prontuários não tivessem sido enviadas. “Isso mesmo, talvez aqueles pacientes não tenham querido enviar as cartas...” Tais elucubrações pareciam uma ironia, quando o que se assinalava era justamente o risco das inferências no âmbito da ciência.

É evidente que não se pode afirmar que todas as cartas não foram lidas pelos destinatários. Aquelas que eram enviadas aos médicos, talvez tenham chegado ao conhecimento deles; mas não se pode negar que há fortes indícios de que as cartas que localizamos dentro dos prontuários não foram realmente enviadas aos seus destinatários externos.

Pode haver inúmeras razões pelas quais as cartas não tenham sido enviadas, como a falta do endereço exato do destinatário, a perda do contato com as famílias, o excesso de demandas da equipe ou tantos outros motivos. É possível também que algumas cartas escritas naquela época tenham sido enviadas. Nesse caso, poderíamos pensar que, se algumas foram, por que essas não?

Poderíamos até pensar que o fato de as cartas não terem sido enviadas deflagra uma certa violência institucional cometida em relação aos seus autores,

pois corresponde à operação de um silenciamento daqueles tidos como loucos. Contudo, parece-nos absolutamente inócua a tentativa de assumir um papel acusatório à instituição tantos anos depois. Tal modo de julgamento do passado seria a colocação de um falso problema. O que está se falando é sobre “tirar do esquecimento”, para que possamos problematizar as nossas práticas para perscrutar os possíveis silenciamentos que somos capazes de produzir em nossas relações com o outro. Trata-se de lançar mão da história para empreender uma crítica do presente.

Naqueles dias estávamos pensando sobre como abordáramos essas cartas que encontramos nos prontuários. Chegamos a pensar na possibilidade de realizar uma exposição com elas; acompanhava-nos, no entanto, uma série de dúvidas sobre como articular a sua publicização. A exposição desses documentos encontrados nos prontuários suscitava um tensionamento: dar visibilidade às correspondências significaria, por um lado, criar possibilidades de “replicar” a cena do encontro com as cartas no arquivo, tornando público o acesso à materialidade desses documentos, sua potência estética, histórica e literária; seria algo como tirar do anonimato aqueles cujas histórias foram esquecidas. Por outro lado, sabe-se dos limites desse afã de exposição das cartas, dada a sua estreita vizinhança com a possibilidade de repetir a violência primeira (ou seja, o não-envio das cartas), pois temos plena consciência de que estamos tratando de um texto cuja natureza evoca necessariamente a intimidade dos autores e destinatários.

Este último argumento convence-nos que a decisão de expor as cartas tal qual foram escritas seria um equívoco, pois consistiria em uma exposição dos sujeitos da pesquisa, dada a impossibilidade do Consentimento Livre e Esclarecido para a divulgação dos nomes dos remetentes e destinatários. No entanto, mesmo que houvesse a possibilidade de os autores concordarem com essa ideia de publicarem/exporem suas cartas, parece que esse procedimento metodológico não teria muitas chances de ser validado, considerando a concepção de “paciente psiquiátrico” ainda corrente em alguns meios.

Em determinado momento desse encontro com os guardiões da ciência, quando discutíamos sobre a possibilidade de exposição dos documentos, mencionamos o trecho de uma das cartas, no qual a autora diz que gostaria de tê-la publicada. Fomos surpreendidos pelo questionamento de um dos interlocutores: “Será mesmo que essa paciente gostaria? Não podemos esquecer que ela estava

no contexto de internação psiquiátrica. Será que, passado o surto, quando ela voltasse ao seu estado normal, ela teria a mesma opinião?” Parece-nos que, de acordo com tais concepções, aqueles que são tidos como loucos são, *a priori*, destituídos de qualquer possibilidade de autonomia, de modo que, mesmo que vivos, mesmo que “livres e esclarecidos”, não poderiam decidir/consentir se gostariam ou não terem cartas publicadas.

O discurso sobre a proteção da identidade e privacidade dos pacientes está relacionado à manutenção de certos modos de conceber esse “paciente psiquiátrico”. Há relatos de que ainda hoje, quando um paciente internado em algumas instituições psiquiátricas escreve uma carta, ela continua tendo como destino o seu prontuário. É tolhido do remetente o direito de envio para outros destinos e do destinatário o direito de posse da correspondência que lhe foi endereçada. A voracidade do manicômio mostra-se imperiosa.

# PARTE II

Arquivo

## **Traços para composição de um mapa do arquivo**

O encontro ao acaso com as cartas do hospício nos convoca a pensar a respeito do arquivo. O que parece haver em comum entre o encontro com esses documentos e a noção de arquivo é o contingente de intempestividade que perpassa ambos, assim como a pluralidade de sentidos que tanto um quanto o outro são capazes de fazer emergir. Quando encontramos tais epístolas, tornamo-nos como que receptores dessas mensagens que, obviamente, não foram escritas para nós (pois, como sabemos, tinham destinatários específicos), mas, devido aos meios de regulação e interdição dos discursos que lhe foram infligidos, coube-nos encontrá-las guardadas em um arquivo histórico. Nosso trabalho com essas cartas precisa deparar-se com a condição incontestavelmente extemporânea àquela em que foram escritas, considerando que mais de um século separa a nossa leitura das cartas do momento em que foram escritas pela pena dos seus autores.

A discussão sobre o conceito de arquivo torna-se, portanto, indispensável para este trabalho com as cartas. É necessário dizer que essa “discussão sobre o conceito arquivo” (ou “sobre um conceito de arquivo”) é, com efeito, a fabricação do arquivo como um conceito, como uma das ferramentas que operam no modo como encaramos o problema do encontro com as cartas. “Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido”. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27).

Nesse esboço do conceito de arquivo, vamos reunir alguns dos seus componentes; “todo conceito tem componentes e se define por eles”, que são múltiplos e heterogêneos. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27). Pretendemos delinear alguns dos traços que o compõem, os quais se conectam e que se situam no mesmo plano, que constituem sua superfície. Essa superfície é feita de formas

irregulares, que não se juntam como peças de um quebra-cabeça, pois suas bordas nem sempre coincidem.

Propomos o desenho de um mapa do arquivo; para isso delineamos quatro traços que formam um contorno irregular do conceito de arquivo que forjamos neste trabalho. Seu sistema de numeração (traço 1, traço 2, traço 3 e traço 4) não estabelece uma ordem, pois se trata de perspectivas diferentes pelas quais se olha para o arquivo; nem estabelece níveis de profundidade, pois juntos constituem a sua superfície fragmentária. Os quatro traços compõem uma forma aberta, cujo relevo ora se mostra, ora se desmancha, ora se conecta, ora se afasta dos demais traços que se delineiam. “Ao arquivo nunca se chega, pois cada vez que o abordamos, mais uma camada é adicionada, mais um caminho ao labirinto do significado e sua expressão.” (FONSECA; CARDOSO FILHO; RESENDE, 2014, p. 28).

Imagem 5 – Camadas do arquivo.



Fonte: videoclipe da música “Ti regalerò una rosa” (CRISTICCHI, 2007).<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=x8RiA5ZRKMs&list=RDx8RiA5ZRKMs&start\\_radio=1&t=51](https://www.youtube.com/watch?v=x8RiA5ZRKMs&list=RDx8RiA5ZRKMs&start_radio=1&t=51).  
Acessado em: 02/08/2019.

## **Traço 1: Arquivo e documentos – os lugares da memória**

A sala permanece amplamente iluminada, tanto pelas luzes artificiais, quanto pela claridade que adentra pelas janelas altas que se alinham simetricamente na parede de um prédio centenário no centro de Porto Alegre. As regras de uso encontram-se fixadas em cartazes na parede: “Silêncio”; “Fotos sem flash”; “Luvas para manuseio dos documentos”; além de outras que são fiscalizadas pelos olhos atentos dos trabalhadores do arquivo. A regra do silêncio é levada muito a sério na sala de pesquisa. Naquelas manhãs e naquelas tardes que passamos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) nossos olhos percorriam curiosos pelas outras mesas de leitura que se enfileiravam uma atrás da outra na espaçosa sala de pesquisa na expectativa de saber o que os outros frequentadores do local pesquisavam, mas eles mantinham sua atenção fixa nos documentos.

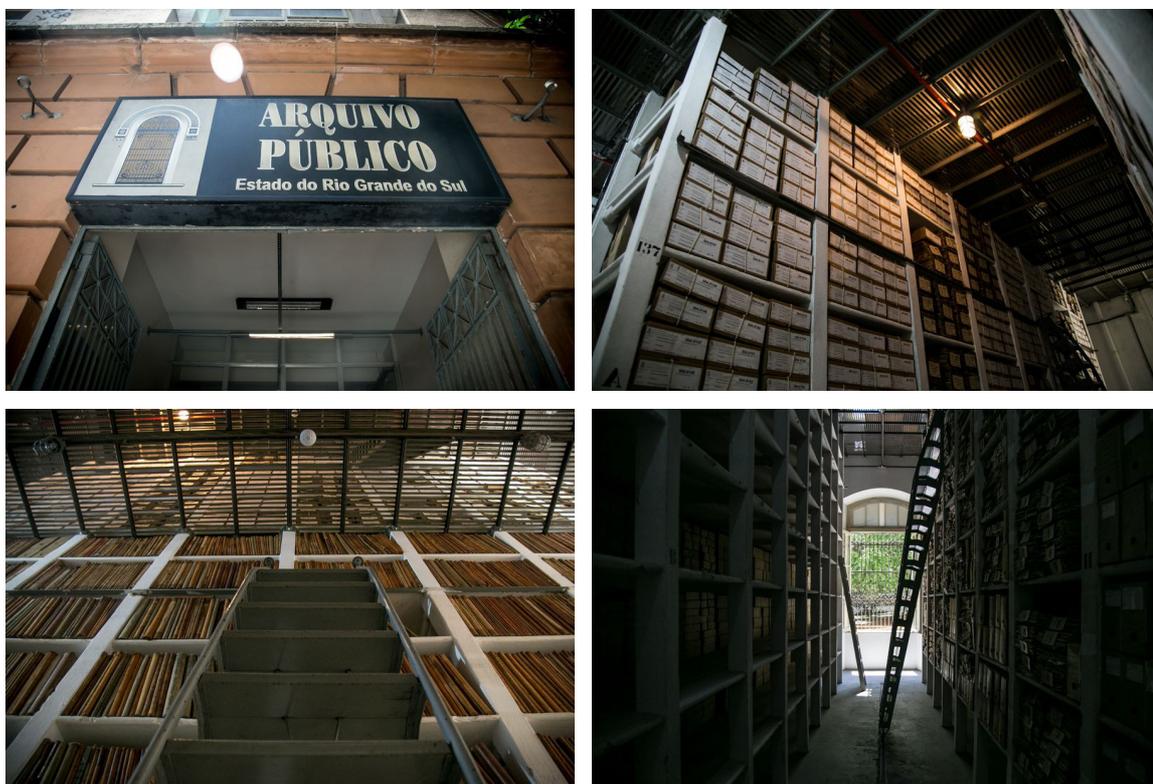
O acervo do APERS reúne vários fundos documentais, tanto do poder executivo, legislativo e judiciário, quanto de registros civis e tabelionatos. Guarda documentos como contratos de compra e venda de escravos e cartas de liberdade; processos de emancipações de municípios; assim como certidões de nascimento, casamento e óbito de milhares de anônimos. São mais de 21 milhões de documentos, datados a partir do século XVIII. Tudo isso está armazenado dentro de um conjunto arquitetônico formado por três prédios, sendo o primeiro deles inaugurado em 1910; são quase cinco mil metros quadrados de área construída no Centro Histórico de Porto Alegre. O projeto de edificação atentou para as necessidades específicas de um estabelecimento destinado a essa finalidade, sendo referência para outras construções dessa natureza; destaca-se que algumas das suas paredes medem 1,5 metros de espessura, com uma parte oca no meio, para o controle da umidade e das mudanças de temperatura; o prédio é compartimentado por galerias com estantes revestidas de concreto, por onde deslizam escadas móveis que permitem o acesso às prateleiras mais altas; o piso é de ferro vazado

para facilitar circulação de ar; há sistemas de iluminação e ventilação próprios para a conservação do acervo<sup>16</sup>.

Segundo Nora (1993, p. 13), um arquivo surge como uma tentativa que constituir um lugar para a preservação do passado.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Imagem 6 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Canofre (2018); fotos de Berwanger (2018)<sup>17</sup>

Apesar da nossa curiosidade sobre o que se debruçavam os outros pesquisadores, que se mantinham absortos em seus documentos, evitávamos romper o pacto de silêncio, porque nos parecia quase um sacrilégio interpelar a

<sup>16</sup> As informações sobre o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul podem ser conferidas na página institucional. Disponível em: <https://arquivopublicors.files.wordpress.com>. Acesso em 28 mar. 2019.

<sup>17</sup> CANOFRE, Fernanda. Arquivo Público guarda 21 milhões de documentos no centro de Porto Alegre. **Sul 21**, Porto Alegre, 14 jan. 2018. [crédito da foto: BERWANGER, Joana]. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/01/arquivo-publico-guarda-21-milhoes-de-documentos-no-centro-de-porto-alegre/>. Acesso em 28 mar. 2019.

quem quer que fosse naquele ambiente quase místico. Não é para menos, pois a leitura dos manuscritos guarda em si algo de fascinante... Remexer aqueles papéis amarelados, que resistiram aos efeitos degradantes do tempo, requer o cuidado quase reverencial, pois, diante de qualquer movimento incalculado, um início de deterioração pode ser definitivo...

A experiência de pesquisa em arquivos históricos é frequentemente comparada aos fenômenos naturais pelas suas proporções e pela grandeza que causam perplexidade dado o seu “gigantismo indomável”. O pesquisador se vê frente a uma infinidade de papéis que lhe colocam diante de um mundo desconhecido e inalcançável na sua totalidade.

A comparação com fluxos naturais e imprevisíveis está longe de ser fortuita; quem trabalha com arquivos se surpreende, falando dessa viagem, muitas vezes, em termos de um mergulho, de uma imersão, ou mesmo de um afogamento; um mar ao [nosso] encontro. [...]. Desconcertante e colossal o arquivo, portanto, agarra-nos. Abre-se brutalmente para um mundo desconhecido. (FARGE, 1989, p. 10; 11, tradução nossa).

Encontramos as cartas do hospício nesse “oceano” que é o arquivo. Os prontuários que estão no acervo do APERS são de pacientes que internaram entre os anos de 1884 a 1973<sup>18</sup> e contabilizam 67.943 documentos, acondicionados em mais de quatro mil caixas de papelão. Tais documentos foram devidamente tratados pelas técnicas da Arquivologia que envolvem aspectos relacionados à sua higienização, restauração, catalogação e conservação. No que se refere à disponibilização para pesquisa, é importante mencionar que esse material possui consulta restrita pelo caráter sigiloso das informações contidas nos prontuários, tendo sido necessária a submissão do projeto de pesquisa para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro<sup>19</sup>.

A classificação dos prontuários nas caixas, que estão etiquetadas de acordo com os códigos próprios das normas de catalogação arquivística, é feita pelo ano em que ocorreu a primeira internação dos pacientes no São Pedro. Os prontuários são compostos, geralmente, por uma capa de papelão; pela guia de admissão que é

---

<sup>18</sup> Os prontuários de pacientes que internaram mais recentemente (depois de 1973 até os dias de hoje) encontram-se em arquivo próprio na sede do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

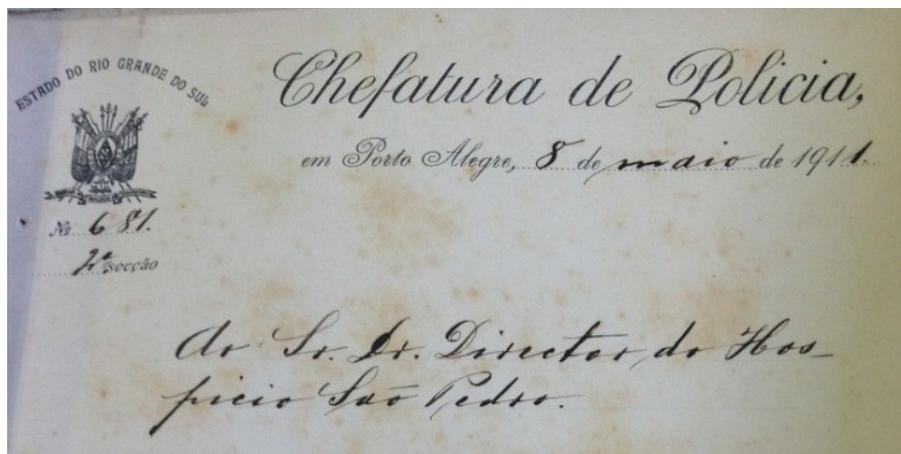
<sup>19</sup> O projeto de pesquisa “Cartas do Hospício: políticas da memória e do esquecimento – contingências da leitura e da escritura” foi submetido à apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS e do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro e obteve parecer favorável de ambos.

a primeira página, na qual constam os dados de identificação do paciente como: classe (pobres ou pensionistas), nome, filiação, idade, estado civil, cor, temperamento, constituição (forte, fraco, regular), profissão, nacionalidade e outros; há também um campo para escrita do diagnóstico; para registro das datas de entrada e saída (que eram para assistência, por curado, a pedido da família ou por fuga) e do falecimento, quando fosse o caso; o espaço para objetos deixados em depósito (provavelmente os pertences trazidos pelos pacientes), quase nunca era preenchido. A guia de admissão teve modificações ao longo do tempo, sendo que em determinados períodos passou a contar com uma foto do interno e outros dados. As demais páginas eram para registros da evolução clínica, onde aparecem, normalmente, poucos registros. Encontram-se anexados os requerimentos de internação; atestados médicos; em alguns casos cartas e bilhetes; além de outros documentos.

A análise que fizemos dos prontuários do Hospício São Pedro mostra que os discursos sobre a loucura, ou sobre os loucos, eram proferidos pelos alienistas, mas não apenas por eles. Outros personagens que se encontravam além dos muros do hospício também escreviam sobre os loucos. Isso fica evidente nas muitas correspondências recebidas, que ficavam arquivadas nos prontuários dos pacientes.

O tipo de correspondência recebida mais comum que encontramos nos documentos pesquisados eram ofícios remetidos pela polícia. A presença desses ofícios nos prontuários se deve ao fato de que, normalmente, quem realizava os pedidos de internação no Hospício São Pedro, principalmente dos pacientes mais pobres, era a Chefatura de Polícia. Nesse ponto, destacamos uma passagem do livro “Diário do Hospício”, escrito por Lima Barreto, quando, por causa do diagnóstico de alcoolismo, fora internado no Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, em 1919, que ilustra essa relação entre a loucura e a polícia. Escreve o autor: “Não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia em minha vida”. (BARRETO, 2010, p. 44). A participação da polícia nos pedidos de admissão demonstra o quanto a loucura era entendida como uma contravenção da ordem pública e que precisava da interferência dos mecanismos disciplinares (policiais e asilares) na sua contenção.

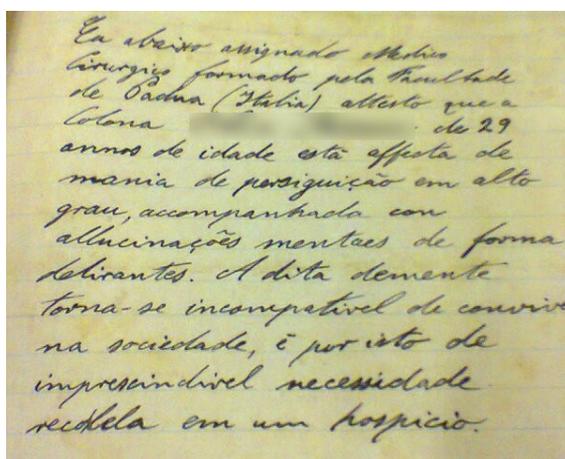
Imagem 7 – Carta da Chefatura de Polícia ao Diretor do Hospício São Pedro com o pedido de admissão de um alienado [1904].



Fonte: fotografia registrada pelo autor.

O encaminhamento ao hospício era feito algumas vezes por médicos dos municípios de origem dos pacientes, os quais atestavam a sua insanidade; porém, isso, normalmente, não dispensava a solicitação de admissão por parte da Chefatura de Polícia. Na carta a seguir (imagem 8), um médico de Bento Gonçalves/RS certifica que Olívia, moradora de uma colônia de imigrantes italianos da região da serra, estava “affecta de mania de persiguição em alto grau, acompanhada con allucinações mentaes de forma delirantes”. Ele acrescenta que: “A dita demente torna-se incompatível de conviver na sociedade é por isto de imprescindível necessidade recolela em um hospício”.

Imagem 8 – Carta de um médico solicitando internação no Hospício [1909].



Fonte: fotografia registrada pelo autor.

Há também as cartas escritas por familiares explicando os motivos da perda de juízo dos seus irmãos, filhos, pais e outros parentes, que enlouqueciam por ter “levado um coice de cavalo”, por ficar “maquinando ideias de revolução”, por “não cuidar mais dos seus negócios” e tantos outros motivos. Por causa disso, precisavam ir para o hospício a fim de serem “devidamente observados e tratados”.

Encontramos também alguns casos em que a comunidade se mobilizava para enviar algum “alienado” ao São Pedro, como ocorreu com um “crioulo” de nome Francisco. Os moradores da localidade de Lomba Grande, na época distrito de São Leopoldo/RS, enviaram uma carta para o Delegado da cidade, em 15 de setembro de 1895, pedindo providências. Segue um trecho da correspondência:

Illmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia  
de [palavra ilegível] de São Leopoldo

Dirigimo-nos respeitavelmente a Vsa. Sa. com o pedido de servir-lhe nos livrar de um grande sacrifício em dar providencias de remetter o Crioulo por nome [Francisco] que se acha cá neste lugar, incomodando a população do lugar e não se acha no seu juiso perfeito ao Hospicio em Porto Alegre. [...]

A reivindicação é assinada por uma lista de cidadãos, cujos sobrenomes remetem à descendência alemã o que deixa a mostra um traço da história da colonização dessa cidade<sup>20</sup>. Esses cidadãos solicitam a intervenção da força policial para protegê-los daquele que, apesar de não ter sobrenome (no prontuário consta apenas o registro do primeiro nome), parecia ser uma figura conhecida no vilarejo. Eles justificam na carta que se sentiam incomodados com as suas atitudes “indesejáveis”; no hospício Francisco recebeu diagnóstico de epilepsia e faleceu lá algum tempo depois.

Outro Francisco (também sem sobrenome), morador do Distrito de Santiago do Boqueirão/Freguesia de São Basílio – São Borja/RS, também movimentou vários dos seus conterrâneos que se mobilizaram em favor de sua internação. Diferente do primeiro que gozava de certo desprezo de seus vizinhos, esse Francisco era um jovem “de menor idade”, que chegou ao São Pedro portando algumas cartas de recomendação redigidas por alguns dos seus conterrâneos que se compadeciam de

---

<sup>20</sup> Em São Leopoldo desembarcaram, no ano de 1824, os primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul e se estabeleceram às margens do Rio dos Sinos.

sua desfavorecida situação. Através das correspondências assinadas pelo Vigário e pelo Subdelegado de Polícia, podemos conhecer um pouco da sua história.

Atesto e juro como em fé [?] que um meo paroquiano de nome [Francisco] de menor idade, i he extremamente indigente e horfão de mai, sendo filho natural<sup>21</sup>; o foi criado em casa de [Benta de Andrade] por caridade.

Freguesia de São Basilio 20 de Abril 1887  
Ab. Vigario  
[José Fortunati]

Attesto a bem da verdade e sobre o juramento do meu cargo que o menor de nome [Francisco] é extremamente desvalido, sendo orfão de mãe e Filho natural foi criado em casa de [Benta de Andrade] e si acha soffrendo de alienação. O refferido é verdade. [...]

Comarca de São Borja 2 de maio de 1887  
[Venceslau Correa]  
Subdelegado de Policia.

Além dessas duas cartas, Francisco levava consigo a Porto Alegre uma outra, escrita por um escrivão, a pedido do seu padrinho (de quem recebera o nome em homenagem). Nessa missiva, endereçada ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia (que era responsável pela administração do Hospício São Pedro naquela época), Francisco Machado solicitava o recolhimento do seu afilhado, comprometendo-se em pagar as despesas dele, sendo então admitido como pensionista. O jovem, que na ocasião tinha aproximadamente dezoito anos (os informantes não sabiam precisar a sua idade), internou em 10 de maio de 1887. Menos de um ano depois, em 07 de maio de 1888, uma carta era expedida pelo Hospício São Pedro, comunicando que Francisco havia falecido de tuberculose pulmonar, pedindo que fossem tomadas providências em relação ao seu sepultamento.

As correspondências escritas por esses diversos autores (médicos, delegados, padres, familiares e tantos outros) nos permitem conhecer alguns fragmentos das histórias de vida desses tidos como alienados, que internavam no Hospício São Pedro em outras épocas. A partir dessas narrativas, podemos ter acesso aos discursos sobre o “enlouquecimento” desses sujeitos, quando alguém se

---

<sup>21</sup> “Filho natural” era uma das formas de designar a condição de “filhos ilegítimos”, ou seja, gerados fora do casamento; nesse caso, quando os pais eram solteiros. Em relação a Francisco, possivelmente houve o abandono do pai ou era desconhecido, considerando que ele não é mencionado nos documentos, o que se sabe é que era órfão de mãe.

colocava a escrever para a instituição que supostamente detinha a verdade sobre a loucura. Diferente desse conjunto de correspondências, as “cartas do hospício” (aquelas escritas pelos pacientes durante a internação e que possivelmente não foram enviadas aos destinatários), possuem algumas peculiaridades no que se refere aos “arquivos da loucura”. As cartas do hospício diferem, significativamente, dessas outras cartas das quais há pouco falávamos, assim como, dos prontuários, dos relatórios periciais, dos atestados de insanidade, das ocorrências policiais, das publicações em periódicos especializados e de outras fontes que costumam ser tomadas como objeto de análise nos estudos dessa natureza. São diferentes porque tais cartas foram escritas por aqueles que eram considerados loucos, o que nos permite dizer que esses documentos que encontramos nos colocam empiricamente diante da escritura daqueles a quem o direito à palavra foi compulsoriamente aniquilado e a voz imperiosamente coagida no contexto de internação nos hospícios para “insensatos”

## **Traço 2: Arquivo e coleção – a coleta de restos e resíduos**

“O arquivo pressupõe um arquivista, uma mão que coleciona e classifica”, diz Farge (1989, p. 9, tradução nossa); nisto consiste uma aproximação entre esses dois traços do arquivo. No primeiro apresentamos o arquivo como o lugar onde são armazenados os documentos; no segundo, que pode ser entendido como um desdobramento do primeiro, discutiremos a possibilidade de o arquivo configurar-se como uma coleção de documentos, que são acumulados de acordo com uma certa intencionalidade.

Em se tratando da pesquisa com documentos, o trabalho daquele que persegue esses restos do passado é semelhante ao trabalho do colecionador, que busca inventariar os objetos, reuni-los, agrupá-los. Foucault (2008) afirma que a história tradicional procurava “memorizar” os *monumentos do passado* (entendendo monumento como aquilo que considerava digno de ser conservado como uma lembrança) e transformá-los em *documentos*, a fim de garantir sua perpetuação; de

acordo com a sua proposta metodológica, a história precisa inverter essa operação, transformando os *documentos* (os vestígios do passado, sejam eles quais forem e sob quais suportes estiverem) em *monumentos*. O trabalho da história que concebe os documentos livres dessa hierarquização e valoração *a priori*, “procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries e relações”. (FOUCAULT, 2008, p. 7).

A elaboração das séries, conjuntos e relações entre os documentos, consiste em uma atividade colecionadora, que pretende salvá-los do esquecimento, da dispersão e da ruína que assola as coisas do mundo. Para Benjamin (2009), o colecionador é aquele que retira os objetos de suas relações funcionais e de suas serventias primeiras. Um selo para um filatelista, por exemplo, não serve apenas para seus fins postais, pois se estabelece entre ambos uma relação de outra ordem; há uma reverência devotada do colecionador em relação ao objeto que deseja acrescentar a uma série, dando-lhe um suporte especial e, principalmente, contando a sua história.

Além do venerável empenho taxonômico do colecionador e de seus esforços de conservação e exposição, ele compreende cada objeto de sua coleção como uma verdadeira enciclopédia que abarca o passado histórico e geográfico que se acumula na superfície da coisa colecionada.

[...] para o colecionador, o mundo está presente em cada um dos seus objetos e, ademais, de modo organizado [...]. Basta que nos lembremos o quanto importante é para cada colecionador não só o seu objeto, mas também todo o passado deste. (BENJAMIN, 2009, p. 241).

A poética de Arthur Bispo do Rosário (1909 – 1989) compreende uma relação muito peculiar com essa questão do colecionismo, enquanto modos de se lidar com o passado. A obra do artista sergipano reúne alguns fragmentos de sua vida, que foi fortemente marcada pelas insígnias da exclusão de alguém que era pobre, negro e louco. (SELIGMANN-SILVA, 2007). Sua cela na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, onde esteve internado por anos, transformou-se numa espécie de atelier-galeria, onde produzia e expunha suas obras. As “coisas do mundo” foi o que Bispo buscou inventariar,

[...] movido pela crença de que teria recebido de Deus essa missão. Sua aspiração à exaustividade, aliada ao fervor com que conduziu a tarefa de catalogação de todo o “material existente na terra dos homens” levou-o à

construção de uma obra múltipla, na qual reuniu não apenas tudo (ou quase tudo) que acreditava ser necessário para a reinvenção do mundo após o Juízo Final, como também registros e detritos de um tempo, um lugar, uma história de vida. (MACIEL, 2008, p. 118).

Sapatos, talheres, cabos de vassoura, canecas e uma imensidão de outros objetos fazem parte do arquivo de Bispo do Rosário, uma coleção de restos, de tudo que a sociedade descartou e desprezou. Todos esses objetos foram salvos da perdição e do perecimento comum às coisas do mundo. Sua obra também inclui extensos fichários e listas com nomes de pessoas, juntados durante sua vida, com fins de salvá-los de uma hecatombe escatológica, recriando-os em pequenas miniaturas, reunindo os sobreviventes da catástrofe nas listas e “arcas” no seu intento colecionista.

[Bispo do Rosário] com suas listas de nomes, fichários e bordados queria como que incluir na sua obra-arca todas as coisas, pessoas, pensamentos e sonhos. Sua utopia era a construção de uma segunda “arca de Noé”, como também recorda Maria Esther Maciel, voltada para salvar os “restos” da (pós-)cultura industrial. Esta lembrança da arca de Noé é inevitável diante da idéia obsessiva de Rosário, segundo a qual ele deveria copiar o mundo em suas miniaturas e elencar os nomes dos que seriam salvos. (SELIGMANN-SILVA, 2007, p. 146).

Conta-se que seus mantos sagrados, como o manto de apresentação que seria usado no dia do juízo final, eram bordados com fiapos de linhas obtidas desfiando lençóis e os uniformes do hospício<sup>22</sup>. O acervo de Bispo do Rosário, composto por cerca de mil obras, comporta incontáveis objetos da sua coleção heterogênea, “na qual a totalidade se evidencia como um conjunto sempre inacabado e fragmentário, apesar das pretensões de completude e exaustividade que norteiam a sua concepção”. (MACIEL, 2008, p. 118).

---

<sup>22</sup> Parte da obra de Arthur Bispo do Rosário está no acervo do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, situado no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://museubispodorosario.com>

Imagem 9 – Manto de apresentação. Arthur Bispo do Rosário



Fonte: reprodução fotográfica de Vicente de Mello. Enciclopédia Itaú Cultural<sup>23</sup>

Imagem 10 – Talheres. Arthur Bispo do Rosário



Fonte: reprodução fotográfica de Vicente de Mello. Enciclopédia Itaú Cultural

O personagem Nino Quincampoix, do filme “O fabuloso destino de Amélie Poulain” (Dirigido por Jean-Pierre Jeunet, 2001), é também um colecionador obstinado, apesar de essa expressão – colecionador obstinado – soar quase como um pleonasma, considerando a pretensiosa tendência à exaustividade e o desejo de completez que está presente no proceder de cada colecionador, pelo caráter de

<sup>23</sup> As figuras das obras de Arthur Bispo do Rosário aqui reproduzidas são fotografias de Vicente de Mello e ilustram o verbete “Arthur Bispo do Rosário” da Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10811/arthur-bispo-dos-dos%C3%A1rio>. Acesso em 28 mar. 2019.

acumulação e armazenamento do colecionismo. A coleção de Nino se assemelha com o colecionismo de Bispo pela efemeridade do objeto colecionado e sua descartabilidade. O jovem parisiense colecionava fotografias 3x4 de desconhecidos, tiradas em cabines de retratos instantâneos que ficavam em lugares públicos; ele regatava as fotografias rasgadas e descartadas pelos seus respectivos donos e abandonadas próximo às máquinas fotográficas onde foram tiradas. O álbum de fragmentos de fotos de desconhecidos compõe o arquivo de Nino, ou seja, sua coleção. Nino se aproxima das figuras do trapeiro e do poeta, tal como são caracterizadas por Benjamin (1989, p. 78) em sua análise da poesia de Baudelaire em discussão com os modos de produção capitalista:

“Aqui temos um homem — ele tem de recolher na capital o lixo do dia que passou. Tudo o que a cidade grande jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que desprezou, tudo o que destruiu, é reunido e registrado por ele. Compila os anais da devassidão, o cafarnaum da escória; separa as coisas, faz uma seleção inteligente; procede como um avarento com seu tesouro e se detém no entulho que, entre as maxilas da deusa indústria, vai adotar a forma de objetos úteis ou agradáveis”. Essa descrição é apenas uma dilatada metáfora do comportamento do poeta segundo o sentimento de Baudelaire. Trapeiro ou poeta — a escória diz respeito a ambos; solitários, ambos realizam seu negócio nas horas em que os burgueses se entregam ao sono.

Imagem 11 – Álbum de fotografias de Nino Quincampoix.



Fonte: filme “O fabuloso destino de Amelie Poulain” (O FABULOSO..., 2001)

O colecionismo de Bispo do Rosário e de Nino faz-nos lembrar de uma paciente que conhecemos no Hospital Psiquiátrico São Pedro há alguns anos. Uma senhora de baixa estatura e cabelos grisalhos um pouco acima dos ombros. Todos a conheciam como “Maria Muda”. Apesar de desaconselhado por motivos éticos,

mantivemos aqui o seu nome, pois, por si mesmo, parece soar como um pseudônimo; um pseudônimo impetrado por uma instituição total, enquanto parte da penosa mutilação dos sujeitos em relação aos processos identitários (GOFFMAN, 1974). No trato com ela, jamais a chamamos assim, pois isso nos parecia pejorativo; chamávamos de Maria, simplesmente, Maria.

Importa que Maria não falava e, provavelmente, por isso recebera essa alcunha. Sua idade, na época, já não conseguimos mais precisar, embora sua aparência denunciasse o peso dos anos e o peso de tudo aquilo que a vida lhe havia reservado; a memória nos trai em relação aos dados de diagnóstico e de sua história pregressa ao São Pedro. O que lembramos é que Maria estava há décadas no Hospital.

Não poucas vezes, Maria envolvia-se em confusões, pois, segundo a opinião de alguns, era versada em fazer intrigas... Dizia que o estagiário estava namorando a estagiária... Discutia com os outros pacientes da unidade... Fazia piadas eróticas, acompanhadas de risadas ruidosas. Maria fazia tudo isso sem dizer uma palavra sequer, recorrendo única e exclusivamente ao seu amplo repertório gestual.

Havia dias, no entanto, que Maria parecia triste... Chegava à Oficina de Criatividade<sup>24</sup> acusando ora um, ora outro, de terem lhe roubado um relógio. Sofria, gritava e chorava pela falta que o relógio lhe fazia.

Maria usava por cima da roupa um vestido largo, amarrado na altura da cintura por um cinto ou algo que o valha, o que permitia que ali, junto ao peito, ela guardasse uma infinidade de pertences... Pentas, tecidos, papéis e, é claro, seus relógios. Além desse pequeno acervo que ela carregava consigo, Maria mantinha, em uma pequena sala pouco utilizada na parte antiga do Hospital, um esconderijo da sua coleção de objetos, tudo cuidadosamente organizado em sacos. A opacidade característica desses sacos, a discrição e o respeito à sua privacidade nunca nos permitiram saber a natureza exata desses objetos, tampouco os critérios utilizados para a classificação dos mesmos. Como Bispo, Maria colecionava. Maria “anarquivava” um arquivo ao reunir aqueles objetos, produzindo um “deslo(u)camento” dos seus usos e seus sentidos. (SELIGMANN-SILVA, 2014).

---

<sup>24</sup> A Oficina de Criatividade foi criada nas dependências do Hospital Psiquiátrico São Pedro em 1990 e, atualmente, faz parte do Núcleo de Atividades Expressivas Nise da Silveira. A Oficina é um ateliê de artes que atua no âmbito do cuidado em saúde mental, atendendo moradores do São Pedro, pacientes das unidades de internação, além de usuários dos serviços de saúde de bairros próximos que são encaminhados pelas equipes. (NEUBARTH, 2012).

### **Traço 3: Arquivo e práticas discursivas – o dito e o não-dito**

Nossas discussões sobre o arquivo, inicialmente, trataram-no como o lugar onde são armazenados os documentos do passado e, em seguida, procuramos estabelecer a relação deles com o colecionismo. O arquivo entendido tanto como um lugar, quanto como uma coleção remete à sua materialidade, como podemos constatar nos dois traços apresentados anteriormente. A noção de arquivo, até aqui, esteve diretamente associada àquilo que o compõe, ou seja, esteve relacionada com os documentos, enquanto objetos que, agrupados, formam o arquivo.

Os documentos, sob os domínios da ciência arquivística, da biblioteconomia e da museologia são manipulados e tratados tecnicamente na expectativa de conservar o passado, formando uma grande massa documental que armazena os rastros do passado. Quando concebemos os documentos como objetos de uma coleção (ou de um arquivo/coleção), demos um passo na direção de uma certa pragmática ou de uma metodologia, pois, demarcamos, nesse caso, como uma reunião de restos, como o resultado do trabalho de um trapeiro que ajunta aquilo que fora desprezado e descartado. (BENJAMIN, 1989).

Junto com Foucault (2008, p. 146) pretendemos agora deslocar a noção de arquivo, para além dessa relação direta com os documentos que vimos até aqui.

Não entendo por esse termo [arquivo] a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição.

O arquivo, para Foucault (2008), remete ao campo discursivo, mais precisamente, às práticas discursivas. Seu modo de conceber e abordar os discursos, no entanto, não está baseado na análise linguística (que envolve as relações sintáticas e semânticas das frases e proposições), mas compreende o discurso como prática. Isso quer dizer que o discurso é algo que ocorre no âmbito

das relações entre os sujeitos (nas relações de poder) e, ao ser enunciado, produz algo no mundo, ou seja, dá visibilidade e dizibilidade a um objeto discursivo e produz modos de existir no mundo.

Os discursos são formados por grupos de enunciados que, por consequência, também são entendidos além da sua estrutura linguística. O enunciado diz respeito, exclusivamente, aos signos, pois, remete ao gesto da escrita ou à articulação da palavra. Sua existência está ligada ao campo da memória, pois aciona o “já dito” e sua historicidade. No que se refere a esse aspecto da historicidade, há a instauração de um paradoxo: enquanto um acontecimento, o enunciado é sempre único, embora, esteja aberto à repetição, à transformação e à reativação. (Foucault, 2008).

O interesse do autor consiste em descrever os acontecimentos discursivos, questionando “como apareceu determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2008, p. 30). Quando Benjamin (1987, p. 223) desafia-nos a ouvirmos “nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram”, sua provocação remete à mesma ousadia foucaultiana (2008, p. 31) que pretende “descobrir a palavra muda murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, [que pretende] restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma”. Trata-se de sacudir a quietude dos discursos, sua pretenciosa continuidade e hegemonia, trata-se de problematizá-los ao estabelecer correlações entre os enunciados e de saber que formas de enunciação ele exclui ao emergir enquanto uma formação discursiva.

Através das práticas discursivas, os enunciados têm a sua regularidade, dispersão e desaparecimento atualizados; uma vez que determinados discursos são validados e legitimados, enquanto que sobre outros incidem os procedimentos de exclusão, rejeição e interdição. (FOUCAULT, 2008; 2011a). Isso evidencia a correlação entre discurso e poder<sup>25</sup> que, como já mencionamos anteriormente, coloca para funcionar os mecanismos da memória e do esquecimento. Memória

---

<sup>25</sup> Percebemos nos textos citados nesse parágrafo (que são: o livro “A arqueologia do saber”, de 1969, e “A ordem do discurso”, aula pronunciada no Collège de France, em 1970), a presença embrionária da “análise das relações de poder”, antecipando a perspectiva genealógica, a qual foi desenvolvida por Foucault nos trabalhos subsequentes. Entendemos que a arqueologia e a genealogia podem funcionar numa certa complementaridade metodológica. A arqueologia, enquanto o método de análise e descrição das práticas discursivas, que se ocupa da história dos saberes e sua dizibilidade e visibilidade; e a genealogia, que procura dar visibilidade às relações de poder que oferecem condições de possibilidade para a emergência de determinadas práticas discursivas e o silenciamento de outras, que conferem legitimidade para certos saberes e desqualificam outros. (FOUCAULT, 1979).

como aquilo que merece ser lembrado e esquecimento como aquilo que é tido como indigno e irrelevante.

Feitas essas definições preliminares, podemos agora dizer que o arquivo é o que faz aparecer as regras que permitem que os enunciados subsistam, coexistam e se modifiquem; ele é o “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”. (FOUCAULT, 2008, p. 148). Isso significa que, em relação aos enunciados, ele é capaz de “fazê-los durar”, mas abarca também aquilo que se dispersou, que sofreu rearranjos e o que fora silenciado e apagado no âmbito das relações de poder. Pode-se dizer que, de acordo com essa perspectiva, o arquivo não é o que unifica os discursos, colocando-os numa série (como é o caso da composição de um fundo documental que, de acordo com determinados critérios técnicos, classifica os documentos), mas é o que diferencia os discursos. O arquivo refere-se ao “jogo das regras que determinam em uma cultura a aparição e a desaparecimento dos enunciados, sua persistência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimento e coisa”. (REVEL, 2002, p. 8, tradução nossa).

O ato de dizer está submetido às prerrogativas da língua que define gramaticalmente as possibilidades do dizer, as regras de formulação das frases; do mesmo modo que atende aos limites sociohistóricos e políticos, pois, nem tudo pode ser dito em qualquer tempo e em qualquer contexto. Como afirma Graciliano Ramos:

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem e Política Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (1986, p. 34).

Partindo desses aspectos determinantes da língua e das articulações políticas de uma determinada época, o “arquivo é [...] a lei que regula o que pode ser dito”. (FOUCAULT, 2008, p. 147). Podemos entender que as cartas do hospício contêm aquilo que não pôde ser dito e foram impactadas pelos mecanismos de regulação e coerção dos discursos.

Na pesquisa que realizamos nos prontuários poderíamos destacar, a título de exemplo, a “degeneração hereditária” como uma formação discursiva que emergia

no início do século XX<sup>26</sup>, entendendo-a como algo que pôde ser dito naquele momento histórico. Deleuze (2005) afirma que devemos, ao analisar uma formação discursiva, distinguir “três espaços” que permitem aos enunciados emergirem e durarem: *o espaço colateral, o espaço correlativo e o espaço complementar*. Pretendemos demonstrar, de modo não exaustivo, como esses espaços se articulam em relação a essa formação discursiva.

O conjunto de enunciados que se associam (em um espaço colateral) para a emergência da degenerescência hereditária, engloba outras formações discursivas sobre o alcoolismo, a idiotia, a perversão moral, a sífilis, além de outros que eram concebidos como comorbidades ou mesmo como modelo explicativo desse quadro patológico, que colocavam a alienação, a pobreza e a periculosidade como aspectos correlacionados; são signos que se agrupam, dada a sua dispersão espaço-temporal e se referem a um mesmo objeto, ou seja, referem-se a essa categoria diagnóstica utilizada pela psiquiatria na virada do século passado.

Os enunciados são performatizados por diferentes sujeitos que possibilitam a sua enunciação e efetivação; neste caso, podemos destacar que “psiquiatras” e “degenerados” são entendidos como sujeitos indeterminados e não como sujeitos da enunciação, que pressupõem uma personalidade de onde o enunciado derivaria; são sujeitos que fazem com que os discursos tenham um lugar em um “murmúrio anônimo”. Junto com isso, esse enunciado produz um objeto discursivo, que é, em certa medida, a própria “materialidade” da degenerescência, o que dá contorno a sua existência. Além disso, reúne os conceitos que povoam os seus esquemas discursivos. Essa relação entre os sujeitos, os objetos e os conceitos corresponde ao segundo espaço do enunciado, ou seja, seu espaço correlativo.

Por fim, um enunciado possui um espaço que lhe é extrínseco e complementar, que envolve as formações não discursivas, aquelas que dizem respeito aos aspectos institucionais, políticos e econômicos que se engendram historicamente. A emergência dos discursos sobre a degenerescência hereditária, enquanto categoria diagnóstica, aponta para a influência europeia que perpassava as práticas da psiquiatria, assim como outros setores, em um país fortemente

---

<sup>26</sup> Em nossa pesquisa com os prontuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro, observamos certa recorrência do diagnóstico de degenerescência hereditária no início do século XX. Essa questão foi melhor desenvolvida em nossa dissertação de mestrado (TREVIZANI, 2013). O objetivo de apresentá-la aqui consiste na tentativa de realizarmos uma espécie de “exercício”, que tem o intuito de demonstrar uma forma de proceder a essa análise discursiva proposta por Foucault, estabelecendo relações com a noção de arquivo que estamos discutindo.

marcado pela colonização. Pode-se dizer que a degenerescência estava diretamente relacionada aos preceitos higienistas e eugênicos que se instituíam na recente República Brasileira do início do século; tais discursos possibilitavam uma categorização daqueles que representavam um risco para os ideais de ordem e progresso, difundindo as práticas de uma medicina social comprometida com os princípios da moralidade da época, cujos discursos associam uma rede enunciativa que envolve a alienação, a pobreza e a periculosidade. Além dessa “função social”, em termos políticos e econômicos, a degenerescência hereditária teve condições de emergência nesse momento histórico também porque oferecia uma espécie de redenção à própria psiquiatria, no que se refere a sua posição de “dívida” diante dos demais ramos da medicina; de certa maneira, a hereditariedade responde à prerrogativa biológica que sustenta o paradigma anatomopatológico em que se apoia a ciência médica moderna. Segundo Serpa Jr. (2010, p. 457),

A teoria da degenerescência emerge num período da história da psiquiatria em que esta precisava do respaldo de uma teoria abrangente, capaz de fornecer uma descrição do fenômeno da loucura em termos compatíveis com o vocabulário da medicina em geral e adequada às exigências da ciência positiva.

Podemos constatar, a partir desse breve “exercício” no qual buscamos analisar alguns aspectos envolvidos na emergência dos discursos sobre a degenerescência hereditária no início do século XX, que essa formação discursiva (ou essa categoria diagnóstica) está em desuso nos manuais de psicopatologia e nas práticas psiquiátricas dos nossos dias. Contudo, os enunciados que o compõem não desaparecem, pelo contrário, se modificaram, dada a sua dispersão temporal e as condições históricas do presente, de modo que se atualizam em diferentes formas de conceber a anormalidade na atualidade.

A noção de arquivo em Foucault (2008) compreende as regras do que pode ser dito, reunindo, portanto, o acúmulo do “já dito” (sem que esse acúmulo seja entendido como uma posição passiva dos enunciados, pois eles, como já mencionamos, estabelecem uma relação dinâmica que envolve regularidade, dispersão, transformação...). O nosso encontro com as cartas do hospício, entretanto, faz aparecer outra dimensão do arquivo, a saber: o “não dito” ou aquilo que não se pôde dizer. O não dito, nesse caso, não corresponde somente àquilo que fora interdito, mas também aquilo que ainda poderia ser dito, que pertence a um

campo de possibilidades e devir. O arquivo então reúne tudo aquilo que já teve condições de existência no âmbito da linguagem, mas também aquilo que não pôde (por ter sido interditado), ao lado daquilo que ainda se pode dizer (o que é da ordem do devir, do virtual).

O arquivo, portanto, não é um simples depósito de documentos, mas sim um guardião distraído das coexistências e virtualidades que, conforme o arranjo das circunstâncias históricas, sociais e políticas, possibilita o agenciamento de enunciados, atualizando os acontecimentos, fazendo-os emergir em repetições ao longo da história, mas sempre em condições singulares e inéditas; “o que ele repete [é] outra coisa”, diz Deleuze (2005, p. 23).

O arquivo não se resigna a uma posição sepulcral, ele se move, se agita, regurgita, de maneira que fora esquecido desloca-se e atualiza-se em diferentes épocas. O súbito encontro com as cartas, que as fizeram aparecer de onde estavam soterradas pelo esquecimento, poderia ser comparado com aquilo que é uma propensão do arquivo: fazer peripécias com os enunciados, ou seja, fazê-los aparecer (ou atualizar-se) em circunstâncias sempre inéditas e singulares. Entretanto, precisamos esclarecer que em nossa abordagem das cartas do hospício não pretendemos recortar do seu conteúdo determinados enunciados e colocá-los em análise. Isso porque, se assim procedêssemos, muito facilmente poderíamos criar uma “hermenêutica das cartas do hospício” e cair nas armadilhas da interpretação e das explicações sobre as cartas ou sobre o que os autores quiseram dizer, em uma análise de conteúdo. Nossa intenção é trabalhar com as cartas na sua relação com o arquivo. As circunstâncias que as levaram a cair no esquecimento, no âmbito das relações de poder. Se o arquivo resguarda as relações entre o que pode ser dito e o não dito, o testemunho, como discutiremos em seguida, é um acontecimento que emerge na tensão entre o “dizível” e o “indizível”.

#### **Traço 4: Arquivo e testemunho – o dizível e o indizível**

A temática do testemunho mobiliza o interesse de diversas áreas do conhecimento como apontam Seligmanm-Silva (2003; 2005), Agamben (2008),

Gagnebin (2009) e outros. Podemos entender, de acordo com esses autores, que a noção de testemunho remete, pelo menos à primeira vista, ao campo da Teologia. No contexto cristão, os crentes professam publicamente a sua fé, procurando estabelecer uma relação entre aquilo que creem e os modos como conduzem as suas vidas, sendo essa prática denominada de “testemunho”. Nos primórdios do cristianismo, a declaração pública da fé cristã significava o enfrentamento ao opróbrio, à infâmia e à vergonha; esse ato audacioso representava a possibilidade iminente de colocar a própria vida em risco. Paulo, o apóstolo, em umas das suas cartas ao amigo Timóteo, durante o tempo em que esteve preso em Roma (após ampla perseguição política e religiosa que o levou à morte), escreveu as seguintes palavras: “Portanto, não te envergonhes do testemunho de nosso Senhor, nem de mim, que sou prisioneiro seu; antes, participa comigo das aflições do evangelho segundo o poder de Deus<sup>27</sup>.” (II Epístola..., 2002, p. 1084). Nesse trecho da epístola, o autor procura incentivar e consolar seu jovem amigo, ao passo que fica evidente a associação das ideias de sofrimento e vergonha à causa que defendiam; assim como ele, outros que vieram antes e depois, foram martirizados por testemunharem em favor dessa causa.

No âmbito jurídico, o testemunho aparece como algo recorrente nos meandros forenses, na medida em que isso é entendido como artifício de prova previsto nos códigos processuais e penais. Os saberes psicológicos adentram esse mesmo terreno quando procuram oferecer subsídios técnicos que buscam desenvolver métodos de entrevista da testemunha, com fins de extrair dela “a verdade” para a “elucidação dos fatos”. A Psicologia Jurídica, além disso, se propõe também a questionar teoricamente a validade e a fidedignidade factual do testemunho, tendo em vista que, nessa perspectiva, o testemunho é entendido como um fenômeno comportamental, ligado à percepção e à memória de um indivíduo que precisa evocar, por meio de um relato *a posteriori*, detalhes sobre o acontecimento testemunhado, que serão, por sua vez, arrolados aos autos de um processo; a validade e a fidedignidade são postas à prova, pois, de acordo com essa perspectiva, o testemunho tem um caráter pouco objetivo e pode comprometer a verdade dos fatos.

---

<sup>27</sup> (II Epístola de Paulo a Timóteo 1: 8)

Além da Teologia, do Direito e da Psicologia Jurídica, outras áreas do conhecimento como a História, a Filosofia, a Literatura, a Psicologia Social, por exemplo, também vão se ocupar do testemunho, sua urgência e suas (im)possibilidades. O interesse se acentua diante dos eventos ocorridos no século XX, considerado como a “era das catástrofes”. Trata-se de um tempo em que a truculência e a barbárie tomaram proporções assombrosas, quando os horrores das grandes guerras mundiais, as armas de destruição em massa, os genocídios, os campos de concentração nazista, assim como as “violências estatais” (provocadas pelas ditaduras impostas por regimes totalitários que assolaram alguns países da América Latina), tornaram-se figuras emblemáticas dessa crueldade. Esses acontecimentos traumáticos fazem desmoronar os ideais humanistas do Iluminismo, colocando a mostra toda a atrocidade daquilo que o homem é capaz de submeter ao homem.

[...] podemos dizer que à “era das catástrofes” corresponde a “era dos testemunhos”. As catástrofes, na mesma medida em que explodem o referencial simbólico do Iluminismo, revelando seus ocos e contradições, geram um gigantesco acúmulo de dor e morte. O trabalho de luto das catástrofes do século XX deu uma nova dimensão ao trabalho da história, na mesma medida em que despertou novamente o interesse pela memória. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 82).

As catástrofes<sup>28</sup> históricas impulsionam a necessidade do testemunho. Primo Levi, citado por Agamben (2008, p. 26), afirmava que a sua única razão para sobreviver no campo de concentração nazista era não permitir que a testemunha morresse. “Sentia uma necessidade irrefreável de contar minha história a todo mundo”, dizia o sobrevivente de Auschwitz. No Prefácio do livro “É isto um homem?”, Primo Levi apresenta o seu propósito com essa obra:

[...] como intenção e concepção o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. (LEVI, 1998, p. 7).

O ímpeto de narrar as cenas que invadem a memória do sobrevivente, descrevendo em detalhes as experiências vividas nos campos de extermínio

---

<sup>28</sup> Benjamin (1987), nas teses sobre o conceito da história, fala sobre uma “catástrofe única”, iniciada no passado, mas que não cessa no presente.

promovem a urgência do testemunho. A necessidade imprescindível de narração não se restringe, contudo, àqueles que passaram pelos campos de concentração nazista, mas se impõe também a outros que foram expostos a situações de intenso sofrimento.

Pierina, em sua “Carta aos Senhores Dottores”, escreve: “Senhores Dottores. Eu escrevi esta carta para explicar todo ho que tenho pasado neste triste mundo [...]. Eu gostaria que estas cartas foce tudo num jornal para tudo o povo saber”. Filha mais nova de um casal de imigrantes italianos que vivia numa colônia em Garibaldi, no interior do Estado, Pierina conta que “im principio de Agosto um dia de segunda feira” começou manifestar os primeiros “sinais da sua loucura”, que a levaram, alguns meses depois, a matar por afogamento sua filha Elvira, de um ano e cinco meses, em uma bacia de lavar roupas no porão da sua casa.

Na carta endereçada aos alienistas do Hospício São Pedro – onde ela fora internada, de 1909 a 1911, por determinação das autoridades para ser devidamente observada – Pierina faz uma retomada da sua história de vida, na tentativa de contar/explicar/confessar tudo o que lhe sucedera para que se tornasse “tão infeliz”. Nascida com o destino de cuidar dos pais na velhice, Pierina relatou sua vida de pobreza, pois passava “trabalhando dia e noite para poder viver, de dia narosa [na roça], de noite de transa [palha] para chapeos”. A situação de miséria que vivia junto com o marido e a filha, assim como os desentendimentos com o pai e com o cônjuge, fazia com que ela desejasse a morte: “Intão me veio este pençamento não temos nada pra vestir e nada pra comer, somos todo treis sem ropa [...] nois temos de morrer de fome, por que semos muito pobres”. A partir de então, ela começou a passar dias e dias sem comer e nem beber água; trancava-se no quarto; escondia-se na capoeira. A família resolveu tirar-lhe a filha em algumas ocasiões e fizeram cessar a amamentação, pois suspeitavam que ela “sofria de fraqueza”. Chamaram as feiticeiras para saber se estava com algum feitiço e o “dottor” da vila. As freiras visitavam-na regularmente e faziam com que ela comesse a força, davam-lhe banhos e lhe cortaram os cabelos; ela, no entanto: “destratava Deus porque me creou, e nossa senhora”. Chegou a tentar por fim a sua vida, colocando o rosto em uma vasilha com água até quanto pôde, mas teve medo e fracassou o seu plano de suicídio. As crianças das redondezas chamavam-lhe de louca. As vizinhas “coriosas” que iam visitá-la diziam-se compadecidas da criança e dos demais familiares, por terem que cuidar daquela que enlouqueceu. No dia da missa de sétimo dia de seu

pai – que, segundo corria nas redondezas, “morreu de desgosto” – toda família foi à igreja, deixando Pierina e a pequena Elvira sozinhas em casa. Nessa ocasião, ela realizou aquilo que premeditara: afogou o seu “Anzinho” em uma tina de lavar roupas, pois queria “lhe dar um bom lugar no céu”, diz Pierina na carta, “creio que ella esta gozando felisidade la na gloria”.

A história dessa jovem camponesa remonta as dificuldades econômicas a que estavam submetidos muitos imigrantes italianos que vieram ao Brasil, no final do século XIX, em busca de melhores condições de vida. A maioria deles, com suas famílias numerosas, viviam em colônias e se dedicavam à produção agrícola em pequenas propriedades, sendo necessário contar com a sorte de ter uma boa safra para a subsistência o que, por diversas razões, nem sempre ocorria. As relações conturbadas com o pai e com marido parecem apontar para aspectos culturais, envolvendo as relações de gênero, que naqueles modos de organização social situavam as mulheres em uma posição subalterna. (WADI, 2011). Todas essas situações, somadas ao preconceito enfrentado por Pierina por ter “enlouquecido” naquele pequeno vilarejo do interior, acarretaram-lhe, como ela mesma descreve, uma vida de infelicidade e fizeram com que desejasse morrer. O ato extremo que cometeu – o assassinato da própria filha – lançou-a nas engrenagens que fazem funcionar a relação entre os saberes médicos e jurídicos, assim como a famigerada articulação entre crime e loucura.

A história de Pierina, seu sofrimento vivido dentro e fora do hospício, colocam-na diante do imperativo do testemunho. “Eu gostaria que estas cartas fose tudo num jornal para tudo o povo saber”. Seus escritos assumem um tom quase catártico, diante do árduo trabalho de transformar o vivido em palavras. A carta aos médicos, por exemplo, parece ser para ela interminável, pois, por três vezes ela se despede dos seus destinatários e assina a carta, mas retoma na linha seguinte a escrita de outras lembranças que lhe invadem a memória.

A necessidade imprescindível da narração de situações traumáticas e catastróficas revela, por outro lado, um paradoxo do testemunho, expressando a sua condição impossível. O testemunho é impossível, porque as catástrofes são inomináveis, são incomensuráveis do ponto de vista do entendimento e não encontram paralelos. Evidenciam um excesso de “real”, cujo transbordamento escapa a possibilidade de representação no registro da linguagem; impõem uma cisão, uma fratura, um trauma, pois a intensidade do vivido que não se deixa reduzir,

não pode ser recoberto pelas palavras. (SELIGMANN-SILVA, 2003; 2005; AGAMBEN, 2008; GAGNEBIN, 2009).

Benjamin (1987) já falava sobre a condição de silêncio em que voltavam os combatentes das trincheiras que viram os bombardeios alargarem os limites dos campos de batalha ganhando também os ares graças ao uso inaugural dos aviões na Primeira Guerra. O desenvolvimento da técnica impossibilitava qualquer expectativa de um teto seguro e tornava o céu um lugar ameaçador. Os combatentes voltavam da guerra emudecidos, empobrecidos de experiências para transmitir, impactados pela fragilidade do corpo humano exposto àquelas explosões destruidoras.

Agambem (2008) afirma que sempre existe uma lacuna no testemunho, declarando que a *Shoah*<sup>29</sup>, por exemplo, foi “um acontecimento sem testemunhas”. Isso porque, na sua concepção, a “verdadeira testemunha” são aqueles que sucumbiram no campo, aqueles que não sobreviveram para testemunhar:

O testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes. As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”, os muçulmanos, os submersos. (AGAMBEN, 2008, p. 43).

A figura do muçulmano nos é apresentada pelos sobreviventes dos campos de concentração e Agambem (2008) buscou recolher algumas definições oriundas da literatura produzida por aqueles que escaparam do extermínio na tentativa de caracterizar os deportados que chegavam a essa condição. “Muçulmano” era um jargão utilizado em campos para referir-se àqueles cujo estado de desnutrição e esgotamento era capaz de gerar um completo submetimento (talvez daí advenha a origem do termo, tendo em vista que a palavra “muçulmano” literalmente significa

---

<sup>29</sup> *Shoah* em hebraico significa “devastação, catástrofe” e corresponde à palavra de origem grega “holocausto”. O genocídio de milhares de judeus nos campos de concentração nazistas costuma ser denominado Holocausto. Alguns autores preferem o primeiro termo em relação ao segundo, pois este último guarda em si um sentido religioso, relacionado às ofertas cerimoniais de expiação dos pecados, preconizados pela Lei Mosaica. Associar essas mortes às explicações religiosas, como a de punição pelos pecados do povo ou como um martírio parece insensato, pelo escândalo que significa a tentativa de justificar uma morte sem causa; não se pode equiparar os fornos crematórios com os altares, diz Agambem (2008).

aquele que se submete incondicionalmente à vontade de Alá<sup>30</sup>). De acordo com Agamben (2008), citando alguns sobreviventes, o muçulmano era

[...] o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros [...]. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia.

[...] já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer. Hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se em chamar “morte” à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la. (p. 49; 52).

O muçulmano era, portanto, a escória do campo; eram aqueles de quem os demais deportados desviavam os olhos, possivelmente pelo temor de reconhecer neles algo de si, ou pela ameaça constante de tornarem-se como eles. Considerados como mortos-vivos, os muçulmanos foram os que viram a Górgona.

As Górgonas – as três irmãs da mitologia grega, cujos rostos eram desfigurados e as cabeças aninhavam cobras, pois tinham serpentes no lugar dos cabelos – eram capazes de petrificar aqueles que para elas olhassem. Como que petrificados, esses “sujeitos esgotados” se interpõem no limite entre a vida e a morte, mas não apenas aí, também no limite entre o humano e o não-humano, pois, segundo o relato, pareciam um organismo biológico movimentando-se apenas por impulsos vegetativos. Apesar de aparentemente destituídos da sua humanidade, entendemos com Agamben (2008, p. 70) que: “O muçulmano penetrou em uma região do humano – pois negar-lhe simplesmente a humanidade significaria aceitar o veredicto da SS, repetindo o seu gesto”.

A figura do muçulmano dos campos de concentração traz à memória algumas cenas que nos chocaram sobremaneira quando éramos um estudante de vinte e poucos anos, ainda nos primeiros anos do curso de Psicologia, que chegava ao velho hospício para a realização de um estágio. Pelo pátio caminhavam homens e mulheres, vestidos com seus uniformes surrados, nos quais se viam, marcados à tinta, um número e os nomes das suas unidades de moradia que, via de regra, prestavam homenagens a algumas personalidades célebres da Psiquiatria de outrora. Havia os que andavam, falavam, gesticulavam e até ensaiavam algumas cantarolas. Por vezes, envolviam-se em contendas pelos mais diversos motivos e

---

<sup>30</sup> Há opiniões diversas sobre as razões do emprego do termo “muçulmano” para designar esse grupo tão peculiar de sujeitos. Nas palavras de Agamben (2008, p. 53): “Em todo o caso, o certo é que, com uma espécie de feroz autoironia, os judeus sabem que em Auschwitz não morrerão como judeus”.

gritavam impropérios; havia um que questionava inúmeras vezes: “que dia é hoje?”, talvez tentando entender os mistérios do tempo, que se cronificava naquele agudo presente carregado de um passado interminável e asfixiante; havia também os que com impávida persistência mendigavam um cigarro e umas moedas. Chamava-nos a atenção, no entanto, alguns outros que dividiam aquele mesmo pátio, cujos olhares pareciam esvaziados e se direcionavam para um deserto o qual não conseguíamos alcançar. Lentificados – talvez pela impregnação medicamentosa, ou pelas sequelas dos tratamentos convulsivantes a que foram submetidos em outras épocas, mas, principalmente, pelos efeitos devastadores provocados por décadas de clausura e institucionalização – sua marcha, a esmo, parecia levá-los a um aparente despropósito. Alguns deles evacuavam e urinavam ali mesmo a céu aberto, enquanto outros se mantinham por longos períodos deitados no chão úmido. Havia também aqueles que mantinham a boca entreaberta, o que fazia escorrer displicentemente a saliva viscosa pelo queixo.

A semelhança desses pacientes diagnosticados como esquizofrênicos, catatônicos, neurastênicos, retardados, com aqueles denominados como “cadáveres ambulantes” do campo de concentração nazista se dá por ambos terem atravessado uma situação limite de um acontecimento extremo a que foram expostos; ultrapassaram a fronteira da infâmia, onde foram abandonados por todos, deixando exposto o mais atemorizante do humano que é a possibilidade de se desassemelhar com o que é humano. Seligmann-Silva (2014, p. 16) corrobora com essa afirmativa, pois diz que, em se tratando da realidade vivida pelos internos de hospitais psiquiátricos, a “comparação com os campos nazistas é imediata e de modo algum forçada”. Vale lembrar, com Eliane Brum, a declaração do psiquiatra italiano Franco Basaglia, quando visitou, em 1979, o Hospício Colônia, na cidade de Barbacena em Minas Gerais: “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo presenciei uma tragédia como esta”. (BRUM, 2013, p. 15).

Eles chegaram ao fundo, sucumbiram e não puderam falar da sua experiência, pois o mutismo, o esquecimento e a morte os soterraram sem que antes pudessem fazê-lo.

Isso nos coloca, novamente, diante do impasse suscitado por Agamben (2008) a respeito da “testemunha integral”, quando ele afirma que a “verdadeira testemunha” é aquele que não pôde testemunhar. Antes de prosseguirmos nessa

questão, é importante retomarmos uma diferenciação que o autor estabelece entre dois termos que se referem, etimologicamente, à noção de testemunha:

O primeiro, *testis*, de que deriva nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*\*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso. (p. 27, grifos do autor).

O que parece haver nessa proposição de Agamben (2008) é uma valorização da testemunha “*superstes*”, aquele que viveu pelo lado de dentro o acontecimento trágico, em relação ao “*testis*” aquele que o presenciou de fora. Ruiz (2012) ajuda-nos a entender esse suposto enaltecimento de um em relação ao outro, demonstrando que, no âmbito jurídico, o relato da testemunha (a “testemunha ocular”) tende a sobressair em grau de importância ao “testemunho da vítima”. Isso, graças a suposto distanciamento, neutralidade e objetividade que pode o primeiro em comparação com o segundo. A vítima tende a sobrecarregar o fato com “variáveis subjetivas”, podendo imprimir vícios ao relato, ofuscando “a verdade” e prejudicando o julgamento. Para Ruiz (2012), Agamben propõe uma inversão desse paradigma, pois essa neutralidade do observador poderia reduzir a violência a uma cadeia conceitual e estatística, que facilmente a banaliza como um evento a ser categorizado, explicado e até mesmo transformado em espetáculo, enquanto mais um produto da cultura a ser consumido. Ao passo que o relato daquele que viveu a violência ganha o estatuto de um acontecimento que desvela o lado obscuro e insistente da violência.

As cartas do hospício, evidentemente, podem ser consideradas um testemunho da experiência da clausura em um asilo para alienados. Os autores narram seus dilemas e seus dramas pessoais, mas tais epístolas extrapolam a dimensão personalista do indivíduo-autor, fazendo delas um acontecimento da linguagem e um acontecimento da história. Nesse sentido, as cartas testemunham também por aqueles que não tiveram a chance de fazê-lo, mas, sem pretender “dar conta” dessa experiência, no sentido de esgotá-las ou de transmiti-las em sua totalidade, pois isso, como há pouco referíamos, é da ordem do impossível.

Compreender tais cartas como testemunho (*superstes*) talvez pareça agora uma tarefa um pouco mais fácil, uma vez que há nelas uma certa legitimidade testemunhal assegurada. No entanto, caberia voltarmos a atenção para as

possibilidades e impossibilidades do testemunho daquele que se encontra com essas cartas. Aquele que nunca esteve internado, mas cujos olhos se encontraram com a escrita dilacerante dos “alienados” e a frágil superfície do papel esquecido nas prateleiras do arquivo. Aquele que não apenas viu as cartas, mas, antes disso, fora visto por elas; “inelutável, porém, é a cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha”, diz Didi-Huberman (1998, p. 29). Ao ser visto pelas cartas, não há como desviar os olhos. Elas estavam à espreita, esperando que algum passante desavisado escutasse seu murmúrio.

Seligmann-Silva (2005, p.81) pondera que: “Valorizar o paradigma do *superstes* não deve implicar uma negação da possibilidade do testemunho como *testis*”. O testemunho é impossível, mas necessário, afirma Gagnebin (2009), ao oferecer-nos um conceito de testemunha que parece interessante no que se refere ao trabalho com essas narrativas tidas como pouco dignas de serem lembradas:

[...] testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos [...]. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Como, enquanto pesquisador, ocupar esse lugar impossível de *testis*? Como fazê-lo de modo digno, quando com Foucault nos alerta sobre “a indignidade de falar pelos outros”. (FOUCAULT, 1979b, p. 72). Como escapar das armadilhas da representação que podem facilmente seduzir o pesquisador cheio de boas intenções?

### **O Pesquisador-testemunha – a tarefa de fazer ecoar as vozes silenciadas**

O encontro com as cartas do hospício suscita a surpresa de localizar aquilo que não esperávamos, onde não esperávamos. Como alguém que se depara com uma mensagem abandonada e se vê perplexo diante do inusitado encontro. É

importante dizer, contudo, que não fomos os únicos que encontramos documentos como esses, que causam tamanho espanto.

Beveridge (1997) publicou um artigo em que analisa 1151 cartas escritas, entre os anos 1873 e 1908, por pacientes do Royal Edinburgh Asylum, na Escócia. As cartas também foram mantidas em seus prontuários e relatam situações do cotidiano e descrevem seus sofrimentos. “Os pacientes escreviam por várias razões: para descrever seus tormentos, para dar sentido às suas angústias, para reclamarem ou para defenderem sua sanidade”. (BEVERIDGE, 1997, p. 900, tradução nossa). Segundo o autor, os médicos eram autorizados pelo *Scottish Lunacy Act*, de 1866, a abrir as cartas de todos os pacientes e evitar que cartas consideradas inadequadas fossem enviadas, bem como interceptar cartas que traziam críticas ao Asilo ou que revelassem “aberrações mentais”. Muitas cartas eram anexadas aos prontuários com comentários: “uma carta louca” ou “demonstrando muitas desilusões”. Elas eram guardadas como exemplo das “desordens mentais” dos pacientes. Destaca-se que ele também encontrou inúmeras cartas endereçadas aos médicos e enfermeiros.

Lavín (2003) reuniu e publicou um conjunto de vinte e nove cartas escritas nas primeiras décadas do século XX por pacientes da antiga Casa de Orates, no Chile, as quais também não foram enviadas. Ela as encontrou enquanto procurava alguns documentos em um velho escritório da biblioteca da instituição. Essas cartas “sobreviveram a um incêndio que destruiu grande parte da biblioteca do antigo Instituto Psiquiátrico. Alguém as tomou e guardou amorosamente nessa caixa que encontrei muito tempo depois”, diz a autora. (LAVÍN, 2003, p. 7, tradução nossa). As cartas são entendidas como testemunhos dos pacientes que viveram as asperezas do isolamento manicomial.

Constituem[-se como] documentos de vidas mínimas. Preservam rastros de biografias tanto mais diminuídas quando se referem a sujeitos reclusos, homens e mulheres cuja própria demência, sancionada socialmente, invalidava-os como interlocutores dignos de cuidado, merecedores de respostas atentas aos seus desejos, aos seus padecimentos, as suas urgências de alimentos, de roupas de crédito e de consolo. (LAVÍN, 2003, p. 9, tradução nossa).

Ríos (2004) localizou cartas e outros escritos pessoais que foram anexados aos prontuários de treze “pacientes letrados” do Manicômio General La Castañeda, no México, que estiveram internados a partir de 1900. O qualificativo “letrado”

consiste em um dado importante, considerando que uma pequena parcela dos internos possuía condições de escrever, dados os índices de analfabetismo da época. Os documentos foram classificados em: “cartas aos médicos”, “cartas ao exterior” (que nunca chegaram aos seus destinatários) e “textos destinados a si mesmos” (apontamentos pessoais e poemas escritos pelos pacientes). Nas palavras do autor: “[...] pretendo demonstrar a forma como uma minoria de internos letrados articularam em um discurso coerente o desprezo ao conceito psiquiátrico de loucura, às práticas terapêuticas e às relações sociais que regulavam a vida cotidiana do manicômio”. (RÍOS, 2004, p. 21, tradução nossa). As extensas cartas desses internos (que eram considerados uma ameaça à ordem social e foram alvo dos mecanismos de profilaxia social) refletem, segundo o pesquisador, uma considerável lucidez a respeito do contexto político e social daquele momento histórico. As cartas traziam também denúncias das condições precárias do hospício, de situações de maus-tratos que sofriam por parte dos agentes do manicômio e de situações de violências que sofreram antes de serem internados.

Villasante, Vázquez de La Torre, Consegnieri e Huertas (2016) escreveram sobre as mais de cem cartas, redigidas entre 1900 e 1950, que foram encontradas nos prontuários do Manicômio Nacional de Santa Isabel em Leganés, na Espanha. O interesse dos autores foi dar atenção aos escritos de alguns “loucos anônimos”, que não tiveram a intenção de publicar os seus textos, mas que esperavam que eles chegassem ao seu destino. Tais cartas, conforme os pesquisadores, estão circunscritas em um árduo esforço de comunicação, tendo-se em vista que, assim como apontado por Ríos (2004), as classes populares espanholas da época também tinham pouco acesso à escolarização. Um reflexo disso é que a maioria dos autores dessas missivas era escrita por pacientes pensionistas (aqueles que pagavam pela internação) que, por conseguinte, contavam com mais recursos econômicos. Havia dificuldade de os pacientes conseguirem material de escritura (que precisavam ser providenciados por familiares), o que fazia com que as epístolas fossem redigidas em diferentes tipos de papel como embalagens e anúncios. As cartas

[...] nunca foram transmitidas pelos responsáveis do estabelecimento, que as ajuntaram à história clínica do escrevente como documento anexo capaz de ilustrar ou confirmar a patologia do sujeito, ou como informação adicional que avaliava “resistências” ao internamento. (VILLASANTE et al., 2016, p. 123, tradução nossa).

As cartas do hospício não foram as únicas que tiveram essa sorte. A embaraçosa experiência de estar diante de cartas interceptadas também perpassa a análise da epistolografia do Frei Betto. Escritas na prisão durante a ditadura militar no Brasil, essas correspondências formam um acervo de documentos que sobreviveram aos mecanismos de censura estatal que se instaurou violentamente nesse período da história brasileira. O sacerdote fora condenado e preso por crime de natureza política, junto com outros três frades dominicanos, acusados de terem favorecido que um grupo de jovens participantes de movimentos estudantis fugisse do país, após o golpe de 1964. Suas cartas eram endereçadas aos familiares, amigos, religiosos e outros personagens, cujos nomes muitas vezes foram omitidos, possivelmente para resguardar-lhes a segurança frente à vigilância e opressão policial/estatal. As missivas eram escritas em linguagem coloquial e abordavam desde temas supostamente insignificantes do cotidiano, até temas referentes à justiça, à liberdade, ao amor e à piedade cristã. Destacamos alguns fragmentos das cartas do Frei Betto (1978, p. 20; 21; 24):

**Fevereiro de 1972.** Querida família: [...]. O doce de abrobra chegou e o Ivo lascou uma colherada [...] Éta doce bão! Tudo mais acompanhado do queijão que tia Ninita e o Tabé mandaram. O queijão parece monumento aqui na cela. Mas de lasquinha em lasquinha (pra num dá a impressão que vai acabar logo, a gente vai tirando lasquinha) ele já está diminuindo. E os doces? Cada um mais pralém de bão que os outros. (p.20).

**13-2-72.** Caríssima irmã Y. [...] Estou ansioso para saber as novidades daí. Como aqui é sempre a mesma coisa a gente fica na expectativa dos acontecimentos exteriores. Afinal, você leu o documento do sínodo sobre a “justiça no mundo”? [...]. A questão da justiça é a que mais me preocupa e é por ela que estou aqui. [...]. Ficamos sempre nos sintomas – a miséria, o analfabetismo, o desemprego, o desnível entre as classes sociais, a mortalidade infantil etc. – e não vamos à raiz da questão: por que tudo isso? Para responder a esta questão a doutrina cristã terá necessariamente que contar com o auxílio da economia, assim como hoje é impossível fazer exegese bíblica ignorando a arqueologia, a hermenêutica, a paleontologia etc. Não é mais possível considerar o contraste riqueza-pobreza como algo tão natural e inevitável como o dia e a noite. (p. 21).

Presídio Tiradentes, fevereiro, 18/72 – cela 17. Caro M.: ainda não recebi sua carta. Provavelmente se extraviou ou foi retida pela censura. (p.24).

O tema das palavras confiscadas também foi abordado por Knijnik (2016) em seu estudo sobre as cartas de presos que viveram diferentes momentos de encarceramento (tanto durante a ditadura militar no Brasil, quanto em tempos atuais). As trocas epistolares entre Auxiliadora e Alberto são narradas pela autora:

Pensava na última carta que de Alberto recebera. Era evidente, ele tentava mostrar otimismo, força, preocupação com as despesas do lar. O amor agudo pela filha vazava pelas bordas do papel. A alegria diante da carta evanesceu, contudo, ao deparar-se com o rastro das palavras confiscadas pelo terrorismo de Estado. Dizia ele:

*A permanência aqui é dolorosa principalmente pela ausência dos entes queridos. Não fora isso, a falta do que fazer e outros problemas seriam, quando menos, toleráveis.*

O trecho silenciado a afligia. Tentava preencher a forçada lacuna. Teria ele escrito algo perigoso a ponto de ser censurado? Uma denúncia de maus tratos, doença ou um pedido de socorro? Saber que suas palavras passariam pelas mãos sujas dos torturadores antes de chegarem ao seu marido lhe produzia uma incômoda impressão de nudez. Poderia resistir, mas entrega-se. Sucumbe à sensação de ter sido violada [...]. (KNIJNIK, 2016, p. 141).

As cartas do hospício, assim como as cartas da prisão, foram interceptadas pelos respectivos mecanismos disciplinares, possivelmente, porque loucos e presidiários têm em comum o estigma da periculosidade, que faz deles sujeitos do internamento e da segregação. Parece haver, no entanto, algo que diferencia os procedimentos de censura dos escritos dos loucos em relação aos dos outros encarcerados. Diferentemente do que se pôde constatar em algumas cartas da prisão, as cartas do hospício não sofreram recortes, rasuras, supressões de trechos, ou algo dessa natureza, por parte dos agentes do manicômio; nem mesmo houve a preocupação dos autores em omitir nomes ou usar pseudônimos para si ou seus destinatários. É possível que a escrita dos presos precisasse ser censurada pelo perigo que ela representava, assemelhando os textos com seus autores, marcando ambos com as insígnias da contravenção. As escritas dos loucos no hospício, por sua vez, são subjugadas à insignificância porque, supostamente, “nada significam”, ou funcionam exclusivamente como referentes da loucura de quem escreve. A palavra do sujeito, neste caso, é radicalmente desconsiderada, e os escritos daqueles tidos como alienados são tomados, simplesmente, como reiterações de sua loucura, como documentos para serem anexados aos seus prontuários.

Engel (2001) aponta em sua pesquisa sobre a loucura e os alienistas no Rio de Janeiro, entre os anos 1830 a 1930, que:

[...] as formas de expressão dos indivíduos suspeitos de alienação não seriam analisadas apenas por meio da fala. [...] revelam a importância atribuída aos escritos dos observados pelos psiquiatras. Assim, cartas pessoais, diários íntimos e, até mesmo, opúsculos, panfletos, livros, publicados ou inéditos, eram vistos pelos médicos-psiquiatras e legistas como verdadeiros mapas da mina, cuja decifração viabilizaria a elaboração de diagnósticos seguros. Tal perspectiva já havia sido claramente expressa

pelo Dr. A. F. dos Santos ao recomendar o exame atento de “quaisquer documentos procedentes da pena do alienado”. (p.156).

Cunha (1986) afirma que a correspondência dos internos do Hospício do Juquery era submetida à censura, sendo que a maior parte acabava sendo incorporada aos prontuários, especialmente se ela tratasse das condições em que viviam os alienados naquele hospício. As cartas passavam a ser um documento médico que confirmava o suposto estado mórbido e a necessidade de internação.

Corroborando com a afirmação dessas autoras o Regulamento do Hospício São Pedro, datado de 1903, que apresenta no artigo 28 a seguinte normativa: “Nenhum escripto pode ser recebido ou enviado pelos enfermos sem prévia auctorisação dos médicos”<sup>31</sup>.

Tais constatações denotam o quanto esses procedimentos de regulação da vida associam todo o repertório expressivo de um sujeito a um único campo de significação que, neste contexto, é a sua condição de “loucura”. Ao mesmo tempo, circunscrevem um determinado modo de funcionamento institucional no qual as estratégias de vigilância e controle dos corpos e das condutas daqueles considerados loucos ganham dimensões espantosas.

Os princípios do isolamento, da organização do espaço terapêutico, da vigilância e distribuição do tempo regem a totalidade da vida dos alienados, atingem cada minuto da sua existência. Ao mesmo tempo que inscrevem individualmente o alienado, percorrendo a minúcia de seus corpos, de seus gestos. (MACHADO et al., 1978, p. 443).

Mesmo as ações corriqueiras e também aquelas costumeiramente entendidas como de “foro íntimo”, como é o caso da comunicação epistolar, passam a ser alvo de um esquadramento por parte dos mecanismos disciplinares que se ocupam até mesmo dos ínfimos movimentos da vida dos internos. Tornam-se evidentes as características de uma instituição total, que esboça um conjunto de estratégias de segregação, coerção, burocratização, disciplinamento da subjetividade.

O pesquisador ao encontrar-se com esses documentos precisa estar atento para não se deixar levar pela sedução da representação que, nesse caso, pode ser entendida, ora como uma prerrogativa autoauferida de falar pelo outro ou no lugar do outro; ora como uma audácia interpretativa de estabelecer o que o outro quis dizer, ou criar uma teoria sobre o seu dito e o não dito. Spivak (2010) ajuda-nos a

---

<sup>31</sup> (apud WADI, 2011, p. 257).

questionar o lugar do pesquisador, no que se refere a esse lugar da representação e à possibilidade de instauração de uma violência epistêmica, que torna o outro expropriado do direito à autorrepresentação.

A autora toma como ponto de partida para essa discussão o texto “Os intelectuais e o poder: uma conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze” (FOUCAULT, 1979b) e problematiza alguns dos posicionamentos apresentados por eles nesse diálogo. Os filósofos criticam o pretensioso lugar do intelectual como “representante” de alguns grupos marginalizados (os prisioneiros, os loucos e, de um modo geral, daqueles que são tidos como “oprimidos”); questionam a intenção dos intelectuais de agirem na “tomada de consciência” do estado de exploração que esses grupos teriam em uma sociedade capitalista. O que fica evidente aqui é a oposição às formulações da Teoria Crítica que estão presentes nesse modo de entender o trabalho do intelectual, preconizando o que poderíamos chamar de uma “superação” do marxismo. É necessário destacar que as noções de “classe dominante”, “opressor” e “oprimido”, na obra desses pensadores franceses, ganharam outras conotações, considerando o modo como compreendem a noção de poder:

[o] poder se exerce, mais do que se possui, que não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas ações estratégicas [...]; não se localiza nas relações do Estado com os cidadãos [...]. Finalmente, não são unívocas [as relações de poder]; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade. (FOUCAULT, 2011b, p. 29).

O que Foucault e Deleuze afirmam, em suma, é que esses grupos não dependeriam das “boas intenções” dos intelectuais para constituírem seus saberes e, tampouco, para que possam falar por eles ou no lugar deles, pois, assumindo diferentes posições na dinâmica das relações de poder, tais grupos podem fazer isso por si. Spivak (2010), por sua vez, concorda com a assertiva da “indignidade de falar pelos outros”. (FOUCAULT, 1979b, p. 72); no seu entender, o intelectual quando se julga capaz de “falar por representação” acumplicia-se com o sistema que oprime; quando tomado pelo acinte de “dar voz ao que fora silenciado”, age em favor do silêncio e não ao contrário. Sua crítica, contudo, reside no fato de que tais autores desconsideraram as particularidades em que se encontram os sujeitos no/do Terceiro Mundo e, ao fazê-lo, repetem, mesmo sem querer, a atitude colonialista europeia; pois criam, não intencionalmente, a imagem equivocada de um “sujeito-

universal” (apesar de criticarem a ideia de universalidade do sujeito), o qual seria capaz de se colocar em uma posição ativa no embate das relações de poder. Baseada nos estudos pós-coloniais, Spivak (2010) afirma que em determinados contextos de dominação, os efeitos do poder podem tomar proporções aniquiladoras do outro, marginalizando-os e destituindo-lhes o poder de falar. O título do seu livro *“Can the Subaltern Speak?”* (Pode o Subalterno falar?) traz um interessante jogo de palavras, pois o verbo *“can”*, no início da interrogação, expressa a ideia de “poder”, contudo sua função na frase é no sentido de questionar se ele “tem permissão” ou “está autorizado” a falar. Dito de outro modo, o subalterno pode falar (tem condições de fazê-lo e não precisaria de um representante), entretanto, as relações de dominação e assujeitamento em que se encontra interrompem as possibilidades do diálogo, de modo que, ao falarem, os sujeitos oprimidos não encontram meios de serem ouvidos.

Essa constatação anima uma outra perspectiva historiográfica que vem sendo desenvolvida nos últimos anos que, inspirada nos estudos pós-coloniais, procura dar ênfase à “história vista de baixo”. Essa concepção coloca em questão o “lugar da enunciação”, deslocando-o da posição consagrada do especialista (dos grupos hegemônicos) e dando visibilidade à enunciação do subalterno (dos grupos subordinados), dos que estão à margem: as mulheres, os trabalhadores, os colonizados, os doentes e, evidentemente, os loucos. No caso destes últimos, trata-se de contrastar seus escritos (cartas, diários e outros documentos, em geral anexados aos arquivos clínicos) com os documentos escritos pelos psiquiatras, que reivindicam para si um lugar de objetividade, cientificidade e da verdade sobre a loucura, dando visibilidade às narrativas daquele que viveu a experiência do confinamento.

A literatura epistolar pode nos dar informações sobre o funcionamento e o cotidiano dos estabelecimentos psiquiátricos desde a perspectiva dos confinados, sobre suas preocupações, suas angústias e medos, e, em última instância, sobre a experiência da loucura desde a perspectiva do paciente. (HUERTAS, 2013, p. 7, tradução nossa).

Podemos constatar que, nos séculos XIX e XX, era recorrente a prática de se manterem guardadas nos prontuários as cartas escritas por pacientes internados em hospícios, tal como ocorreu com as correspondências que encontramos nos arquivos do São Pedro. As pesquisas já citadas de Beveridge (1997), Lavín (2003),

Ríos (2004) e Villasante et al. (2016) mostram que isso ocorreu em manicômios de diferentes países (Escócia, Chile, México e Espanha, respectivamente). Ao analisarmos os trabalhos desses autores notamos que eles compartilham dessa abordagem historiográfica que dá ênfase à “história vista de baixo”. Beveridge (1997) afirma que um dos objetivos de seu trabalho é “permitir que a voz do paciente do século XIX seja ouvida” (p. 900, tradução nossa).

Lavín (2003), por sua vez, escreve que:

[...] a principal razão que mobiliza a sua publicação [das cartas] é a ilusão de liberar do confinamento todas essas vozes que nunca chegaram ao seu destino. Todos os autores pedem algo aos seus destinatários: querem ser visitados, que tragam suas coisas, que os acolham ou que os livrem do diagnóstico que os obriga ao exílio. O fato de as cartas não terem sido enviadas – por quaisquer que sejam as razões desse descuido – frustra o intento de eles serem escutados e encontrarem-se com os outros, impulso comum a todos nós. (p. 7, tradução nossa).

Nessa mesma perspectiva, Ríos (2004, p. 20, tradução nossa) afirma:

Seguindo a tendência historiográfica que expõe a necessidade de abordar o ponto de vista do subalterno, este escrito pretende resgatar a voz daqueles loucos que quiseram que suas palavras fossem escutadas pelas autoridades médicas, políticas, judiciais ou mesmo pela família, mas foram desprezadas ao serem tomadas como consequências próprias da loucura.

Villasante et al. (2016, p 121, tradução nossa), do mesmo modo, anunciam a sua intenção de analisar, nas cartas que encontraram, a “experiência subjetiva da internação, ‘o ponto de vista’ do paciente. Pretendemos assim contribuir para pensar a loucura – e a história da loucura – de outra maneira, ‘desde baixo’, dando voz aos ‘sem voz’”.

As cartas do hospício são escritos potencialmente insurgentes, pois subvertem o silenciamento a que foram condenados aqueles que eram tidos como loucos. Contudo, esses textos foram capturados e impedidos de alcançar os destinos previstos por seus autores, ao passo que foram lançados nos prontuários, fazendo o silêncio ganhar contornos palpáveis, levando-nos a um insólito encontro com a superfície do esquecimento. No entanto, o contato com esses documentos, que não se resignam a uma posição sepulcral, permite-nos encontrar com os efeitos de resistência daqueles que puderam testemunhar algo de suas vidas e do seu tempo, cabendo, portanto, ao trabalho com as cartas do hospício permitir que essas vozes sejam escutadas. A tarefa do pesquisador não consiste, portanto, em falar no

lugar do subalterno, ele precisa criar meios para que, ao falarem, os grupos marginalizados, possam ser ouvidos; dessa forma, ele atende a sua vocação precípua, a de lutar contra a subalternidade.

## PARTE III

### Cartas do Hospício

## O carteiro

O ombro doía por causa do peso da bolsa, que naquele dia dava lugar a um pequeno maço de cartas – eram menos de vinte – mas que lhe pesavam de um modo extraordinário. Tirava e voltava a por o seu característico boné azul, enquanto coçava novamente a cabeça... Vertigens... Uma gota de suor escorria pela testa seguida por outras desertoras que brotavam incontroláveis, como uma resposta autônoma do sistema nervoso... Encontrar aquelas correspondências havia posto a sua função de carteiro em questão. Ele estava convencido: alguma coisa precisava ser feita...

O carteiro sentia-se responsável por sua descoberta. Estava disposto a mudar sua rota para atender ao imperativo que se colocara: acreditava que sua missão seria dar alguma resposta para aquilo que tinha a sua frente. Por um momento, pensou que sua tarefa seria restituir quem fora lesado pela brutalidade daquele procedimento institucional, que consistia no não-envio daquelas cartas.

Talvez, devesse vasculhar o arquivo de cabo a rabo para descobrir todas as cartas esquecidas entre aquelas centenas de caixas e naquele sem-fim de papéis. Para o carteiro não restava dúvida: as pessoas tinham o direito de saber que seus familiares e seus amigos que foram trancafiados em um hospital de alienados, tinham intenções de se corresponder com os que estavam além-muros, no entanto, eles foram privados disso. Os loucos do São Pedro queriam saber notícias, pedir umas miudezas, narrar seus dilemas, enfim, precisavam escrever para alguém, precisavam falar e serem escutados.

Um carteiro nunca lê as cartas que entrega, pois se as lesse, carregaria nas costas o peso das histórias do mundo. Agora, porém, não havia mais remédio, o olho do carteiro já havia cruzado as fronteiras da discrição, colocando-o diante

daquilo que ele acreditava ser o seu fadado destino. As cartas lhe desacomodavam. Já não eram mais possíveis os caminhos usuais. Alguma coisa precisava ser feita...

Ele precisava dizer para a Dona Conceição, mãe da Maria de Lurdes, que as noites no hospício eram geladas, que o inverno na capital não dava tréguas; mesmo todo aquele ajuntamento de gente era incapaz de aquecer aquele lugar inclemente. O frio e a umidade pouco a pouco transformavam os pulmões em sacos de muco e fazia com que muitos não chegassem à primavera.

A irmã Piedade, da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, precisava saber que, em meio a uma das confusões recorrentes da Divisão Esquirol, uma louca puxou da mão da Maria das Dores o rosário, que ela lhe dera de presente, arrebatando o fio de alento que o amuleto lhe trazia. Perderam-se as contas das rezas e a conta dos dias.

José Joaquim precisasse saber como andava o compadre Eusébio, que considerava voltar para Portugal depois da última peripécia da sua Lucrecia. A danada fugiu amasiada com o queijeiro lá para os lados de Viamão – seria melhor – dizia o desencantado marido – que ela tivesse virado linguça na Rua do Arvoredo<sup>32</sup>.

O carteiro entendia que o encontro com aquelas cartas trazia-lhe à memória o perigo do esquecimento (BENJAMIN, 1987). Em seus pesadelos, contemplava com horror Mnemosyne, a deusa da memória, banhar-se descuidadamente nas águas do Lete, o rio do esquecimento, que corria pelos nefastos domínios do Hades.

O assombro do esquecimento amedrontava o carteiro, porque, se alguns “bailaram na curva”, foram esquecidos, podia ele e todos os seus contemporâneos serem também esquecidos, condenados a desaparecer. Aliás, por falar nisso, custava ao carteiro disfarçar a sua implicância com essa história de que, hoje em dia, resolve-se tudo por e-mail. Ele insistia que enviar cartas à moda antiga era de uma elegância, que uma mensagem eletrônica nunca estaria à altura. Evitava, no entanto, manifestar sua antipatia para não soar como despeito por ter seu trabalho preterido.

---

<sup>32</sup> Referência a José Joaquim de Campos Leão, o Qorpo Santo, e os personagens Eusébio, Lucrecia e o queijeiro citados no romance “Os cães da Província”, de Luiz Antônio de Assis Brasil (1992). Qorpo Santo foi tido como louco e internado em um hospício em meados dos anos 1800. No livro, Assis Brasil (1992) conta sobre a internação desse personagem, mas, antes disso, narra o episódio envolvendo os conselhos de Qorpo Santo a Eusébio, em face aos dilemas conjugais vividos pelo amigo. O autor utiliza como pano de fundo dessa história os crimes da Rua do Arvoredo, os quais assustaram Porto Alegre no século XIX. A investigação de uma série de desaparecimentos de cidadãos das redondezas levou à confirmação de que tais pessoas foram assassinadas por um açougueiro daquela rua que produzia e comercializava linguça com carne humana.

Ele tinha para si que seu ofício remontava à história dos arautos medievais que anunciavam solenemente para o povo os ditames do monarca, as notícias sobre a guerra e a paz. Não recordava se havia na sua estirpe antecessores ilustres. Pelo que soube, eram os escravos, os viajantes e os tropeiros que percorriam, em outras épocas, as distâncias levando as cartas e mensagens daqui para acolá. Ficava um pouco envaidecido pelo fato de que alguns que compartilhavam com ele o mesmo ganha-pão eram contados entre os santos – lembrando o emissário celestial, o anjo Gabriel, comissionado para a anunciação das boas-novas à Virgem.

O carteiro é um sujeito que percorre distâncias. Enquanto caminha, tece becos e avenidas, sobe e desce ladeiras, inventa trajetos, descobre atalhos e se perde... Tudo isso, não sem se expor a alguns riscos. Seu corpo percorre o relevo das cidades, suas cavidades, suas curvas e reentrâncias, enquanto parte da sua geografia. Caminha buscando endereços (e endereçamentos) onde faz pequenas moradas provisórias e de onde se despede nesse seu obstinado caminhar.



**As cartas**

De Outubro de 1909. Minha querida Mãe.  
 Não, não, muito, bem, bem tratada, e respeitada de todos.  
 Não, mereço mas, sempre apreciada, pensando, na minha  
 sorte, só, mas, Deus, quis, assim, seja feita, a sua vontade.  
 Dejo saber notícias de toda, aminha, gente, mormente, da  
 hora, de meu marido,  
 minha querida mandadime vossas, notícias, e toda aminha roupa  
 que não preciso, e das cobertas, quero dois, trãberceiros, bem seus, os  
 os cadernos, olivro, de missa, ou vosso retratto, aquelle, da, Minha  
 mãe, Luiza, aquelle do Senhor, Eugenio, e dos meus, compa  
 e também do meu marido, e das famílias das irmãs, e irmãos de  
 quem, me mandou; Madama bastante, palha branca, e de cor  
 numero, 1, 3, 5, 7, 9, que, quero, fazer, três, ou quatro, tapetes mas  
 e seja, bem bonita,  
 Minha querida mãe muitas saudades, de toda, aminha, gente, mas,  
 e em Caribaldi não dejo de voltar mais,  
 bem, querido querido, falas, com o Senhor Andreia, para  
 mandar, a minha roupa in casa, do seu, irmão, Angelo, que elle  
 acha, ame, entregar, aqui, no, Hospicio, São Pedro, nas,  
 ruas, mães,  
 Minha querida, mandadime, tudo, o que vos, tenho pedido, por favor  
 betas, tudo, dentro, do meu, baúl, mandadime; mas liçero que  
 for possível; muitas lembranças, a toda, aminha gente, e também a  
 todos, quem pedir, de mi:  
 Finaliza esta, pequena carta mandando, lhe mil beijos, e um apertão  
 do, abraço,  
 Sempre fico a sua affectuosa, filha apreciada, e amavel

5-  
 1-  
 5-  
 1-

“

[?] de Outubro de 1909. Minha querida Mãe.

Eu vou, indo, muito, bem, bem tratada, e respeitada de todos e nem mereço mas sempre appenalizada, pensando, na minha triste sorte, mas, Deus, quis, assim, sejafeita, a sua vontade.

desejo saber noticias de toda, a minha, zente, mormente, da senhõra ê do meu marido.

Minha querida mandahime vossas noticias, e toda aminha roupa [?] que não presizo, e das cobertas, quero dois traberceiros bem seios, os meus cadernos, o livro, de missa, ou vosso retratto, aquelle, da minha amiga Luiza, aquelle do Senhor Eugenio [sobrenome] e dos meus compadres e também do meu marido, e das famillias dos irmanas, e irmãos se puderem, me mandar, Mandaime bastante palha branca e de cor [?] numero 1, 3, 5, 7, 9, que quero fazer treis ou quatro, tapetes mais que seja bem bonita;

Minha querida mãe muitas saudades de toda aminha zente, mas, ai em Garibaldi não desejo de voultar mais,

Meu, querido cunhado, falaes, com o Senhor Andréa [sobrenome] para mandar, a minha roupa in casa, do seu, irmão, Angelo, que elle venha ame, intregar, aqui, no, Hospício São Pedro, nas, minhas, mães,

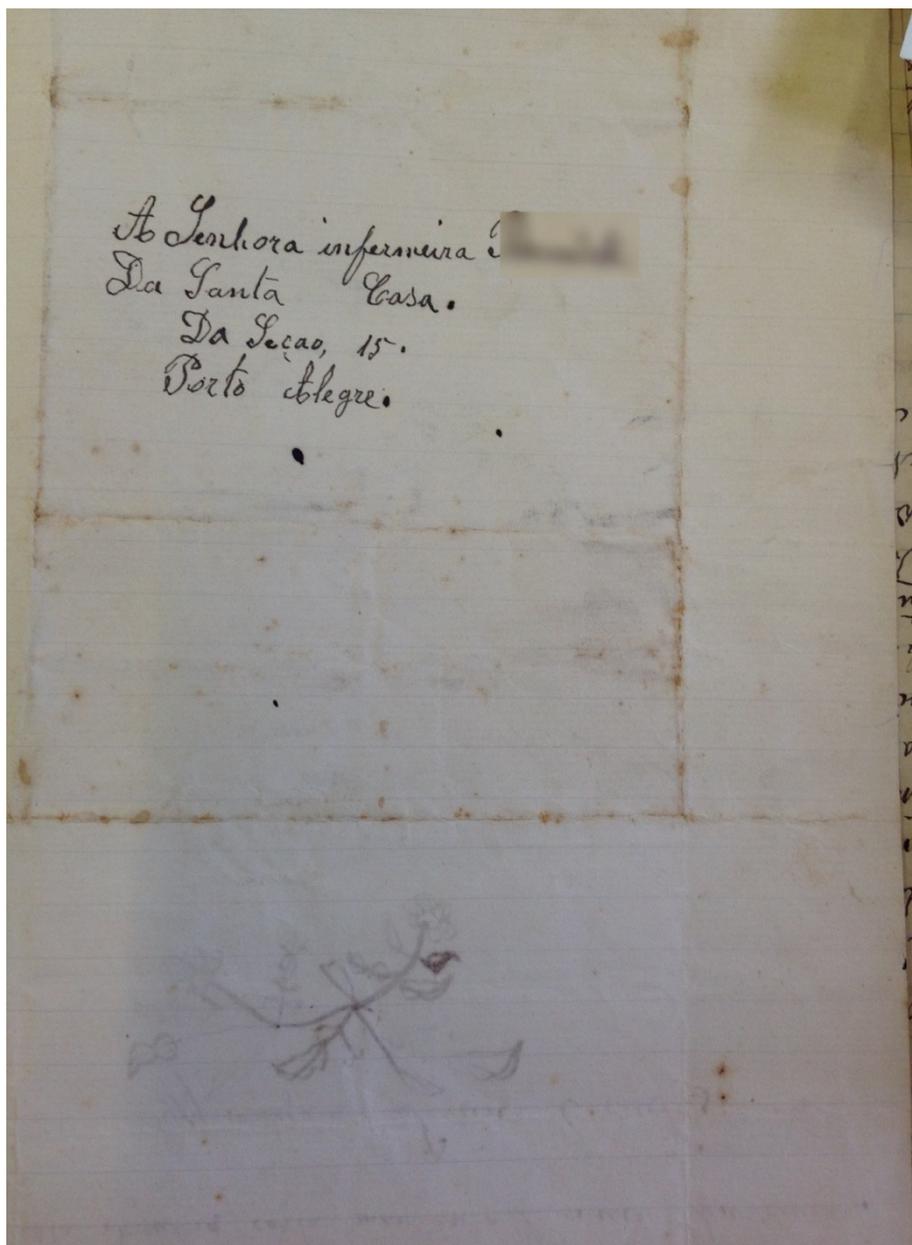
Minha querida, mandaime, tudo, oque, vos, tenho pedido, por favor botaes, tudo, dentro, do meu, baul, mandahima, mais lizeiro que for posivel; muitas lembranças a toda, aminha zente, e tambem a todos, quem pedir, de mi:

Finalizo esta pequena carta mandando, lhe mil beijos, e um appertado abraço,

Sempre fico a sua affeitiosa, filha Appenalizada, e amável

Pierina

”

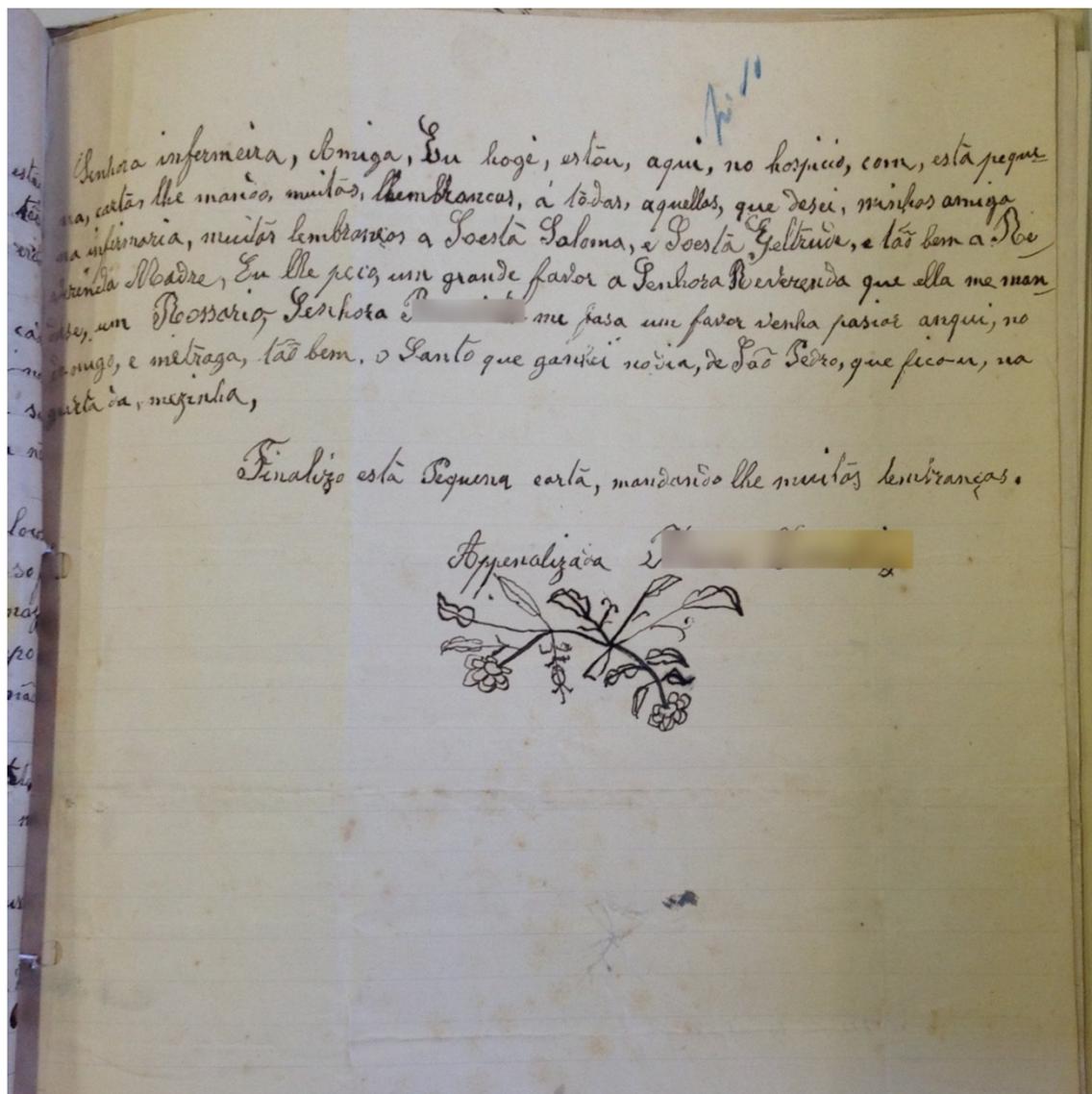


“

A Senhora enfermeira Bernadete  
Da Santa Casa.

Da Seção 15  
Porto Alegre

”



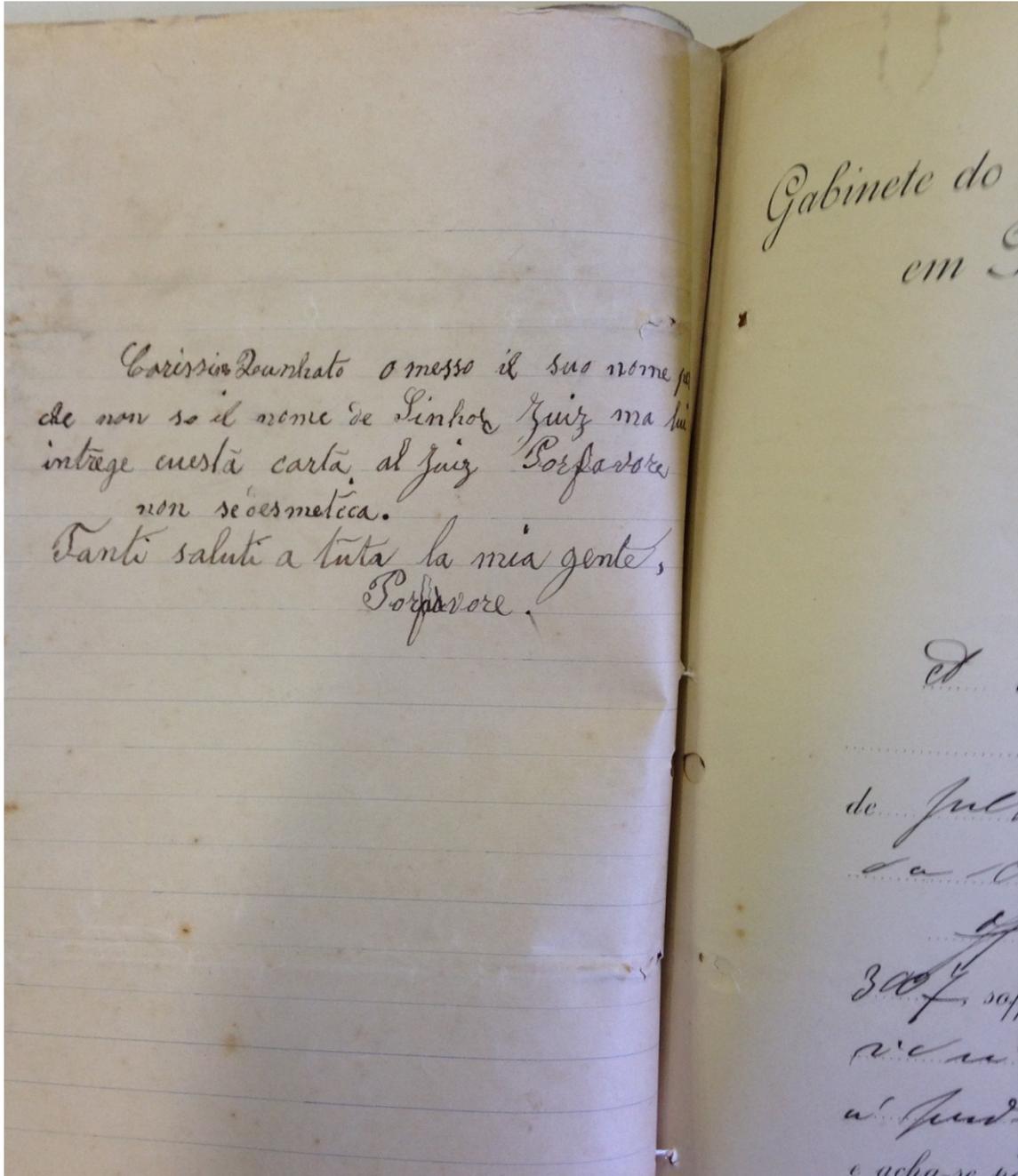
“

Senhora enfermeira, Amiga, Eu hoje, estou, aqui, no hospicio, com, esta  
 pequena, cartas lhe mando muitas lembranças, a todas, aquellas que  
 deseí, minhas amiga da enfermaria, muitas lembranças a Soesta Saloma, e  
 Soesta Geltrude, e tão bem a Reverenda Madre, Eu lhe peço um grande  
 favor a Senhora Reverenda que ella me mandase, um Rossario, Senhora  
 Bernadete me fasa um favor venha pasar anqui, no domingo, e metraga,  
 tão bem, o Santo que ganhei no dia, de São Pedro, que ficou na gaveta da  
 mezinha,

Finalizo esta Pequena carta, mandando lhe muitas lembranças.

Appenalizada Pierina.

”



Carissimo Cunhato o messo il suo nome per  
 che non so il nome de Senhor Juiz ma lui  
 intreghe questa carta al Juiz Porfavore  
 non se desmeteca.

Tanti saluti a tuta la mia gente,  
 Porfavore.

Gabinete do  
 em S

“

Carissimo Cunhato o messo Il suo nome per  
 que non so Il nome de Senhor Juiz ma lui  
 intreghe questa carta al Juiz Porfavore  
 non se desmeteca.

Tanti saluti a tuta mia gente,  
 Porfavore

”

Print //

Senhor, fuz, No dia 5 do corrente, mes, as, 10, horas, de manhã, acabei, ha  
 que lhe, manici, que, caeis, que, o Senhor, tera ja recebida, Eu naquelle  
 estava tao contente, de repente, fiquei, muito triste e esta u, ate o dia  
 Quando, foi uma hora, da tarde sego u, O Senhor, Berlindo filho  
 ministrador, da Santa Casa, e lhe disse a Senhora irman, a Senhora pron  
 que, vierão, boxala, Eu estava, sentada, na cama, me le vantei  
 foi dizer, pra, elle, eu antes de sair daqui, quero, saber, pra onde vou, e le meos  
 eu, não, sei, Eu na Santa Casa, estava, muito, bem, era, servida como uma  
 trabalhava o dia, inteiro, eu com os meus, trabalhos a gradava muito a  
 al, sempre, que ella me dava ate vinho de porto, em todo o tempo que fiquei la não  
 beija, nem uma, depois, do dia, em que affoguei, o meu bejinho, não foi maz  
 de abri mia bocca; Em tudo, o tempo, que fiquei, na S. Casa, O Senhor loco  
 se policia, elle veio so, duas vezes, a me interogar, a primeira vez, estava  
 quando, no jardim, a enfermeira, me chamo-u, foi entrei, na sala e foi pra  
 coma, elle veio, perto, me disse, o estava, passeando, não e, eu respondi, Sim  
 de pais me disse que estaes, fazendo, a qui, Eu disse não quero, ficar aqui  
 ir para casa do chefe, in tao elle me disse, porque que, ir para casa do  
 como teu, algum irime, eu respondi, sim Senhor, affoguei mia filha, que  
 tinha, tua filha, respondi 17 meos, depois, pegoi, chotar, não respondi, maz  
 Elle, perguntou-u, a frera, ella dorme bem ella respondeu, de dorme bem come  
 ella não in comoda ningom, so quando vem, o Doctor ella esconde a cobeta  
 ella tem, vergonha, e nada mais, a irman, lhe disse dai as 15 dias elle  
 tra veis, e me, chamo-u no corredor, em interogou, in tao, eu lhe disse foi  
 or isto e isto, etc. E dai elle medice tu não vai no ospicio, tu vai pra cadeia,  
 ora vai pra tua cama que logo venho, te buscar, em tao no dia 5 me aruoni  
 foi na porta, la estava uma policia, fomos na casa, do chefe, entrei na sala  
 taria, um moço, elle me sujo os dedos, e mor co-u, os dedos num livro, e fiz o meu  
 me, depois, me tirarão, o deino do meu, corpo, depois entrei na outra sala es  
 ra, o chefe exerevendo, eu intendi que elle me mandaria no ospicio, pegoi chotar  
 he disse por favor naq, me mande no ospicio que, eu não tenho duenda ne uma  
 bote numa cadeia escura, maz não no ospicio. Elle me disse não vai no  
 spicio, la no Partenão tem cadeia, eu disse la no Partenão, e sp: não e cadeia  
 Elles falarão, entres elles dicerão, ella vai no caro bem fechado elle não

“

Senhor Juiz, No dia 5 do corente, mes as, 10 horas, de manha, acabei há carta que lhe, mandei, que creio, que, o Senhor, tera ja recebido, Eu naquelle dia estava tão contente, de repente, fiquei muito triste e esto u, até o dia de hogi, Quando foi uma hora, da tarde, sego-u, O Senhor Arlindo filho administradore da Santa Casa, e lhe disse a Senhora irman, a Senhora pronta a Pierina que vierão boscala, Eu estava sentada, na cama , me le vantei fui dizer pra elle, eu antes de sair daqui, quero saber pradonde vou, ele meresponde-u, eu, não, sei, Eu na Santa Casa, estava, muito, bem, era servida como uma senhora, trabalhava o dia intero, eu com os mus trabalhos, a gradava muito a enfermera, que ella me dava até vinho do porto , em todo o tempo que fiquei la não [?] bobaja, nem uma, depois do dia em que affoguei o meu Anzinho, não foi mas capaz de abbri mia bocca; em tudo o tempo, que fiquei na S. Casa, O Senhor loco chefe de policia, elle veio só, duas vezes, a me interogar, a primeira veis, estava [?] no jardim, a enfermeira, me chamo-u, foi entrei na sala e foi pra minha cama, elle veio perto, me dise, estava passeando, não é, eu respondi, Sim Senhor, de pois me disse que estaes fazendo, a qui. Eu dise não quero ficar aqui, quero ir para casa do chefi, in tão elle me dise, porque quie, ir pra casa do Chefi, come teu algum crime, eu respondi, sim Senhor, affoguei mia filha, que idade, tinha, tua filha, respondi 17 meis, depois, pegei , chorar, não respondi mas nada, Elle, pergunto-u, a frera, ella dorme bem ella respondeu, ella dorme bem come bem ella não in comoda ningem, só quando vem, o Dotor ella esconde a cabeça [rasura] ella tem vergonha, e nada mais, a irman, lhe dise dai as 15 dias elle veio tra veis, e me chamo-u no coredor, me interogou, eu lhe disse foi por isto e isto, etc. E dai elle medice tu não vai no ospicio, tu vai pra cadeia, agora vai pra tua cama que logo venho te buscar , em tão no dia 5 me arumei foi na porta, la estava uma policia, fomos na casa, do chefe, entre na sala estava um moço, elle me sujo os dedos, e marco-u, os dedos num livro, e fiz o meu nome, depois me tirarão o dejenio do meu, corpo, depois entrei na outra sala estava o chefe escrevendo , eu entendi que elle me mandava no ospicio, peguei chorar e lhe disse por favor não, me mande no ospicio que, eu não tenho duensa ne uma , me bote numa cadeia escura maz não no ospicio. Elle me disse não vai no ospicio la no Partenão tem cadeia, eu dise la no Partenão e osp: não e cadeia bao. Elles falarão, entre elles dicerão, ella vai no caro bem fechado ella não

”

sabe pra donde vai, eu respondi os Senhores pensou que eu não intendo o que  
 dizendo, intendo sim, intão, não queria me levantar, elles me disserão  
 na cadeia, e daí intrei no carro. Quando segui na porta do ospício, que di ospício  
 dos locos, que parecia tantos casar,

Eu disse não abbre a porta que aqui não quero ficar, elle me disse a qui é a cabe,  
 Eu disse não aqui e ospício, não é lugar pra mi eu não so loca eu so cimi  
 quero ir na cadeia, e daí veio um sinhora me tirou do carro, entrei numma  
 tinha muitas mulheres, locas, eu disse por favor me bote sozinha que eu  
 so loca, intão me botaras sozinha,

Aqui comecei peior dos cachorros, e não se pode dormir pelos gritos que os lo  
 e as locas fazem, as enfermeira, eo infermeiro me disse que aqui eu não posso  
 e o Dotor, elles me disse aqui é lugar dos locos e locas mas não das cimi  
 Eu lhe mandei dizer ao chefe que venha me buscar mas elle em todo o tempo  
 este a nas mãos delle fez tanto causa de mi como dum cachorro que n  
 dono.

Sinhora Juiz lhe mandei dizer por favor de me tirar deste inferno, e me bote  
 na cadeia, em meu lugar pode entrar o desgraçado loco chefe que elle é  
 loco, de todos os locos que estão aqui,

hoje o Ministrado me disse não chora que elle o chefe não vem te  
 tu vai na Siena aqui tu não pode ficar,

Terei de jeso no dia 14 de Agosto de responder o juro com Garibaldi  
 voltar na cadeia por todo o resto da minha vida.

Muitas lembranças todos aquelles que perguntar de mi  
 e cimi nossa.

“

sabe pra donde vai, eu respondi os Senhores pençon que eu não intendo o que estão dizendo, intendo sim, intão não queria me levanta, elles me disserão [?] na cadei; e daí intrei no caro. Quando seguei na porta do ospicio, que vi os [?] dos locos, que parecia tantos [?]

Eu dise não abbre aporta que aqui não quero ficar, elle disse aqui é cadeia. Eu dise aqui e ospicio, não é lugar pra mi eu não soloca eu socriminosa quero ir na cadeia, e daí veio uma sinhora me tirou do caro, entrei numa [?] tinha muitas mulheres locas, eu dise por favor me bote sozinha que eu não so loca, intão me botarão sozinha.

Aqui secome peiordos cachoros, e não se pode dormir pelos critos que os locos e as locas fazem, as infermera e o infermero me dise que aqui eu não posso [?] e O Dotor elles medise aqui e lugar dos locos e locas mas não das criminosas. Eu lhe mandei dizer ao chefe que venha me boscar mas elle em todo o tempo [?] estou nas mãos d'elle faiz tanto causo de mi como de um cachoro que não tem dono.

Sinhor Juiz lhe mando diger porfavor de me tirar deste inferno, e me botar na cadei, em meu lugar pode entrar o desgrasado chefe que ellle é [?] loco de todos os locos que estão aqui,

Hoje o Ministrado me dice não chora que che o chefe não vem te [?] tu vai na [?] aqui tu não pode ficar.

Terei dejeso no dia 14 de Agosto de reponder o juro em Garibaldi e voltar na cadeia por todo oresto da minha vida.

Muitas lembranças totos aquelles que perguntar de mi

Acrimi nossa

Pierina,

”

Senhores, Doutores, Eu escrevi esta carta para explicar todo o  
 que tenho passado neste triste mundo.  
 Eu até a idade de 24 annos paei uma vida regular trabalhando  
 de noite para poder viver, de dia narosa de noite, trabalhava de  
 trança para chapéos assim, passava.  
 Meu pai era gelador da estrada ganhando 30,000, por mes, eu só a  
 última filha, elles cõeketên que me casase in casa para, eu cui  
 da sua velhice, e assim conticeu, me casei, quando me casei  
 eu, pai, tinha, ~~4000~~ quatro sento mil mas não foi ganados na  
 casa, foi ganados, na estrada, arocha não dava praverer.  
 sem se pretinos para casar, e nãido muito pobre, elle não tinha  
 e pai me mãi nem parentes, elle, estava em casa, dum professor de  
 arica, que vierão juntos, no Brazil, elle quando tinha trabalho  
 trabalhar fora, e quando não tinha ficava in casa mas elle paga  
 a, um mil resio por dia de comida, a sustansa delle era um  
 dalle, in, silhada, elle disse, eu não posso, fazer nada porque não tenho dinte  
 Eu lhe respondi para me casar sem fazer um pio de festa isto  
 in copinto, assim, os meus, pais dierão ficaremos uma festa ana que  
 diano hotel, eu pagerei a dispesa, elle me comprou o vestido e está  
 cansa, que tenho, nãido, elle ficou devendo 45,000, do vestido, a orafaite  
 3,000, ao carpentero, 20,000, da dispesa, na casa donde elle morava, e se ca  
 mos hãoi fazer 4, annos agorar no dia 5, de agosto, mas casemos só na  
 greja, não casemos no sevil por falta de dinheiros, Eu me casei com  
 na idade mas não sabia ~~esta~~ hogue queria dier marido foi sempre  
 ma moça respetada de todos, e muito catõlica, eu me casei com esta a  
 tinson de com pagar, o meu marido até hodia da minha morte nos  
 Deus, não qui e in m quemde com tentis neste mundo, o prauma coisa  
 ou prauctro todos temos as nosas afflicoes, eu pensava de ter uma vida  
 muito feliz, in veis, sou amais in felizes de todos os meus ir mães,  
 Agora vou lhe contar o pensijio da minha vida despois de casada,  
 O meu marido, principio trabalhar narosa, elle fez os trabalhos mais me  
 necesarios de pois, foi trabalhar fora para poder, pagar as dindas que  
 elle tinha, elle trabalho, dois mes, quando, veio para casa pagou as suas  
 dindas.

“

Senhores Dottores, Eu escrevi esta carta para explicar todo ho que tenho pasado neste triste mundo.

Eu até a idade de 24 annos pazei uma vida regular trabalhando dia e noite para poder viver, de dia narosa de noite, trabalhava de transa para chapeos assim pasava.

Meu pai era zelador da estrada ganhava 30,000 por mes, eu só a urtima filha, elles concheteu que me cazase in casa para, eu cuidar da sua velhice e asim contece-u, me case-i, quando me casei meu pai tinha [rasura] quatro sento mil mas não foi ganados na rosa, foi ganados na estrada, arocha não faca praviver.

Asim se prontemos para casa, o noivo muito pobre, elle não tinha pai [rasura] mãi nem parentes, elle estava em casa dum profesor de musica que vierão zuntos no Brazil, elle quando tinha trabalho [?] trabalhar fora e quando não tinha ficava in casa mas elle pagava um mil reis por dia de comida, a sustansa delle era um cavalo, in silhado, elle dise,, eu não posso, fazer nada porque não tenho dinheiro. Eu lhe respondi para me casar sem fazer um poco de festa isso não consinto, asim, os meus pais, dicerão faremos uma festa na quele dia no hotel, eu pagarei a dispesa, elle me comprou o vestido e ésta aliensa que tenho nodedo, elle ficou devendo 45,000, do vestido ao arfaiate [?],000, ao carpentero da cama, 20,000, da despesa na casa donde elle morava, e secasamos vai fazer 4 annos agora no dia 5 de Agosto, mas casemos só na Igreja, não casemos no sevil, por farta de dinheiros, Eu me casei com [?] idade mas não sabia [rasura] hoque queria diser marido foi sempre uma moça respetada de todos e muito catolica, eu me casei com esta a tenson de com pagar, o meu marido até ho dia da minha morte mas Deus, não qui-e mim [?] contentes neste mundo, o pra uma cousa ou pra outra todos temos as nosas afflições, eu pençava de ter uma vida muito feliz, in veis, sou a mais in felizes de todos os meus irmães., Agora vou lhe contar o prinsipio da minha vida depois de casada.

O meu marido, principio trabalhar narosa, elle fez os trabalhos mais necesarios de pois, foi trabalhar fora para poder puder pagar as dividas que elle tinha, elle trabalho, dois mes, quando veio para casa pagou as sua dividas.

”

Quando elle veio ficou in casa um mes, trabalhando narosa, depois  
 trahi, na estrada de ferro, quando, veio veio com 80,000 reis, integrou  
 pra meu, pai, meu pai, queria assim, quando ia fora, dar todo o dia  
 pra elle, quando estava em casa trabalhar narosa, e eu tambem  
 pouco que ganhava entregar para elle, mais depois para tirar  
 vinte mil das mao d'elle, ou pedir, para com praer alguma coisa era  
 sigo chorar, elle respondia que elle tinha de comprar agoniada,  
 O meu marido tinha vicio de pitar, elle era, Socio da Sociedade de  
 Italiana de N. S. Socoro, esta sociedade paga um milreis por  
 mes, elle tinha o cavallo, que cada um mes, precisava mudar  
 dar ferar, e tambem quando elle era in casa, o sabado, ia fazer  
 pouco de festa ia cortar a barba, vinha bebendo as 11 ou as meia  
 com tabaco, estas despreza que elle tinha o meu pai lhe dava seis  
 mil reis, no domingo, ~~em~~ <sup>ao</sup> ~~pra~~ <sup>dim</sup> assim elle em estes quatro annos não  
 prou, nada pra nos vestir, eu coazi, tinha, acabado com os meus  
 Quando tive a minha filha, o meu marido tinha vinte mil reis es  
 dos, que o meu pai não, sabia, os senhores sabe que precisa de dinheiro, q  
 fomos, Pagar a menina, elle deu, um mes como da via pras qua  
 Domingos, Mas Deus nos ajudou, que o Padrinho, pago u da  
 adispeza, Mas o meu marido se incoo- u muito e medise, quando  
 trabalhar, trahi, não dou, mais, nem, um reis prateu, pai in  
 foi, um principio, pra mi, os poucos dias, elle foi trabalhar, trabalh  
 dois, outros, mes, ~~para~~ o meu pai principio-u, viu que a morada intriga  
 dinheiro, todas as vezes, que ia com praer algumas cousas dizia sempre gah  
 e não ganhar nada isto não se pode, viver, foi in mais dois outros mezes, eu  
 marido vendeu o cavallo, por sem mil reis, e tinha outros sem que tinha  
 do em este tempo que trabalho e tambem meu pai creio que tinha  
 trezentos mil reis ou mais.

Quando, foi in principio. Agosto, um dia de segunda feira estava  
 penso de seida do meu marido tudo rasgado, a camisa tambem rasgado  
 carsas, a mesma coisa, e a outra ropada menina a minha e de toda a  
 não prestava, pra nada, Não me deu, este penço, mento, não temos na  
 res tir, e nada pra comer, so mos todo tres sem roupa, estes dozentos mil  
 temos, comprando todo, o que nos falta não sega nos temos de  
 de fome, por que se mos muito pobre, com este penço mento  
 indo ate o Sabado, no Sabado contei pra minha mãe, eu dese  
 mamãe, eu sologa, eu não tenho mais fuiso, nos temos de  
 de fome não temos mais nada de comer nem de vestir, somos todos

“

Quando elle veio ficou in casa um meis, trabalhando na rosa depois foi travei na estrada de fero, quando veio, veio com 80,000 reis intregou pra meu pai, queria assim ia fora dar todo o dinheiro pra elle, quando estava em casa trabalhar narosa, e eu tambem o poco que ganhava entregar para elle, mais depois para tirar um vintem das mão delle, ou pedir para com prar alguma cousa era presizo chorar, elle repondia que elle tinha de comprar a comida

O meu marido tinha o Visio de pitar, elle era Socio da Sociedade Italhiana de Moito Socoro, esta sosiedade paga um milreis por meis, elle tinha o cavallo que um meis, aveis precisava mandar ferar, e tambem quando elle era in casa, o sabado, ia fazer um pouco de festa ia cortar a barba, vinha bebados as 11 ou meia noite com todas estas despeza que elle tinha o meu pai só [?] mil reis, no domingo, as sim elle em estes quatros annos não comprou, nada pra nois vestir, eu coazi tinha acabado com os meus [?].

Quando tive aminha filha, o meu marido tinha vinte mil reis [escondidos?] que meu pai não sabia, os senhores sabe que presisa de dinheiro quando fomos Batisar a menina, elle deu um mereis como dava nos outros domingos, Mas Deus nos ajudou que o Padrinho pagou-u toda a dispeza, Mas o meu marido se incomodo-u muito e medise quando trabalhar traveis, não dou, mais nem um reis prateu pai intão foi um prencipio pra mi, os poucos dias, elle foi trabalhar, trabalhar dois outreis méis [rasura] o meu pai principio-u, viu que demorava intregar o dinheiro, todas as vezes que ia com prar algumas cousas dizia sempre [?] e não ganhar nada isto não se pode viver, foi in mais dois outrei mezes, quando o meu marido vendou o Cavallo, por sem mil reis, e tinha outros sem que guardado em este tempo que trabalho, e tambem meu pai creio que tinha uns trezento mil reis ou mais.

Quando foi in prencipio Agosto, um dia de segunda feira estava O lenso de seda do meu marido tudo rasgado, a camisa tambem rasgada [?] carsas a mesma cousa e a outra ropa da menina a minha e de toda a [?] não prestava pra nada, Itão me veio este pençamento, não temos nada [para?] vestir e nada pra comer, somos todo treis sem ropa, estes dozentos mil que temos comprando todo o que nos farta não sega nois temos de [?] de fome, por que semos muito pobre, com este pensamento indo ate o Sabado, no Sabado contei pra minha mãe, eu dise pra mamãe, eu so loga, eu não tenho mais juiso nos temos de morrer de fome não temos mais nada de comer nem de vestir somos todos [?]

”

foi Leunio, foi no domingo, ja todo o povo sabia que, eu era logo, veio uma minha  
 e ta' irmão, me disse, de tirar a me noma, de dar pra alguma familia, que isto, podia  
 inha ser, por causa que dar de manjar, pra menina e de não dar mais leite,  
 me proque, ella era muito, forte, praver, se era pra causa da menina  
 e in tirada a pequena, na segunda feira, Dora chamou o Sotor, ou Sotor não me  
 a pra seu duensa, meuma, me deu remedio, eu não queria tomar chorada, não  
 quero que gastas dinheiro, eu quero morrer porque somos muitos pobres, e rosei  
 de 10, gastar dinheiro prami, esta reis, foi 12,000 reis.  
 cor sempre com esta ideia de querer morrer de fome algumas comia dois, outros  
 mais, semia, a filha, ficou, la 15 dias, depois, foi, buscar, a inda não tinha  
 azer tentada, de affogar, paci todo, agosto, e Setembro, assim quando foi  
 eu principio, Outubro, na sexta feira, foi na cozinha gata um vazilha  
 com, um, pouco, d'agua, e botou o rosto dentro, quando, vi que não, podia mais  
 não ver, tirei, fiz isto porque na quella noite queria, ir me affogar nas figue  
 as nome deus, não foi, hirtão, na quella, noite, pençei outra, mas minha  
 escuria, che do, me alevanto, evou, mesconder, na capoeira, e fico, la até  
 , quer, isto fiz me, alevanto, desci, todos, elles dor mundo, e foi perto de casa tem  
 galapicaco de capoeira, se quei la me sentei, a minha mãe, pergunto u  
 to meu marido, donde, eu estava, elle disse, que elle estava, dormindo, não  
 viu, quando, me levantei, ella pego-u chorar, e gritar, quem sabia  
 tãme ella está, agora, com amenina no collo chorando, as duas, eu  
 chorei, compera, foi, pra casa,  
 gallo, fim de Outubro, meu marido, estava trabalhando na estrada de  
 tãme, eu disse pra meu pai que elle fosse dizer, proffo pro padrinho, que visse  
 a buscar, a menina, se não, eu affogo, o meu pai me disse proque tu que  
 affoga, tua filha, e depois me fete, no meu quarto, sem comer, até, morrer.  
 O meu pai, foi, e mandou, cha mar o meu marido, intão eu disse pra elle  
 se, tu não da amenina, pra alguma familia, eu affogo, e me tirou travez  
 botou, na mes casa, no mes mo, dia, em, que me tirao, amenina, eu  
 foi na cama, e não, queria mais, que intã, se, ninguém, proque, eu queria  
 morrer, fiquei 22 sem comer nem ber agua, em estes 22 dias, meu pai man  
 u, teleoramma, aqui no hospicio, veio, aresposta, que tinha, lugar, antes de  
 ir, fetoa siamar, uma, mulher, fiteira praver, se tinha algum feto, mas  
 mulher, disse, que não tinha nada, se pronte nos praver, e disserão  
 ue pricaria um, atestado, do dellegado, o meu marido foi, na villa o  
 meu contrao ferito, de pra o meu marido, eu não quero, que aminha  
 nhado, de vai no hospicio, ella não, e logo, ella e pra que, que ella  
 m, leia ella na casa intoo, o intendente fiz acerto pra a casa.

“

Quando foi no domingo já todo o povo sabia que eu era loca, veio uma minha irmã, me disse de tirar a menina de dar pra alguma família, que isto podia ser por causa que eu dava de mamar pra menina e de não dar mais leite, proque ella era muito forte, praver se era pra causa da menina [rasura] tirarão a pequena, na Segunda feira, Forão chamar O Dotor, ou Dotor não me [?] duensa neuma, me deu remedio, eu não queria tomar chorava, não quero que gastais dinheiro, eu quero morer porque somos muito pobres e vosei vão gastar dinheiro prami, esta veis foi 12,000 reis.

[?] sempre com esta hideia de querer morer de fome algum dias comia dois outreis não comia, a filhinha ficou la 15 dias, depois foi boscar a inda não tinha [?] vontade de affogar, paçei todo Agosto e Setembro assim quando foi principio de Outubro na sexta feira, foi na cozinha garei um vasilha botri um pouco da'agua e botei orosto dentro, quando vi que não podia mais [?] tirei, fiz isto porque na quella noite pençei doutra maneira amanha chedo me alevanto e vou mesconder na capoeira e fico la até morer, isto fiz, me allevantei deseí todos elles dormindo e foi perto de casa tem um pedaço de capoeira, seguei la e me sentei, a minha mãe perguntou pro meu marido, donde eu estava, elle dise que elle estava dormindo, não viu quando me levantei, ella pego-u chorar e gritar, quem sabela donde ella esta agora, [rasura] com a menina no collo chorando, duas, eu fiquei com pena, foi, para casa,

No fim de Outubro o meu marido estava trabalhando na estrada de fero, eu dise pra meu pãe que elle foçe dizer pro padrinho que viesse boscar a menina se não eu affogo o meu pai medise proque tuque affoga tua filha e depois eu me fecho no meu quarto, sem comer, até morer,

O meu pai foi e mandou chamar o meu marido, intão eu dice pra elle se tu não da amenina pra alguma família, eu affogo, e me tirou traveie e botou na mês casa, no mesmo dia, em que tirarão amenina, eu foi pra cama e não queria mais que intra se ninguém, proque eu queria morer, fiquei 22 sem comer nem beber água, em estes 22 dias, meu pai mandou Telegramma aqui no hospicio, veio aresposta que tinha lugar, antes de sair forão siamar uma mulher fiticera praver setinha algum fetiso, mas a mulher disse que não tinha nada, se prontemos prair, diserão que precisava um atestado do dellegado, o meu marido foi na villa o meu cunhado ferero, dis pra o meu marido, eu não quero que minha cunhada vai no hospício, ella não é loca, e fraquesa que ella tem, leva ella na S. Casa intão, O intendente fez a carta pra S. Casa.

”



“

O meu marido escuto-u o conselho do meu conhado mas meu pai ficou-u muito brabo, viemos eu meu marido o meu compadre, padrinho do meu Anzinho, meu pai lhe deu 60.000 rs, esta viagem nos custou mais de seis mil RS. Seguemos in Portalegre, fomos no hotel da Maria Teresa. O marido della, e um conhecido nosso, elle e de Villa Garibaldi, o meu marido lhe contou offato, que eu tinha esta vontade de, memata e de morrer de fome e de affoga, a menina, ele [disse] que na Santa Casa não merecia, só no hospício, mas disse que no hospício precisava pagar um mil reis, por dia, Intão ho meu marido, eu não posso, pagar um milreis por dia porque so muito pobre tenho, de pagar deis mil reis por méis [para] pequena, eu não posso com todas estas despesas.

Eu não, queria mais ir pra casa, elle me disse eu não te boto no ospicio porque os parentes, não quie, e tão bem, porque não posso pagar, eu disse pra casa eu tenho vergonha de ir, se tu quer ficar aqui na Rua, tu pode ficar in outro lugar eu não te boto, isto aconteceu-u no dia 13 de Novembro, eu dormi no Hotel da Maria Teresa.

Seguemos na Villa de noite, quando ho povo soube que eu tinha voltado disserão que estes, dois homens voseis sois dois buros forão in Porto Alegre paciar in veis de deixa a mulher no hospicio voltarão ella voseis sois dois homens de palha.

Eu estava magra que parecia uma fantagema segue-i in casa fui pra cama traveis, e estava mais in vergonhada ainda, pegue a não come, ainda fiquei um outro mes ainda, depois um dia fierão as freras porforsa, me fizerão, comer, ellas continuarrão até no fim de [?] neste tempo que ellas vierão me cortarão os cabellos, porque me davam banho, estava magra que parecia que uma hora pra outra tinha de morrer. Neste tempo que vinha, as freras, eu destratava Deus porque me creou, e nossa senhora não posso escrever todo senão presisaria, um jornal, eu chorava de vergonha de ser in feliz no mundo [?] sangue eu pusei mais sangue, que cuazi era morta [?] minha irmã viu o quarto sujo todo sujo de sangue ella se azustou e memararão as mão; a minha zente me comprava secollate, vinho [?] e todo oche agente dizia de fazer elles faziam, provarão outro dois fitiseiros, elles tão bem disserão que não sou fitisada, O marido me dizia [?]

”

## Continuação

com, a tua tristes ideias, tu me, assassinaste, me, etão de  
 filha, em todo este tempo, eu dormia, com, o marido, mas, elle  
 foi mais, capaz de segor perto de mim, proque, eu não queria  
 me dizia alguma coisa, eu lhe respondia e chorava, por favor,  
 uma, menina, fora de casa, eu não quero, mais, que acotece outras  
 vinha, muitas, curiosas me vigila, quando, estava na cama ella  
 dizem, tenho, tanta pena da tua filha, de vella nas mãos da tua  
 pobre menina, in, feliz para, sempre, de ter amãe loca, ellas, pesava q  
 não, in, tendia, no fim de Fevereiro, me alevantei, e di de pra o marido,  
 tenho isprementado, de tudo, para morrer, não posso, morrer, até o dia elle  
 Deus, marcou, e me idr que tu vai buscar, a menina que eu não me  
 faço, mais, nada, elle foi contente, quando, eu mandei, buscar,  
 não, tinha, o desejo, de matala, mas, eu chorava, e destrataria  
 porque elle fazia, morrer, gente de repente, eu que estou com  
 orna, deser nomundo, não me faista, morrer, tudo oque, eu degra  
 também dizia o marido, ficava bravo, como, migo, elle medisia  
 na escola dos freiros para apprender a destratar Deus, No dia  
 abril, faleceu, meu, pai, naquelle dia viera, muita mulheres, e disse  
 perto de mi, pobre veio, podese dizer que este homem morreu por causa  
 filha, elle se apaixonou, com esta paixão elle morreu, eu fiquei  
 vergo, nhada, isto não nego isto pode acontecer, mas infim, não  
 costei, muito, eu quando, principi esta ideia, <sup>mas não tinha</sup> ou mais  
 quando, elle faleceu, assemos 20 mil, eu com o marido não podia  
 com binar pellas, lucurar, que tenho, <sup>feito</sup> elle sempre me dizia  
 tinha outra, para ganhar, tu me ganaste, eu mas antes de me ac  
 ter isto, elle era muito contente de mim, Na quinta feira  
 de come ter acumi, assendi uma fella vella, eregei muito, e quando  
 acabei de rezar, me veio, este, pensa, mento, se elles vão, a  
 me, eu fique in casa sozinha, esta veis, affogo a  
 raso, viver, aqui, depois, oque viu, on o hospicio, on a  
 aracem pre, e isto me aconteceu, eu, morava, na estrada  
 assara granças, olhia va prami, e disiam olha, alloca, eu  
 ssim, a pobre filha, eu tenho este feio nome, de loca ella quan

“

Continuação

Com a tua tristes hideias, tu me assassinaste, me e tão bem [?] filha, em todo este tempo eu dormia com o marido mas elle não foi mais capaz de segar perto de min, proque eu não queria, se elle me dizia alguma cousa, eu lhe respondia e chorava, porfavor [?] menina fortade casa eu não quero mais que acotece outras [?]

Vinha muitas coriosas me vizitar quando estava na cama ellas diziam tenho tanta pena da tua filha, de vella nas mão da tua [?], pobre menina in feliz para sempre, de ter a mãe loca, ellas pensava que não in tendia, no fim de Fevereiro, me alevantei e dise pra-o meu marido, eu tenho isprementado de tudo, para morer não posso morrer até o dia que Deus marco-u, E melhor que tu vai buscar a menina que não faço mais nada, elle foi contente, quando eu mandei buscar não tinha o dejeso de matala, mas eu chorava e destratava Deus porque eççe fazia morer gente derepente, eu que estou com vergonha deser nomundo não me fais morer, tudo o que eu dizia [?] tanbem dizia O marido, ficava brabo com migo, elle me dizia tu foi na escola de das freiras para apprender a destratar Deus, No dia 17 de Abril, faleceu meu pai, na quelle dia viera muita mulheres e diziam perto de mi, pobre veio, podese diser que este homem morei por causa da filha, elle se appasionou, com esta paisção elle moreu, eu fiquei in vergonhada. isto não nego isto pode accontecer mas infim não costei muito, quando prienciipi eta ideia [?] triste [?] quando elle falleceu [?] eu com meu marido não podia [?] combinar pellas lucuras que tenho feito, elle me dizia tu não tinha outro para iganar, tu me ganaste, eu mas antes de me accontecer isto, elle erra muito contente de min. Na Quanta feira antes de come ter o crimi, assendi uma fella [rabiscada] vella, e rezei muito e quando accabei de rezar me veio este pensamento se eles vão a missa que eu fique in casa sozinha, esta veis, affogo a [Elvira] eu não poso viver aqui, depois o que vou ono ospicio ona cadeia paracempre, e isto me accontece-u, eu, morava, na estrada [?] passava grianças olhiava prami e disiam olha a loca, eu pencei assim, a pobre filha, eu tenho este feio nome de loca ella quando

”

to de... agente dizem, tu estaca como a tua mãe, eu estas muito  
 as, elle me... que quando, pensa do meu anjinho, que eu poderia se  
 ma se... cada, com ella, in reis, estou, aqui, no meio de gente que não  
 arbi, mas... quinhel, mas ella no dia de hoje, creio que ella e muito mais  
 utros de... de que, eu, isto não foi feito por minha vontade porque  
 na ellas... pelo passado não tinha coragem de matar nem uma gali  
 a tua vig... cada pessoa Deus lhe da a sua sorte, elle pramion e me deu  
 sava que... sorte de cachorro, ou mais peior ainda, eu penso que o diabo  
 nado, e... os sobre, na minha familia, e escangiao a, a familia, inte  
 ate odia... elle queria tomar a minha, al ma, elle me fuzidar, o meu corpo  
 eu não... me fiz duridar, da lei de Deus, de pois, que esta, o meu anjinho no  
 car, q... não, escatei mais, os, conselhos do diabo, seja feita a vontade  
 da Deus... da terra como, no céu,  
 om... quando, o Senhor, fuz, me interro gou, lhe disse, ma tu a minha  
 dezia... por chei muito pobre, para que elle não fosse padre esmola, e para  
 e tu... pouco com o marido, e pra ella não me conheces como  
 a... Quando, estava na S. Casa lhe mandei uma carta que  
 diste... eu ir responder o juro quero ser condemnada e virada, que pelo meu  
 causa... que tenho come tido e tudo o resto que tenho feito mereceria  
 que... fuzlada, mais para eu sair daqui para ir com a minha  
 na... nem depois, de morta, não quero ir nem com o marido nem  
 ul... os, parentes, não posso, mais, com binar,  
 ma... tu estou arrependida, que preferiria que Deus, me dese a morte antes,  
 não... viver sempre appenalizada desta maneira, tem dia que choro muito  
 con... tem outros que digo seja feita a vontade de Deus, quero rifar muito para  
 m... ir quando morrer junta com o meu anjinho na gloria no céu,  
 Parei... toda a noite escrevendo, tudo o que iscrevi aqui e todas as  
 33... de, com, ver dade, que tem o sol e a lua,  
 não... na santa casa um veia me dise tu es boba que tu estas fazendo aqui  
 vai... na Boa, ta se justa, in qual que familia, ta ganha os trinta mil  
 res, Se... justiça não tem te picura, proque aqui, e allugoe grande não te  
 assam... mais, eu lhe responoi, eu tenho come tido o crime e preciso que  
 casa... a minha, penitencia elle dise que eu num ca foci mulher de  
 ou... a frera, intendeu, E senhora não sabe o que lhe poderia acont  
 que... ella não sai, ma se saise a culpa e sua,

“

creser agente dizem tu es loca como a tua mãe, eu estou muito arrependida, que quando pensa do meu anzinho, que eu poderia se em casa com ella, in veis, estou aqui, no meio de gente que não [?], mas ella no dia de `oge creio que ella e muito meia feliz que eu, isto não foi feito por minha vontade porque pelo pasado não tinha coragem de matar nem uma galinha, cada pesoa Deus da a sua sórte; elle pramin deu a sorte de cachoros, ou mais peor ainda, eu penso que o diabo botou os sivre, na minha familia, e escangaio-u a familia intera, elle queria tomar a minha alma, elle me fez odiar o meu corpo me fez duvidar, da lei de Deus, depois que esta, o meu anzinho no [?] não escutei mais os conçelhos do diabo, seja feita a vontade de Deus as na terra como, no céu.

Eu quando, o Senhor, Juiz, me interogou, lhe disse, ma tei a minha filha por cher muito pobre, para que elle não foz pedir esmola, e para não [?] pouci cin i marido e pra ella não me conheser como loca, Quando estava na S. Casa lhe mandei uma carta que se eu ir responder o zuro quero ser condenada envida, que pello meu crime que tenho come tido e tudo o resto que tenho feito mereseria ser fuzilada, mais para eu sair daqui para ir com a minha gente nem depois de morta, não quero ir nem com o marido nem com os parentes tes [riscado] eu não posso, mais, com binar,

Eu estou arependida, que preferiria que Deus, me dese a morte antes, de viver appenalizada desta maneira, tem dia que choro muito e tem outros que digo sejafeita a vontade de Deus, quero reçar muito para ir quando morer junta com o meu anzinho na gloria no céu,

Pacei tuda a noite escrevendo, tudo oque iscrevi aqui e todas verdade, com o verdade que tem o sol e a lua.

La na santa casa uma veia me dise tu es boba que tu estaes fazendo aqui vai na Rua, tu se justa, in qual que familia, tughana os trinta mil [?]. a justicia não vem te pricura, proque aqui e ullugar grande não te assam, mais eu lhe respondi, eu tenho come tido ocrime e presiso faza aminha, penitencia elhe dise que, eu numca foi mulher de Rua, a frera, intendeu , A senhora não sabe o que lhe poderia acontese que ella não sai, ma se saise a curpa e sua.

”

Senhores, Doutores, eu lhe peço por favor, eu tenho, dois lugares, um em  
 a por toda vida, ou aqui, mas não famílias, não quero, ir para  
 mais de pagar, nem um, dia de vida família, pelos meus  
 feitos, no mes, que tenho, porim pra sair da aqui pra ir  
 lugar mas triste não, seria contente, eu aqui já estou  
 acostu mania, sou muito bem tratada, que não, mereço  
 eu, sou, sem esforço, não tenho, duenda, ne uma, eu tenho  
 feito, algumas, bobajas, mas, sempre com o meu juizo firme, e  
 isto que, eu fazia, não, fazia por minha vontade, creio, que  
 era por vontade, do dia do, elle queria, tomar, a minha  
 mas, até, o dia de hoje, ainda, elle não, pude me tomar, por  
 eu tendo, seus comigo.

Eu lhe in teço, estas cartas, os Senhores pode lhemos  
 ao chefe, de policia, agora os Senhores, podem fazer o que  
 tem ser, eu não mereço de me fazer bem, mas isto está  
 suas, vontade, eu para sair daqui, ficaria, muito sentida,  
 que, medou, muito, com as empregadas,  
 acabou porque estou com sono penso que isto seja aqui  
 tudo explicado.

Escriminaza

Os Senhores, intente que, eu não, tenho coragem de dizer que  
 estou, arrependida de, medo de ser abbeal vida, mas estou mu  
 vezes, e tambem teria muita vergonha de ir a responder ou  
 jurar, mas se for, preciso, os Senhores, me, avisam, um 15 de  
 antes, agora não tenho mais nada no coração, Os, Senhores  
 me desculpe pelos erros, porque foi escrito, de toda sorte,

Escriminoza

Senhores, Doutores, Eu, tinha mes, exque sio o o mas necessario, esta  
 moite, escreveu, resto, come ti este crime por amor, ia minha  
 filha, opoio, dizem, que uma mãe, que mata seu filho, tem, um coração  
 a Tigre, mas, in breu, eu matei por ter, um bom coração e por amor

“

Senhores Dotores, eu lhe peço por favor, eu tenho dois lugares, ou na cadeia por toda vida, ou aqui, mas não nas famílias, não quero ir, não [?] mais de passar nem um dia de vida família, pelos nomes feios, nomes que tenho, porém pra sair da aqui pra ir num lugar mas triste não, saria contente, eu aqui já estou me acostumando, sou muito bem tratada, que não mereço [?] eu, sou, sã e forte, não tenho duensa, ne uma eu tenho feito algumas bobajas, mas, sempre com o meu juiso firme, isto que eu fazia, não fazia, por minha vontade creio que era por vontade do diabo, elle queria tomar aminha alma, maz até, o dia de hoge, ainda elle não, pude metomar, porque eu tenho, Deus comigo.

Eu lhe in trego estas cartas, os Senhores pode lhemos trar ao chefe de policia, Agora os Senhores podem fazer o que in tem der, eu não mereço de me fazer bem, mas isto está em suas, vontade, eu para sair daqui ficaria muito sentida por que medou, muito, com as empregadas.

Acabo porque estou com sono penso que isto sega aqui esta tudo explicado.

A crimino za Pierina

Os Senhores, intende que, eu não, tenho coragem de dizer que estou arremdida de, medo de ser abbesol vida, maz estou [?], e tambem teria muita vergonha de ir aresponder ou [?] juro, mas se for, preciso os Senhores, me, avisam, um 15 dias antes, agora não tenho mas nada no coração, Os Senhores me descurpes pellos erros, porque foi escrita, de toda noite,

Acriminoza Pierina

Senhores Douttores, Eu, tinha mes esque sido do maz necessario esta noite, escreveu, resto, come ti este crime por amor da minha filha, opovo, dizem, que uma mãe, que matta seus filho tem um coração de Tigre, maz, in veis, eu matei porter, um bom coração e por amor

”



“

a minha filha, e para lhe dar um bom lugar no céu creio que ella esta gozando, felicidade, la na gloria, e tão bem foi para me livrar de passar desgostos com o marido,

O meu marido, a vida d'elle era esta, se a sema era todos os dias de festa, elle era capaz, de passar a sema intera nas vendas, e [?] do vinho, a qual quer, horas da noite bebados como um porco elle lansava tudo, e assim, eu ficava [rabisco] muito braba e ralhava com elle, e lhe dizia semos tão pobre, e tu sempre bebado [?], Eu quando, era moça gostava de ir bem arrumadinha e depois, me, vi que logo, tinha, de ir pedir esmola, a minha Elvira era tão bonita, que parecia um anzinho eu de vella de ir mal arumada não gostava, e não tinha nada pra vestir ella, eu se não, come tia este crime, e se ficava junto com o marido e se Deus me dava mais filhos eu tinha de ir com toda aminha tropa a pedir esmola, eu sou mais contente, de passar o resto, da minha vida, aqui ou na cadeia antes de ir, pedir esmola e de passar o que tenho passado com o marido, eu lhe garanto que isto de pois da morte, dos meus pães, isto tudo ma aconte, sia, porque eu não, tenho, nem terra, nem casa nem nada meu, [?] tem um quarto de terra velha, a 34 annos que se trabalhava e não da mais, nada, agora, depois, da morte, de meu pai, meio quarto [?] a parte de minha mãe e outro meio é pra repartir entre nois seis irmaes os Senhor calcules, quanta sustansa, nos tinha,

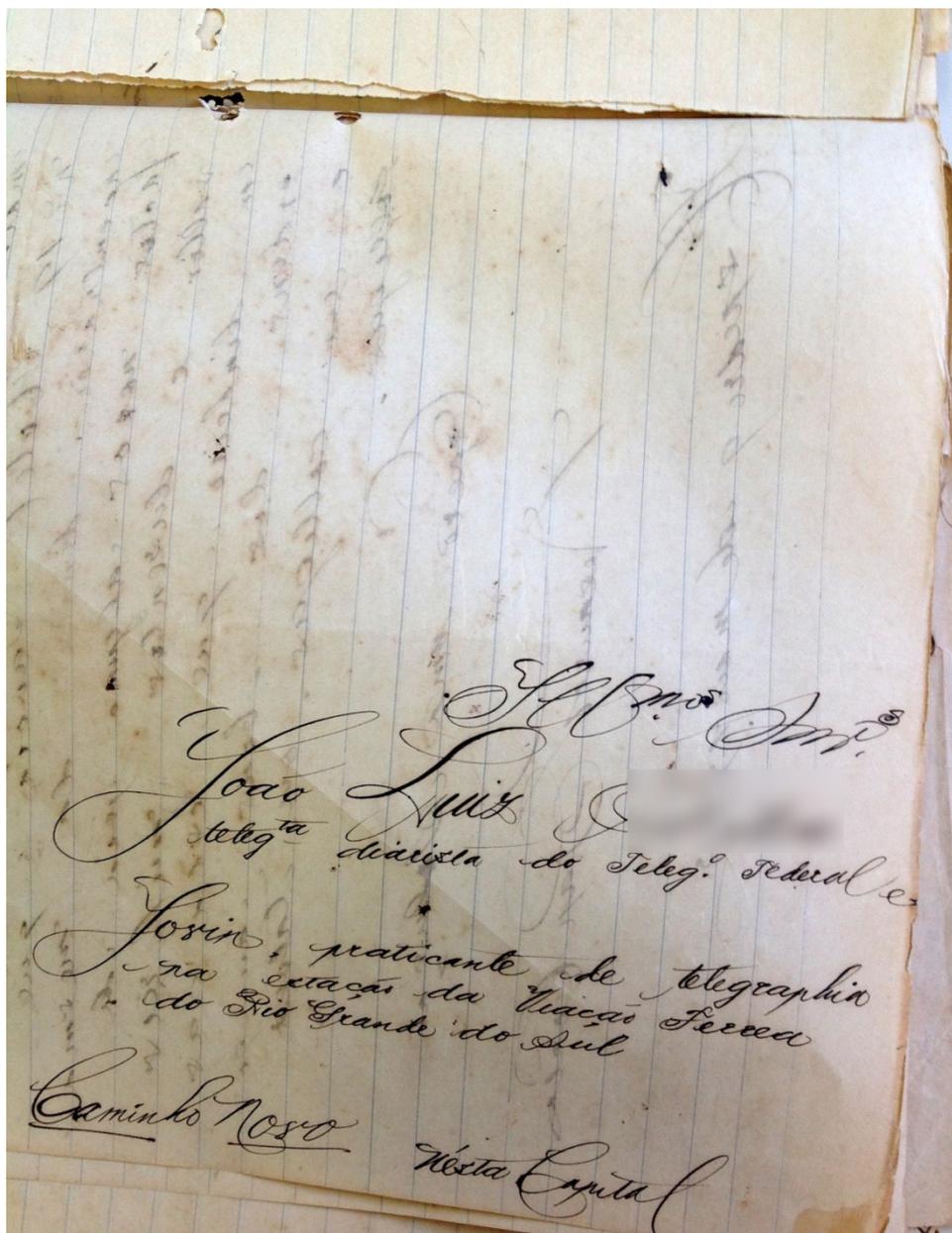
Mas Deus e messericordioso, elle a deter missericordia, de mi, este tudo o que passei na minha vida, e o quetinha, de passar, Eu gosteria que estas cartas, foce tudo, num jornal para tudo opovo, saber, mas eu não tenho dinheiro, para mandar no Coreio do povo,

Os Senhores Lhe dou lisensa de ler todas as carta, até o caderno se quiser, Mas lhe peço porfavor de ter um pouco de piedade de mi, eu não mereço, mas enfim este crime não foi come tido por gosto foi por vontade de Deus, e para necessidade, eu não tenho duensa ne um grasasas a Deus

Eu poço trabalhar, dia enoite, eu tenho uma boa memoria que desda idade de cinco annos, sei lhe contar aminha vida, e tão, bem quando vejo fazer um trabalho, uma veis sega, noutro dia ja seifazer. Se os senhores me dese um in preguinho aqui, no hospicio de ganhar um [rabiscado]5, mereis, por meis, pra mi segaria, lhe peço pofavor de ter, piedade de mi;

Pierina            Criminoza: apenalizada

”



“

Ill. mos Srs  
 João Luiz [sobrenome]  
 Telegta. diarista do Teleg. Federal e

Jovin  
 praticante de telegraphia na estação da  
 Viação Ferrea do Rio Grande do Sul

Caminho Novo  
 nesta Capital

”



“

Ill.mos Srs.

João Luiz [sobrenome] e Jovin

Saudações

Desde o dia vinte oito de maio, proximo passado que estou visitando os pavilhões do Hospicio São Pedro! e os amigos, com toda certeza, tratando de suas conveniencias; muito bem, hoje em dia [?] em geral; mas meus bons amigos e ex collegas não devem ignorar de que quem faz a Deus paga ao diabo; devem saber também que não estou doído e nem tão pouco doente, e que sahi dos lares paternos com o fim de trabalhar, depois de minha penosa doença, que meu pae so em medicamentos gastou um conto e duzentos commigo, e com muito prazer; mas não terá nenhum prazer de gastar commigo um reis que seja numa caza como esta que so se trata de faculdades mentaes.

Bem, esta tem o fim de pedir aos amigos não que me venham retirar, porque talvez não tenham dinheiro; mas que ao menos

”

venham. aqui faltar com o  
 tal doido, e aporem duas  
 razões. a primeira pois qual  
 o motivo que se agarra  
 um cidadão sem mais nem  
 menos e conduze-se para  
 uma casa de doidos. Pois  
 meus bons amigos, eu apesar  
 de doido, por favor para  
 desistir ~~sub~~ ~~esse~~ assumpto  
 tanto pessoalmente quanto pela  
 imprensa, já que publicam  
 um artigo que se pede  
 de José Carlos Ferreira não  
 o publicarei. Eu doido sou  
 como esta, para lembrar aos  
 amigos que no dia vinte oito  
 mais pp. em foz de zezidiana,  
 valhi da farmacia de Dixcil  
 onde fora, pedir ao dr. Barron  
 um atestado a fim de receber  
 meus vestidos durante os  
 meses que estive doente, e que  
 no buffet, tomant um tacho  
 de café disseram digo três  
 vezes: sabe Ricardo que estão  
 farent amos hoje. queres dar  
 um passeio de carro comigo?  
 accitei e fomos de carro  
 todo baixo até ao arabalde  
 no fim de visitar os garilhos,  
 voltar no mesmo dia e passear  
 de automel na rua da praia

bom m  
 o mais  
 a mim  
 sempre  
 pessoas  
 conkeo.  
 supito  
 pensam to  
 de ser  
 de nos.  
 Por ventura  
 pensa, etc  
 Encaloes  
 buscar o  
 malo, q  
 n.º 19 H  
 encontrar  
 factor nos  
 sallos e  
 em. dike  
 ordens  
 e se  
 collegas.

Pedro

“

venham aqui fallar com o tal doido e exporem suas razões; explicando por qual o motivo que se agarra um cidadão sem mais nem menos e conduze-se para uma casa de doidos. Pois meus bons amigos, eu apesar de doido, os convido para discutir sobre esse assumpto tanto pessoalmente, como pela imprensa e já quis publicar um artigo que a pedido do dr. José Carlos Ferreira não o publiquei. Eu doido mesmo como estou, faço lembrar aos amigos que no dia vinte oito maio pp. em [?] voltei da pharmacia Brasil onde fora pedir ao dr [sobrenome] um attestado afim de receber meus vencimentos durante os meses que estive doente, e que no Buffet, tomando uma taça de café disseram, digo disse Jovim: Sabe Isauro que estou fazendo annos hoje. queres dar um passeio de carro commigo? aceitei e viemos de carro toldo baixo até este arrabalde com o fim de visitar os pavilhões e voltar no mesmo dia e passear de automovel na rua da Praia,

”

bom maneiro de fazer  
 e mais de bobo! fazem  
 a mim, porque, eu costumava  
 sempre a confiar-me, em  
 pessoas que não as  
 conheço. Mas sou um  
 supito tu depressa, com  
 pensam tatoes, e havemos  
 de ver com o tempo, qual  
 de nos, somos deid. De  
 por ventura deo - eles alguma  
 cousa, ttegraplern a

ou venham  
 buscar a chave de minha  
 mala, que está no quarto  
 n.º 19 Hotel Savoia, que  
 encontrarão dentro da mesma:  
 factos nosos alguma joia de  
 valor e duzentos mil reis  
 em diheiros, que está nas  
 ordens dos bons amigos  
 e ex collegas, ou talvez  
 collegas.

(Mas uma solução)

Pedro de maio 1913.

“

bom maneira de fazer o mais de bobo! Fazem a mim, porque eu costume sempre a confiar-me em pessoas que não as conheço. Não sou um sujeito tão despresado como pensam talvez, e havemos de ver com o tempo, qual de nos somos doido. Se por ventura devolhes alguma cousa, telegraphem a [o nome do seu pai] basta, ou venham buscar a chave de minha mala que está no quarto nº 19 Hotel Savoia que encontrarão dentro da mesma: factos novos alguma joia de valor e duzentos mil reis em dinheiro que está as ordens dos bons amigos e ex collegas, ou talvez collegas.

Espero uma solução.

Isauro

HSPedro 9 de maio 1912.

”

P. Ugece 12. Junho 1912  
 Emas Am<sup>o</sup> 5. do Sr. José Becker,  
 Sr. Carlos Ferreira e Solicitor  
 Francisco Pereira  
 Republicano  
 Quando desido fins a lenda  
 vossa genheimentas que fui  
 empregado da Tracção e  
 Rio Grande do sul de Abril  
 1908 a Setembro de 1911, nessa  
 data pedi a renúncia de meu  
 cargo de telegraphista, a fim de  
 attender um chamado do Sr. H.  
 Defensor para servir  
 nesta cidade como telegrapho-  
 ta do telegrapho Federal onde  
 traballei desde 13 de Janeiro  
 pp. até 27 de março proximo  
 nesta data subora cahi doente  
 com uma varicella numa plenão  
 do Sr. Thomas na  
 rua 7 de Setembro, nesta  
 cidade, no fim de Setembro  
 fui recebido para Santa Cruz  
 de misericórdia onde estive  
 até 28 de Abril, segui  
 com meu irmão João  
 (Deputado R. G. S.) para Pelotas  
 a fim de completar o tratamento  
 de minha saúde.

“

P. Alegre 1º. de Junho 1912

Exmos. snrs. drs. José Hecker,  
José Carlos Ferreira e  
director Dioclecio Pereira

Respeitosas sauds

Para os devidos fins levo aos vossos conhecimentos que fui empregado da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul de Abril 1908 á Dezembro de 1911, nessa data pedi exoneração de meu cargo de telegraphista, afim de attender um chamado do Dr Idelfónso [sobrenome] para servir n'esta cidade como telegraphista do telegrapho Federal onde trabalhei desde 13 de Janeiro pp [passado próximo] até 27 de março passado. N'esta data ultima cahi doente com varicella n'uma pensão de Snr Thomas [sobrenome] na rua 7 de Setembro nº. [?] n'esta cidade; no fim de seis dias fui recolhido para Santa Casa de misericórdia, onde estive até 28 de Abril e segui com meu irmão [nome e sobrenome do irmão] (Agente V.F.RGS) para Pelotas a fim de completo restabelecimento de minha saude.

”



“

regressei a esta capital no dia 20 de maio p.passado, com o fim de tomar conta de meu cargo no telegrapho nacional , no 21 do mesmo mez fui ao referido telegrapho dr. Ildefonso [sobrenome] sem eu lhe ter fallado nada absolutamente a respeito de que desejava disse as seguintes palavras na presença de Pedro [sobrenome] e [rasuras]: o snr já esta bom presente-se em serviço. No dia 22 de maio apresentei-me ao dirigente [sobrenome] este disse que aguardasse chegada snr encarregado [sobrenome] [rasuras]. No dia 28 maio fui á pharmacia Brazil pedir [?] attestado ao Dr. [?] afim de apresentar ao governo quando voltei a estação da estrada de ferro a fim de saber noticias de minha familia fui convidado pelos Snrs Jovin e João Luiz [sobrenome] para dar um passeio de carro ate este arrabalde [rasuras] aceitei e subimos com carro de toldo baixo até aqui onde ainda me acho

”

ignoscendo causa! Da fazenda  
 Terra Rio Grande do Sul  
 recebi um atestado assinado  
 pelo Sr. Alfredo L. [redacted]  
 diretor do telegraph e do tel. H.  
 e [redacted] diretor, mais ou  
 menos no seguinte termo:  
 "Certifico que Sr. [redacted]  
 [redacted] foi empregado  
 desta estrada de Abril 1908  
 a 1911 exercendo o cargo  
 de telegraphista com  
 proficiência, certifico mais  
 que pediu exoneração por  
 sua livre e espontânea  
 vontade como empregado  
 recluso sempre atenta  
 a conduta, sup. atestado assinado  
 de em mão de Sr. João  
 [redacted] Sr. [redacted] Sr. [redacted]  
 estrada nesta cidade.

Esperando receber  
 reconhecimento substancial  
 me de [redacted] att  
 a obg<sup>o</sup>

[redacted]  
 [redacted]  
 (Kopisio S. Pedro  
 Parthenon. S. Alegre)

“

ignorando causa! Da Viação Ferrea Rio Grande do Sul recebi um attestado assignado pelo Snr Alfredo [sobrenome] chefe do trafego e dr H. [sobrenome] director, mais ou menos nos seguintes termos.

Certifico que Snr Isauro [sobrenome] foi empregado desta estrada de Abril 1908 a 1911 exercendo o cargo de telegraphista com proficiencia, certifico mais que pediu exoneração por sua livre e expontanea vontade como empregado revelou sempre otima conducta, cujo attestado acha-se em mão de Snr João [sobrenome]. Telegta estrada nesta cidade

Esperando vossos reconhecimentos subescrevo-me [?].

Isauro

(Hospicio S. Pedro  
Parthenon. P. Alegre)

”

Capicó São Pedro 2 Junho 1912

Excedente primo Alf.  
Muito digno chefe trabalho  
Ignaria

Como sua saúde assim como  
de todos os vossos. Pelos de  
João Luiz e ao empregado vossos  
e pelo praticante João de  
fui conduzido para este hospício!  
ignora causa. Rogo as meu bom  
primo e amigo significar do facto e  
communicar meu qual afin de  
tomar providencias.

Assista com  
primã e filhos saud.  
de vossos primo e ao  
empregado

Além, não cometti factos que  
esses senhores julgassem ao menos  
que eu estivesse alienad, so  
alguma taca com alguns estudantes  
que conheço dahi rapazes serios  
como Eurico de [redacted] [redacted]  
e outros que no momento não me  
lembro. Ora isto é muito natural  
entre rapazes.

O mesmo

“

Hospicio São Pedro 2 Junho 1912

Prezado primo Alf. [Sobrenome]  
 Muito digno chefe trafego  
 S. Maria

Estimo sua saude assim como de todos os vossos. Pelos srs. João Luiz [sobrenome] ex empregado vosso e pelo praticante Jovin de [sobrenome] fui conduzido para este hospicio! ignoro causa. Rogo ao meu bom primo e amigo explicar do facto e communicar meu pae afim de tomar providencias.

Aceite com  
 prima e filhos sauds.  
 de vosso primo e ex empregado  
 Isauro

MBem. Não cometti factos que esses senhores julgassem ao menos que eu estivesse allienado. So alguma troça com alguns estudante que conheço d'ahi rapazes serios como Eurias [sobrenome] Fran<sup>ca</sup> [sobrenome] e outros que no momento não me lembro. O [?] isto é muito natural entre rapazes.

O mesmo.

”

Am.º Mario Agente  
 Principal estação central  
 Estrada de Ferro n/C

Peço-te obsequio passares  
 este telegramma a meu  
 tio se for possível salva-o  
 do trafego mutuo e manda-me  
 o recibo pelo portador. Peço-te tambem  
 retirares minha roupa branco  
 da rua aurora n.º 3 (tres). De ante-  
 mão te agradeço

Palegre 3/6/.912  
 Teu am.º

“

Am.º Mario Agente  
 principal estação central  
 Estrada de Ferro n/C

Peço-te obsequio passares este telegramma a meu tio se for  
 possível salva-o do trafego mutuo e manda-me o recibo pelo  
 portador. Peço-te tambem retirares minha roupa branca da rua  
 aurora n.º 3 (tres). De antemão te agradeço.

Teu Am.º I

Palegre 3/6/.912

”

Am.º João

Daqui junto este telegramma  
que peço te passares se  
possivel directamente a  
P.º.º. teu am.º

Paes 4/6/912

Abre em anexo o recibo  
pelo portador, assim que  
eu saia desta joca te  
pagarei. Em minha mala  
acha-se duzentos mil  
reis em dinheiro

omissum

2500
1000
4.400

“

Am<sup>o</sup>. João

Saude. Junto este telegramma que peço-te passares se possível  
directamente a BZ.

Teu am<sup>o</sup>.  
Isauro.

Pae. 4/6/912.

Me manda o recibo pelo portador assim que eu saia desta joça te  
pagarei. Em minha mala acha-se duzentos mil reis em dinheiro.

Omesmo.

”

Amr. H. G.

Amorável

O fim está muito saúdo, sem fome das que te são  
 caras. Eu sou muito um paguinho;  
 mas não há de ser nada sem Deus.  
 O fim está a pedir-te viras,  
 amanhã não aqui; necessito falar  
 urgente, pois deixei pessoas de  
 minha família doente e estão  
 afflictíssimas a saber notícias. Não sei  
 como que fim me trouxeram para  
 cá, não estou doente e nem tão  
 pouco doente; como pessoalmente  
 já te expliquei, vim de casa  
 de meus parentes para como  
 o fim de trabalhar, pois  
 chega um conto e duzentos  
 mil reis, que eles gastaram  
 fomego durante minha doença,  
 e agora está gastando fomego  
 bom !!! Deixei telegrama para  
 meu pai vir, ou mandar meu  
 irmão a fim de eu saber de  
 que se trata a meu respeito,  
 tu que es idónio, poder ver que  
 não se agarra um ridículo  
 sendo mais nem menos e deixar  
 minha casa que trata somente  
 de pessoas que soffrem das  
 furdadas mentaes, fôrmente  
 nunca soffri, simdormente na  
 Santa casa como quarenta e um

“

Am.º. Hipólito

Saudações

Estimo tua saude, bem como dos que te são caros. Eu vou vejetando um poquinho: mas não há de ser nada com Deus.

O fim desta é pedir-te vires amanhã ate aqui, necessito fallarte urgente, pois deixei pessoas de minha familia doente e estou afflictissimo saber noticias. Não sei com que fim me trouxeram para cá, não estou doido e nem tão pouco doente, como pessoalmente ja te expliquei, vim de casa de meus extremosos pais com o fim de trabalhar, pois chega um conto e duzentos mil reis que elles gastaram comigo durante minha doença e agora estão gastando commigo bom!!! Passei telegramma para meu pae vir, ou mandar meu cunhado afim de eu saber do que se trata a meu respeito. Tu que es idonio, podes ver que não se agarra um cidadão sem mais nem menos e deixa-se numa casa que trata somente de pessoas que soffrem das faculdades mentaes, felizmente nunca soffri. Symplesmente na Santa Casa com quarenta e um

”

-grans de febre, variava ora isto  
 nem o bispo Fallarín, certo!  
 Como o amigo tem dado-me  
 innumerables provas de atenções  
 sinceras, espero que deves em  
 consideração o que escrevo com  
 o coração cheio de saudades,  
 caso não te seja possível  
 fide e João que igual será.  
 Quero ver-se num breve espaço  
 me deste meu caminho de espírito  
 de sy de marca para cá, devendo  
 em faz o tal capital.

Accitem saud.  
 de teu amigo

Palque 8/6/912

Ao Acadêmico  
 João  
 Campo do Bom Fim  
 n.º 25

“

graus de febre, variava, ora isto nem o bispo fallaria, certo!

Como o amigo tem dado-me innumeradas provas de atenções sinseras quero que leves em consideração o que escrevo com o coração cheio de magoas. Caso não te seja possível, pede o João que igual será.

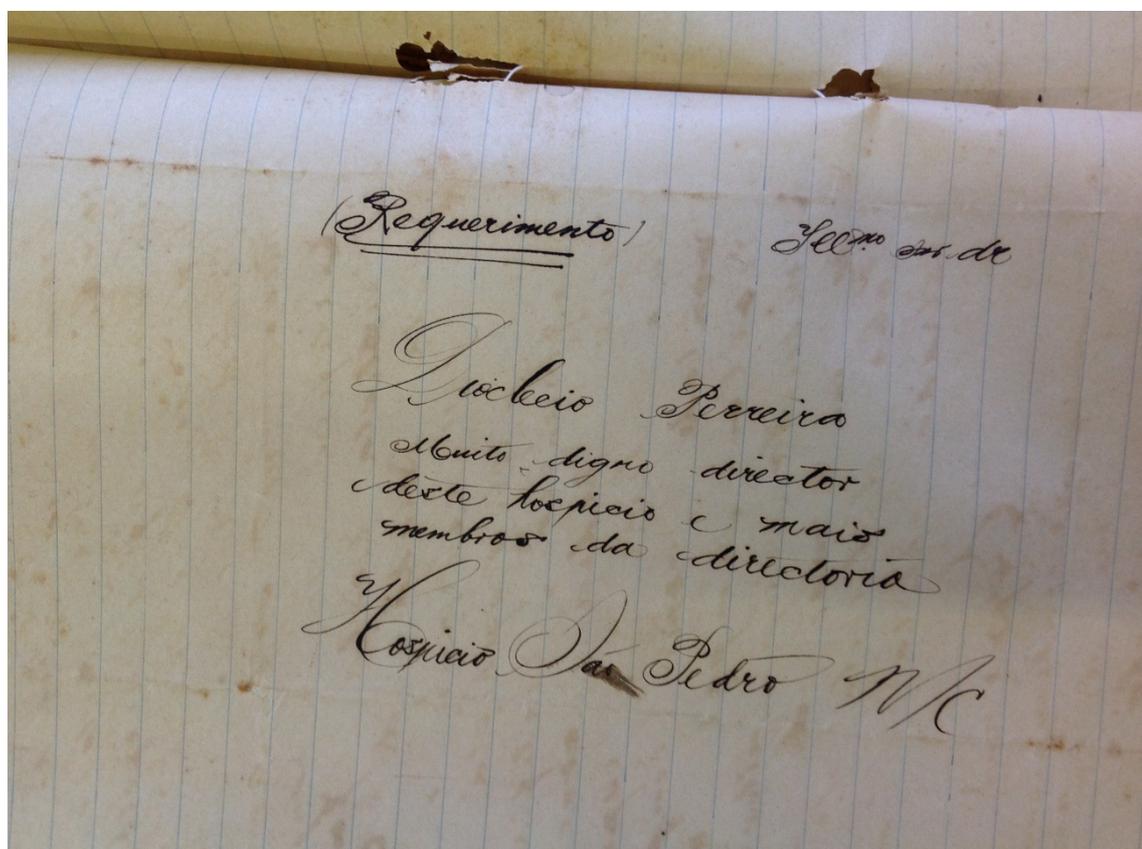
Quero ver se mui breve afasto-me deste meu caminho de espinho de 27 de março para cá, deixando em paz a tal capital.

Aceitem sauds.  
de teu amigo  
Isauro

Palegre 8/6/912

Ao Acadhemico  
Hipólito [sobrenome]  
Campo do Bom Fim  
nº 28.  
n/C

”



“

(Requerimento)

Illmo. Snr. Dr

Dioclecio Pereira

Muito digno director

deste hospicio e mais

membros da directoria

Hospicio São Pedro n/c

”

Sr. Sr. de Diócesis Foraria  
 e mais membros da directoria N.  
 São Pedro  
 Saudações affectuosas

Eu abaixo assignado natural deste estado  
 com vinte annos de idade, venho respeitosa-  
 mente informar-me de v. sas pois porque  
 meu pai fui internado neste Hospicio, pois  
 como vossas idoneas pessoas não devem  
 ignorar, eu não estive e nem estou doido  
 e nem tão pouco doente, e se por  
 infeliz sorte estivesse, ainda tenho a  
 casa paterna. Espero deferimento

Porto Alegre 9 de Junho de 1912

“

Illmo. Snr dr Dioclecio Pereira  
e mais membros da directoria H. São Pedro

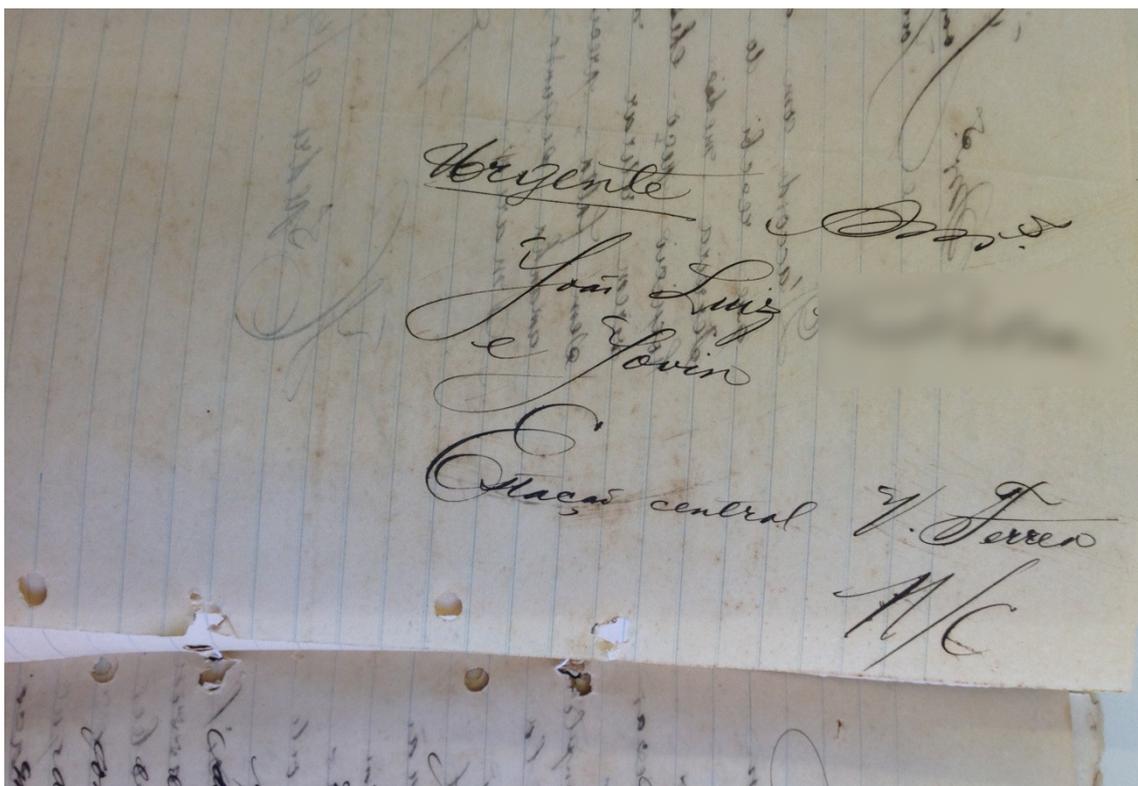
Saudações affectuosas

Eu abaixo assignado natural d'este estado com vinte annos de idade, venho respeitosaente informar-me de V.as S.as porque motivo fui internado n'este Hospicio, pois como vossas idoneas pessoas não devem ignorar, eu não estive e nem estou doido e nem tão pouco doente, e se por infeliz sorte estivesse, ainda tenho a casa paterna.

Espero deferimento  
Isauro

Porto Alegre 9 de junho de 1912

”



“

Urgente  
Sr.es João Luiz [sobrenome]  
e Jovin  
Estação central V. Ferrea  
n/C

”

Mr. João Luis  
 de João

De acordo com as instruções  
 que recebi do Sr. José Carlos  
 Ferreira médico assistente deste  
 Hospício não-éis obsequio  
 irem retirar-me hoje  
 sem falta; preciso seguir  
 amanhã seguinte, Pelotas via  
 Imaria.

Speda 9/6/912

“

Snr.es João Luiz [sobrenome]  
e Jovin  
n/C

D'accordo com as instruções que recebi do dr José Carlos  
Ferreira medico assistente deste hospicio peço-lhes obsequio  
virem retirar-me hoje sem falta, preciso seguir amanhã segunda,  
Pelotas via Smaria.

Isauro.

HSPedro 9/6/912

”

Hospício Das Indígenas 1912

Meus queridos pais

Em primeiro lugar saúdo-vos  
assim como meus irmãos e mais parentes.  
Eu felicemente com saúde graças a Deus.  
Estou tão aborrido que não podem fazer  
idéia não tanto por estar acompanhando  
a infelicidade de outrem, mas por  
me lembrar que contrariei meus velhos  
pais sobre minha vinda a esta  
capital que por isso talvez fosse  
castigado por Deus; mas ninguém  
sabe para que destino está neste  
mundo tão ingrato. É preciso uma  
grande resignação e espírito forte para  
tolerar as injustiças para comigo  
durante minha estada nesta  
capital. Mas meus pais são conhecedores  
de minha pequena educação e devem  
julgar que onde eu estiver serei  
mais ou menos bem tratado, pois  
aqui estou há 13 dias e já sou  
estimado pelas empregadas deste Hospício  
por quem sou muito bem atendido;  
porém minha estada aqui desperta  
muito contra mim, pois acesso emprego  
público. Meus pais não devem ignorar  
que ninguém está livre de minha  
infelicidade e que Deus é grande

“

Hospicio São Pedro 9 Junho 1912

Meus queridos paes

Em primeiro lugar saudo-vos assim como meus irmãos e mais parentes.

Eu felizmente com saude graças a Deus.

Estou tão aborrido que não podem fazer idéa não tanto por estar acompanhando a infelicidade de outrem, mas por me lembrar que contrariei meus velhos paes sobre minha vinda a esta capital que por isso talvez fosse castigado por Deus; mas ninguem sabe para que destino está neste mundo tão ingrato. É preciso uma grande resignação e espirito forte para tollerar as ingratidões para commigo durante minha estada nésta capital. Mas meus paes são conhecedores de minha pequena educação e devem julgar que onde eu estiver serei mais ou menos bem tratado, pois aqui estou a 13 dias e já sou estimado pelos empregados deste Hospicio por quem sou muito bem attendido; porém minha estada aqui depoém muito contra mim, pois exerço emprego publico. Meus paes não devem ignorar que ninguem esta livre de minha infelicidade e que Deus e grande

”

Espero que o director deste  
 Hospicio faça justiça para-me  
 que não é preciso sciencia  
 para reconhecer meu estat  
 emfim seja o que Deus quiser  
 isto é como disse o grande poeta  
 que homem que peca pelo  
 mundo e não se arrepende não foi homem  
 foi figura de homem, eis ~~um~~  
 de meus consolos. Mas aguardo  
 resposta. Laqui saberei com ordem  
 ou pedido de meus parentes  
 pois eu se for director de São  
 Aleixo Pereira for sua livre  
 e espontanea vontade quiser dar-me  
 liberdade. Queram aceitar minhas  
 saudades e abraços de  
 seu filho e am.

Ainda noticias da Joaquim  
 allemã que se deixou de  
 nam.

O mesmo

“

Espero que o director deste hospicio faça justiça parece-me que não é preciso sciencia para reconhecer meu estado enfim seja o que Deus quizer - isto é como disse o grande poeta que homem que passou pelo mundo e não soffreu não foi homem foi figura de homem, eis um [rasura] de meus consolos. [?] aguardo resposta. Daqui sahirei com ordem ou pedido de meus extremosos paes ou se snr. director dr Deoclecio Pereira por sua livre e expontanea vontade quiser dar-me liberdade.

Queiram aceitar muitas  
saudades e abraços  
de seu filho e am<sup>o</sup>  
Isauro

Mande noticias tia Joaquina e allemão que os deixei de cama.

Omesmo.

”



“

Srs. [sobrenome] e Jovin

Confirmando meu bilhete de hontem, d'accordo com instrucções que recebi do médico assistente dr. José Carlos Ferreira, peço virem retirar-me. Em caso contrario com ordem do mesmo e do director dr Dioclecio irei hoje, afim de tomar trem de amanha para Pelotas.

Isauro.

Hspedro 10/6/912.

”

Sr. Dr. J. J. J. J. J.  
 Adm. do Hospício

D. J. J.

Envio-vos este bilhete para  
 os Sr. J. J. que me internaram aqui  
 peço vos mandardes immediatamente  
 pois estou afflicto saber noticias  
 minha familia que deixo 20  
 do mes pp não sei.

Agradeço

11/6/912

“

Illmo. Sr. Pereira  
Adm<sup>o</sup>r. deste Hospicio

Sauds.

Envio-vos este bilhete para os drs. que me internaram aqui  
peço vos mandardes immediatamente pois estou afflicto saber  
noticias da minha familia que desde 20 do mez pp não sei.

Agradecido  
Isauro.

11/6/912

”

Am.º

e fusão

Quinze dias já passados  
que estou aqui gemendo e  
dormindo, não sei como que  
fim me internaram aqui.  
Quando sahi de casa  
deixei minha tia e meu irmão  
de ~~saída~~ cama, estou afflictissimo  
saber noticias. Rogo obsequi-  
osamente dizer qual o motivo  
estou preso, a fim de eu tomar  
inergicas providencias a meu  
respeito; não devem brincar  
os amigos tem familia tambem  
e Deus esta nos ouvindo.

Pedro 11/6/912

“

Am<sup>o</sup> [sobrenome] e Jovin

Quinze dias já passados que estou aqui comendo e dormindo, não sei com que fim me internaram aqui.

Quando saí de casa deixei minha tia e meu irmão de cama, estou afflictíssimo saber notícias. Rogo obsequiosamente dizer qual o motivo estou preso, a fim de eu tomar inérgicas providências a meu respeito; não devem brincar os amigos tem família também e Deus está nos ouvindo.

Isauro.

Hspedro 11/6/912

”

## PARTE IV

# Poéticas da Escritura

## Sobre cartas e epistolografias

Se o corriqueiro uso dos e-mails decretou a obsolescência das cartas, pode-se dizer que essa tecnologia de comunicação, ainda que considerada ultrapassada, guarda em si algum encantamento. Nas palavras de Galvão (2008, p. 15): “A disseminação do computador acabou com a carta e, na hora em que a matou, descobriram que era um objeto precioso”.

Sejam escritas em papiro, ditadas aos amanuenses<sup>33</sup>, ou perfumadas com fragrâncias apaixonadas, as cartas, enquanto gênero discursivo e literário, provocam certo fascínio e despertam interesses, por se tratar de um tipo de escritura muito peculiar.

Em outras épocas, o pingo de cera quente que lacrava as nobres correspondências ganhava as formas do sinete ou o timbre do anel que imprimia as insígnias particulares do remetente – em cores variadas para as ordinárias ou em preto para as de luto e pesar; do mesmo modo que a pena, a tinta, a caneta, o mata-borrão, o envelope, o selo, o papel são artefatos que compõem esse gênero textual. As cartas versam sobre os temas da vida, construindo personagens escreventes e destinatários, ao passo que coloca o objeto, o gesto e a escritura em uma zona de indiscernibilidade.

Costuma-se dizer que uma carta aproxima os ausentes; tais documentos funcionam em um “entre distâncias” (seja para diminuí-las, seja para aumentá-las). Ela constitui-se em um campo híbrido à medida que produz certa sociabilidade, ao mesmo tempo em que flerta com a intimidade, estabelecendo um território entre o público e o privado, colocando para funcionar as tramas da produção das subjetividades. Segundo Foucault (2004, p. 155):

---

<sup>33</sup> Os amanuenses ou *epistolis a manu* eram os escravos responsáveis pelas correspondências ou mesmo pela escrita delas quando ditadas por outrem. O hábito de escrever ou ditar cartas remete à antiguidade, sendo uma prerrogativa daqueles que possuíam domínio da língua escrita e/ou das classes sociais economicamente mais privilegiadas (VASCONCELLOS, 2008).

A correspondência [...] constitui também uma certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros. A carta torna o escritor 'presente' para aquele a quem ele envia. É presente não simplesmente pelas informações que lhe dá sobre a sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente com espécie de presença imediata e quase física.

Uma carta instaura uma temporalidade e uma espacialidade, produzindo ressonâncias, encontros e partilhas, compondo uma história e uma geografia sempre inéditas. Uma correspondência agencia uma reunião de narrativas, não somente dos dramas a que se refere e dos enredos que registra, omite e fabula, mas também dos carimbos que recebeu, dos mecanismos de entrega e de extravio a que foi submetida, das paisagens por onde passou. Acumulam-se aos movimentos de partida e chegada o peso das digitais daqueles que a manusearam; os frisos milimetricamente dobrados e os vincos amassados acidentalmente; as rasuras, os borrões e os tremores de um titubeio da mão que a escreveu ou da língua que gaguejou; somam-se à superfície da carta as luzes e as sombras que ela habitou.

Uma carta, em seu movimento, opera o traçado de um percurso. Seu corpo está disposto a estampar os mais variados selos. Sejam eles comemorativos, ordinários ou temáticos. Distintos pela tiragem limitada, prazo de circulação indefinido ou celebração de loquazes batalhas/heróis/personalidades. Filatelistas por excelência, envelopes postais ostentam selos conexos ao conteúdo resguardado em seu interior. (KNIJNIK, 2016, p. 107).

Apesar de não dispormos de nenhum apreço pelos começos ou qualquer pretensão cronológica, se quiséssemos escrever “uma história das cartas”, seríamos obrigados a lembrar que, pelo que se tem notícia, a escrita em língua portuguesa no Brasil foi inaugurada em uma carta. Pero Vaz de Caminha escreveu ao Rei de Portugal Dom Manuel, nos idos de 1500 na expedição que marcava a chegada dos europeus por estas paragens:

[...] acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito. (CAMINHA, 1963, p.2).

Considerada por alguns como a “certidão de nascimento do Brasil”, o texto do escrivão português relata com perplexidade os achados daquela jornada que adentrava, com olhar estrangeiro, a *terra brasilis*, à beira de sua colonização. “As cartas deram nascimento ao Brasil, serviram como elemento de mediação entre dois mundos: Brasil e Portugal cruzaram culturas, espaços e temporalidades distintos, cruzaram textos, produziram literatura”. (BETTIOL, 2008, p. 15).

As cartas costumam atender a uma série de regras de estruturação textual para o empenho retórico que lhe são próprias e que se instituem em cada época. A obra epistolar seiscentista do Padre Antônio Viera, por exemplo, obedece aos princípios prescritos pelo fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, que, pela importância atribuída às cartas no projeto de expansão de sua Ordem religiosa, formulou uma metaepístola contendo regras sobre o modo adequado de escrever (BETTIOL, 2008). No contexto de efervescência da contrarreforma católica, as correspondências do célebre jesuíta português expressam a sua ação missionária no Brasil colonial, assim como o seu legado político, literário e teológico.

O estabelecimento de padrões para a escrita das cartas passou a estar associado às regras de etiqueta e civilidade, de tal modo que no século XIX houve uma profusão de manuais com instruções para a produção de correspondências com elegância. Um clássico foi o “Código de Bom-Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX”, escrito pelo cônego J. I. Roquette, publicado em 1875. O livro dedica um capítulo exclusivo aos escritos epistolares, apresentando aquilo “que de modo nenhum pode ignorar uma pessoa bem criada” (1875, p. 209). Apresenta orientações quanto a uma boa caligrafia e rechaça veementemente os erros ortográficos e gramaticais, assim como qualquer tipo de rasura. Assevera ainda, sobre a escolha do papel:

Depois que o luxo inventou tantas especies e fórmãs diversas de papel, não é indifferente a escolha d’este. Escrever em papel grosso, em meia folha, é só para os criados d’escada a baixo, e para o vulgo. Servir-se de papel dourado e perfumado para as cartas de negocio seria de uma vaidade ridicula. O papel deve ser proporcionado às pessoas, idade, sexo, condição dos correspondentes. O papel dourado e perfumado [...] é destinado para as senhoras moças e para as pessoas cuja posição, habitos e dignidade supõem o luxo e a elegância. (ROQUETTE, 1875, p. 210).

Os manuais dessa natureza colecionavam modelos de cartas para ocasiões e fins diversos e ofereciam sugestões de cabeçalhos requintados e despedidas eloquentes. De acordo com Vasconcelos (2008, p. 377):

No Brasil, no século XIX e até meados do século XX, foram comuns esses florilégios como o *Novo manual epistolar ou secretário de cartas particulares* e *Cartas de preditórios matrimoniais*, com modelos de declaração de amor com o objetivo de honesto matrimônio. Sob o pseudônimo D. Juan do Botafogo, Figueiredo Pimentel publica, em 1897, o *Manual do namorado*, com o longo subtítulo “contendo a maneira de agradar às moças; fazer declarações de amor; vestir com elegância; estar à mesa; em bailes, em passeios e tudo quanto se usa na alta sociedade”. [...] Incluem-se aí 100 cartas de namoro.

Extrapolando os limites pragmáticos da comunicação, encontramos, na história das cartas, algumas que assumem escancaradamente algo que, possivelmente, esteja presente em todas elas, a saber, a função literária. “Cartas Chilenas”, de Tomás Antônio Gonzaga, constitui-se como um belo exemplar de texto literário que faz essa operação estilística, no contexto da Literatura Brasileira, durante o período colonial. O autor, que assume o pseudônimo de Critilo, escreve ao seu amigo Doroteu (endereçando as cartas, na realidade, ao também escritor Cláudio Manoel da Costa) falando sobre os desmandos do Fanfarrão Minésio, o governador do Chile, que se mostra na narrativa como um verdadeiro déspota. Os versos, em tom satírico, parodiam a situação política de Vila Rica, em Minas Gerais, um pouco antes da Inconfidência Mineira, em 1789.

Às vezes, Doroteu, se perde a conta  
 Dos cem açoites, que no meio estava,  
 Mas outra nova conta se começa.  
 Os pobres miseráveis já nem gritam.  
 Cansados de gritar, apenas soltam  
 Alguns fracos suspiros, que enternecem.  
 Que é isso, Doroteu, tu já retiras  
 Os olhos do papel? Tu já desmaias?  
 Já sentes as moções, que alheios males  
 Costumam infundir nas almas ternas?  
 Pois és, prezado amigo, muito fraco,  
 Aprende a ter o valor do nosso chefe  
 Que à janela se pôs e a tudo assiste  
 (GONZAGA, 1995, p. 94).

As cartas, enquanto gênero discursivo, são propensas a abordar o cotidiano e costumam reunir o disparate dos fragmentos heterogêneos da vida em certo arranjo narrativo. (FOUCAULT, 2004). Mesmo aquelas trocadas entre intelectuais,

escritores, artistas e outros personagens ilustres – as quais muitas vezes funcionam como verdadeiros laboratórios de suas obras, compartilhados com amigos e interlocutores – até mesmo essas, comumente, não escapam à tendência de narrar os minúsculos acontecimentos diários da vida dos remetentes.

A epistolografia de Freud também é permeada por traços dessas narrativas de si. O conjunto de sua correspondência é composto de 4899 cartas já inventariadas; isso sem considerar as incontáveis missivas que se extraviaram ao longo do tempo, algumas devido aos descuidos dos destinatários, outras tantas, quem sabe, podem ter se perdido durante as compulsórias migrações que agitavam a vida de muitos europeus nas primeiras quatro décadas do século XX. As trocas epistolares de Freud, segundo Mezan (2000), funcionam como um testemunho dos bastidores do labor intelectual do pai da Psicanálise, que dialoga com seus companheiros sobre os esforços para inventar, com enfática originalidade, modos singulares de pensar a alma humana. Muitas dessas cartas colocam lado a lado, um austero cientista – envolvido em suas elucubrações teóricas e clínicas – e um homem atormentado pelas mais terrenais preocupações e pelos mais enfadonhos dilemas da vida que povoam os dias de qualquer um dos mortais.

A possibilidade de narrar os acontecimentos segundo a perspectiva do escritor, ou seja, de acordo com suas motivações e seus afetos, faz com que as cartas suscitem uma certa desconfiança naqueles que se preocupam com a veracidade dos fatos narrados. Para alguns, as missivas, quando tomadas como documentos históricos ou biográficos, impetram um dilema sobre a verdade de seu conteúdo e sobre a possibilidade de serem ou não fontes fidedignas para a escrita da História, devido a esse “subjetivismo” que lhe é inerente, inscrevendo-as exclusivamente no campo literário ou ficcional. (GALVÃO, 2008).

Nessa mesma seara, já houve quem questionasse o *status* literário das cartas, a ponto de elas terem sido, por muito tempo, relegadas a um lugar secundário e até mesmo irrelevante, localizadas à margem da obra dos autores. Atualmente, ao contrário disso, percebe-se que a crítica literária está cada vez mais imbuída da tarefa de buscar nos “prototextos” (ou seja, nos escritos epistolares, nos diários e em outros arquivos pessoais) as chaves para desvendar as inter-relações bibliográficas e biográficas dos grandes escritores. (MARQUES, 2015).

No que se refere ao nosso campo analítico que envolve a epistolografia e a “escrita da loucura”, podemos constatar a existência de outros estudos que também

se lançaram nessa empreitada. Paralelo aos trabalhos de Beverigde (1997), Lavín (2003), Ríos (2004) e Villassante e colaboradores (2016), a respeito das cartas escritas por pacientes internados em hospícios de diferentes países, os quais mencionamos anteriormente, encontramos outras duas pesquisas que abordaram algumas epístolas redigidas por internos do Hospício São Pedro: os estudos de Yonissa Wadi (2003), também já citado e a pesquisa de Nádia Weber Santos (2005; 2008).

Wadi (2003) remonta, como já referido, trechos da história de Pierina, uma camponesa de 28 anos, casada, filha de imigrantes italianos de uma colônia de Garibaldi, que fora internada no Hospício São Pedro em 1909. A internação para fins de observação teve como motivo as perturbações mentais que a acometiam, as quais, conforme constatações da época, levaram-na a matar por afogamento sua filha de um ano e cinco meses em uma tina de lavar roupas. A pesquisadora investiga as interfaces entre a Medicina e o Direito, ao passo que reúne fragmentos biográficos da personagem, fazendo uma análise minuciosa dos seguintes documentos: o processo criminal com o indiciamento por homicídio que ela respondia; o prontuário do Hospício São Pedro; assim como as missivas escritas por Pierina no período de internação (entre 1909 e 1911), as quais se encontram arquivadas em sua papeleta médica.

As quatro correspondências de Pierina que foram localizadas por Wadi (2003) e também por nós, posteriormente, são endereçadas: a sua mãe; a uma enfermeira da Santa Casa de Misericórdia; ao juiz responsável pelo seu processo; e “aos Senhores Dottores”, como ela trata os médicos do hospício. Em suas cartas, guardadas as especificidades e as modulações do discurso que compõe cada uma delas, percebe-se que ela trata de assuntos cotidianos, assim como das relações afetivas que mantém com alguns de seus destinatários ou com personagens mencionados no texto. As cartas trazem um acentuado sotaque, característico das pessoas da localidade onde ela morava, de modo que Pierina, ao escrever, opera uma transformação da sua voz em escrita; ler o seu texto é como escutá-la falando. Em suas correspondências, solicitava que lhe trouxessem objetos, pedia notícias e mandava lembranças aos seus. Nota-se que está impresso em seus textos, sobretudo, uma tendência à rememoração de aspectos de sua vida, como algo que perpassa todos eles, como observa Wadi (2003).

Através da pesquisa desenvolvida por Santos (2005; 2008) tivemos acesso a um outro conjunto de cartas de um paciente internado durante o século XX no hospício da capital gaúcha. São as epístolas de TR<sup>34</sup> ou de Ulysses Xavier do Rego (codinome que ele atribuiu para si em alguns dos seus textos). Pode-se dizer que as lidas na padaria não eram a sua vocação; os negócios na fábrica de sabão contra caspa eram para ele extremamente frustrantes. Escrever era uma das grandes paixões de TR, mas era também o motivo de intermináveis dramas familiares, uma vez que fora internado à revelia no Hospício São Pedro em 1937. Sua família dizia que “enfraqueceu da cabeça” devido ao fato de muito ler e escrever.

As cartas escritas por TR correspondem a uma parte do seu arquivo pessoal involuntariamente arquivado no seu prontuário. No caso dele, caberia dizer que seu arquivo pessoal se transfigura em um arquivo literário, pois sua epistolografia entrelaça elementos autobiográficos aos de natureza bibliográfica, tendo em vista que era um escritor e que suas cartas, evidentemente, podem ser entendidas como parte de sua produção literária.

Nas suas epístolas, TR reúne citações de obras como Dom Quixote de La Mancha; discutia com um jornalista do Correio do Povo sobre suas crônicas publicadas no jornal. TR menciona a psicanálise freudiana, o Apocalipse de S. João, passando por temas políticos, filosóficos e religiosos, dilatando a natureza autobiográfica das cartas ao arquivar elementos heterogêneos da sua história e dos tempos em que viveu.

As cartas que escreveu durante os quatro meses que esteve internado no hospício eram endereçadas a personalidades ilustres, como o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. João Becker; o escritor Vianna Moog, que era considerado por ele tal como um irmão; o governador do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha; entre outros. Em uma das suas correspondências, escrita em alemão, ele faz de Adolf Hitler seu confessor, procurando purgar-se da culpa que carregava consigo de ter se “entregado sexualmente” a um padre na infância.

TR compõe um mosaico em suas cartas, escrevendo a respeito de temas diversos. Falava seguidamente sobre um acontecimento que parecia lhe afligir: a Guerra Civil espanhola, a qual acompanhava atentamente pela leitura dos jornais,

---

<sup>34</sup> As referências de TR aqui citadas foram consultadas no livro “Narrativas da loucura e história das sensibilidades”, de Nádia Maria Weber Santos (2008), que é resultado de sua tese de doutorado, defendida em 2005.

que a família levava para ele no hospício. Discutia sobre os regimes totalitários que eclodiam no mundo, manifestando ora apreço, ora desprezo pelas figuras de alguns ditadores. Sua antipatia pela Igreja Católica – da qual se declarava adversário – colocava-se lado a lado ao seu fervor religioso, assim como às suas incursões pela filosofia<sup>35</sup>. Com tudo isso, ele narrava a experiência no hospício, apesar da escassez de papel e tinta:

[...] a todo instante sou interrompido por loucos que, ora me pedem cigarros, ora fogo, ora penna. Para dizer-vos basta que estou escrevendo encostado da latrina [...]

Vós meus guardas e guardados, negando-me tinta e papel, arrastais o povo à revolução e à guerra. Vós meus guardas- guardados, arrastais a humanidade à hecatombe universal. E negastes-me a tinta e o papel para “escrever”, para lançar, “talvez”, pela centésima vez a pedra fundamental da paz universal. (TR, 1937 apud SANTOS, 2008, p. 112; 122).

Santos (2005; 2008) permite-nos entrar em contato com um conjunto de correspondências de alguém até então desconhecido para nós. As cartas de TR, um escritor contumaz, também ficaram sem os endereçamentos que eram previstos pelo autor e estão arquivadas em sua papeleta médica. Durante o tempo em que estivemos pesquisando os prontuários, não localizamos tais documentos. Talvez eles tenham passado ao largo de nossa vista, considerando o imenso volume de papéis que constituem esse arquivo ou, quem sabe, não tenhamos chegado à caixa onde esses documentos hoje residem.

A pesquisadora relata que seu encontro com o epistolário de TR também foi ao acaso; inclusive, ela informa que o seu prontuário estava arquivado em uma caixa de um ano diferente ao da sua internação, contrariando o sistema arquivístico desse acervo. Além da escritura de TR, Santos (2005; 2008) analisa outros textos literários, com o intuito de utilizar a Literatura e a ficção como ferramentas para a problematização dos modos consagrados de escrita da História, provocando-a a se deixar contaminar pelo que chamou de “histórias das sensibilidades”.

---

<sup>35</sup> “[...] todo delírio é, primeiramente, investimento de um campo social, econômico, político, cultural, racial, pedagógico, religioso”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 362). O “inconsciente não delira sobre papai-mamãe, ele delira sobre as raças, as tribos, os continentes, a história e a geografia, sempre um campo social”. (DELEUZE, 1992, p. 180).

## Palavras desacostumadas – a escritura e a fabricação de uma língua

O hábito de escrever diários ocupava Lima Barreto, naqueles dias de 1919 e 1920, quando esteve internado no Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, “devido a suas bebedeiras”. Observava e observava-se naquela “sombria cidade de lunáticos”, registrando os delírios barulhentos e os silêncios emudecidos dos alienados com quem convivia. Ali, onde alguns se tornaram sombras e as grades interditavam os sonhos, Lima Barreto narra as suas pequenas revoltas:

Estou entre mais de uma centena de homens, entre os quais passo como um ser estranho. Não será bem isso, pois vejo bem que são meus semelhantes. Eu passo e perpasso por eles como um ser vivente entre as sombras – mas que sombras, que espíritos? [...] Há os que deliram; há os que se concentram num mutismo absoluto [...] trepado e de pé na cumeeira, falando, cabelos revoltos, os braços levantados para o céu fumacento, esse pobre homem surgiu-me com a imagem da revolta... Contra quem? Contra os homens? Contra Deus? Não; contra todos, ou melhor, contra o Irremediável! (BARRETO, 2010, p. 59; 67; 99).

A experiência da internação em hospícios fora narrada através da escrita por alguns personagens que viveram nesses espaços asilares da loucura. Alguns desses textos foram publicados como é o caso de “Diários do Hospício”, de Lima Barreto. Existem, entretanto, outros tantos escritos que não tiveram a mesma sorte, ou seja, não atingiram o propósito que lhes fora previsto no momento da sua escrita, como é o caso das cartas do hospício.

Publicados ou não, enviados ou não, esses textos em alguma medida narram algo da experiência no hospício. A narração é a arte de contar histórias, o que, para Benjamin (1987), é indissociável da ideia de transmissão de uma experiência. Para ele, o narrador tornou-se uma figura abalada, devido ao que chamou (nos ensaios escritos na década de 1930: “Experiência e pobreza” e “O narrador”) de um declínio

da experiência. Na concepção benjaminiana, a modernidade deflagrou um empobrecimento da transmissão da experiência, devido aos modos de produção capitalista, promovendo um apagamento dos rastros do passado e vacilos na concepção da memória, evidenciando o menosprezo pela tradição (enquanto algo que é vivido coletivamente), forjando, assim, um modo de ser indivíduo-solitário. Para elucidar seu pensamento, ele estabelece contrapontos entre as antigas narrativas tradicionais e o romance moderno, demonstrando que, no caso das narrativas antigas, a experiência é vivida coletivamente e transmitida, remetendo, portanto, a um passado; enquanto no romance a vivência é do âmbito individual e remete a uma fixação em um presente estéril de memórias.

Ainda que essas formulações de Benjamin a respeito desse aviltamento da figura do narrador possam soar com um tom nostálgico, não se pode perder de vista que, em suas teses sobre o conceito da história, a narrativa ganha outros ares: “O cronista que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Com Benjamin entendemos que modos de transmissão da experiência deslocam-se na história, oferecendo diferentes nuances para as possibilidades de compor as narrativas. As cartas fazem emergir algumas narrativas da loucura, apesar dos esforços de silenciamento a que foram submetidas. Quando propomos um trabalho com tais narrativas, não estamos apenas vislumbrando um mote para uma história da escrita da loucura, muito menos pretendemos realizar um deciframento da palavra do louco em termos psiquiátricos ou biográficos; mas, antes disso, estamos tomando-as como narrativas em tom de escritura.

A escritura é uma escrita que faz um uso muito peculiar da língua, pois subverte seu cânone e profana sua ortodoxia, fazendo-a variar. Para o escritor, neste caso, “escrever é um verbo intransitivo”. (BARTHES, 2007, p.33). O escritor não apenas desenvolve sua atividade como um “escrevente”, no sentido de usar seu texto para comunicar algo, mas, ele escreve, somente escreve. Quando (su)porta a pergunta “como escrever?”, o escritor dá passagem à “pergunta aberta por excelência: por que o mundo? Qual o sentido das coisas?”. (BARTHES, 2007, p. 33).

Leyla Perrone-Moisés (2002, p. 70) esclarece:

[...] para Barthes, é escritura ou texto todo discurso em que as palavras não são usadas como instrumentos, mas encenadas, teatralizadas como significantes. Toda escritura é portanto uma escrita, mas nem toda escrita é uma escritura, no sentido barthesiano do termo.

A poética de Manoel de Barros expressa esse modo de lidar com a língua, operando um esgarçamento sintático e semântico: “Escrevo o idioleto manoelês arcaico (Idioleto é o dialeto que os idiotas usam para falar com as paredes e com as moscas). Preciso de atrapalhar as significâncias [...] Não gosto de palavra acostuada”. (BARROS, 2010, p. 338; 348).

As coisas tinham para nós uma inutilidade poética.  
Nos fundos do quintal era muito riquíssimo o nosso dessaber.  
A gente inventou um truque de fabricar brinquedos com palavras.  
O truque era só virar bocó.  
Como dizer: eu pendurei um bentevi no sol... (BARROS, 2010, p. 329).

Em se tratando de Qorpo Santo, não são somente a sintaxe e a semântica que se tornam vertiginosas, mas a própria ortografia é reinventada. José Joaquim de Campos Leão, autodenominado Qorpo Santo, era assunto nas rodas de conversa da capital da Província de São Pedro, nos idos de 1860. Suas extravagâncias foram enquadradas pelo alienismo provinciano como “monomania”. O dito diagnóstico motivou a internação dele no Hospício D. Pedro II, no Rio de Janeiro, e custou-lhe um processo judicial de interdição, haja vista seus “achques de insanidade”. Qorpo Santo escreveu inúmeros poemas e peças teatrais, sendo considerado um precursor do teatro do absurdo. Em 1877, decidiu abrir sua própria tipografia, para assim poder imprimir e publicar seus escritos (poemas, peças teatrais, textos jornalísticos, cartas e diversos outros gêneros textuais), reunidos nos nove volumes da sua “Ensiqlopédia ou Seis Mezes de Huma Enfermidade”<sup>36</sup>. Seguem alguns fragmentos do autor:

Minhas obras escriptadas  
Não podem ser censuradas!  
Pois estão relacionadas  
Com as couzas enchergadas  
Dellas são – fiel retrato  
Qual de photographiado!  
(QORPO SANTO, 1877a, p.4)

<sup>36</sup> A biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) possui em seu acervo de obras raras três volumes originais da “Ensiqlopédia” de Qorpo Santo, e três deles em fotocópias. A versão digitalizada desses documentos pode ser consultada em: <http://biblioteca.pucrs.br/acervos/colecoes-na-biblioteca/acervos-especiais/qorpo-santo/>

\*\*\*

## Queixa

Depois de 20 annos de huma vida sem manxa e de 12 de serviços no majisterio publico e patiquar, quja a utilidade não foi, nem jamais pode ser por algem qontestada: depois de mais de dois de trabalhos literarios: de pensamentos de reforma, de supressões, e de melhoramentos de todas as especies tendentes a aperfeiçoar tantas artes e industrias, - qem qreráqe depois de tantos frutos do trabalho inteletual, e material, que tanto devem ter aproveitado, e devem aproveitar aos meus semelhantes, e prinsipalmente, aos meus qompatriotas: qem qrerá qe depois de tudo isto – quando por qansaço procurava alguns dias de repouzo entre meus Filhos, - qomeçaçe a ser injuriado, qaluniado, roubado inhabilitado moralmente para a jerencia de meus bens tão licitamente adqiridos: prezo, processado pelos proprios qrimes qontra minha pessoa e estes qometidos: obrigado a viajar esqoltado qomo hum qriminozo, ou algum desgraçado reqruta: metido em qazas de saúde, e em hospitaes qomo se sofresse alguma enfermidade. (QORPO SANTO, 1877b, p. 11)

\*\*\*

Maio 13 de 1871.

ILLMO. AMIGO SR MANOEL PATRÍCIO DE AZAMBUJA.

Recebi a muito bem escrita carta de V.S., a que devo responder.

Seu conteúdo, porém, só me fês conhecer o alto ponto a que toca a bem entendida economia de alguns individuos que habitão essa parochia.

Dizem eles que não se conformão com a mudança que faço quando escrevo substituindo o C por – Q, porque é uzo desde nossos trisavôs Adão e Eva !

Se pois este facto fosse valiozo, conservar-nos-hia-mos a respeito do modo de viajar por terra e por mar da mesma maneira que nessa epocha ! pela doutrina desses senhores – acabamos com as estradas de ferro, com barcos a vapor, com illuminação a gáz, com telégrapho eletrico e com todos os outros meios mais fáceis e mais comodoss à vida – visto que – são todos novos! São invenções depois de Adão e Eva !

E este modo de pensar será de quem quer progredir: ou de quem quer regressar !?

Uma tal doutrina.. certamente nos levaria a andar de tanga como o fazião nossos primeiros pais!

E que bonito, e que economia então se faria !

Alguns censurão-me o facto de haver publicado aqui um artigo que escrevi em Portoalegre em Novembro 24 de 1868, contra unicamente aqueles intitulados liberaes que três vezes me prenderão sem culpa formada, sem formula alguma de processo, sem flagrante delito; e por isso mesmo despotica e arbitrariamente / que três vezes me injuriarão; e outras tantas me caluniarão; e que ultimamente para mais saciarem a sede de dinheiro, de reputação, de empregos, e de tudo o mais que á força de trabalho honesto eu havia adquirido – compellerão-me a ir para a côrte como se estivesse doente, e como um homem mau e perigozo, &., aqompanhado de um sarjento de policia cuja passagem ainda foi na capital desta província – por mim paga!

Quanto a lados políticos, eu repito hoje o que já em Portoalegre escrevi – Tenho um e unico lado a que pertenço, - é o de viver conforme as leis de minha patria.

E porque não ha liberal puro, progressista, conservador puro, ou progressista, honrado e probo, que não viva ou que não queira viver deste modo, eu honro, de ser, tanto liberal como conservador progressista.

[...]

Sangravão ainda as feridas feitas em minha bolça, e jorrava ainda o sangue innocente de tantas e tão repetidas punhaladas gravadas em meu credito e em minha reputação, por meia duzia de salteadores que dispunhão então dos cargos públicos e da força armada ! que para manchar o grande partido liberal, tomarão este pompozo titulo !

[...]

Penso haver assim respondido a todos os topicos da muito apreciável carta do amigo

A quem me considero assás grato, e qemassigno-me

Muito humilde Crº.

Corpo-Santo.

(QORPO SANTO, 1877c, p.3).

Para esses autores, as palavras não satisfazem, é preciso fazê-las variar (BARTHES, 2007); a escritura constitui, para eles, um tipo de literatura menor. “Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior”. (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25).

O que fazem é antes inventar um *uso menor* da língua maior na qual se expressam inteiramente; eles *minoram* essa língua [...]. São grandes à força de minorar: eles fazem a língua fugir, fazem-na deslizar [...] e não param de desequilibrá-la, de fazê-la bifurcar e variar em cada um dos seus termos, segundo uma incessante modulação [...]. Equivale a dizer que um grande escritor sempre se encontra como um estrangeiro na língua em que se exprime, mesmo quando é a sua língua natal. (DELEUZE; GUATTARI 1977, p. 124).

Tais escritores, ao escrever, fabricam para si uma língua com uma estrangeridade sintática, semântica e ortográfica que desterritorializa a própria língua, fazendo-a delirar. Produzem uma metalinguística esquizo, maquínica e inventiva que opera através dos fluxos, não estando submetidas às ortodoxias linguísticas e não se reduzindo ao pragmatismo da lógica significante-significado.

A intervenção que esses escritores fazem na língua e através da língua, provocando as suas arbitrariedades, suas ortodoxias e seus cânones, são, inequivocamente, intervenções estéticas e, ao mesmo tempo, são éticas e políticas. Segundo Deleuze (1992, p. 176), “é preciso que a linguagem não seja um sistema homogêneo, mas um desequilíbrio, sempre heterogêneo”.

A despeito dessa heterogeneidade que é própria da linguagem, é sabido que não poupamos esforços para nos esquivar do engodo a que nos submetemos, de que a língua oferece-nos um lugar fiável no que se refere à significação, como algo

plenamente partilhável no discurso. A palavra não serve para “explicar o mundo, ou pelo menos, quando ela finge explicá-lo é somente para aumentar sua ambiguidade”. (BARTHES, 2007, p. 33).

Barthes (2012a, p. 64) atenta para a dimensão trágica dessa dimensão conotativa que é inerente à linguagem; referindo-se à tragédia grega, por exemplo, ele assegura que existe um “perpétuo mal-entendido” que é justamente a ambiguidade, a duplicidade das palavras, a perspectiva de cada personagem e a unilateralidade da compreensão de cada um deles, o elemento que confere tragicidade à tragédia.

Um amigo acaba de perder alguém que ele ama e eu quero dizer-lhe minha compaixão. Ponho-me então a escrever-lhe espontaneamente uma carta. Entretanto, as palavras que encontro não me satisfazem: são “frases” faço “frases” com o mais amoroso de mim mesmo; digo-me então que a mensagem que quero mandar a esse amigo, e que é minha própria compaixão, poderia em suma reduzir-se a uma simples palavra: *Condolências*. Entretanto, o próprio fim da comunicação a isso se opõe, pois essa seria uma mensagem fria, e por conseguinte *inversa*, já que o que eu quero comunicar é o próprio calor de minha compaixão. Concluo que para retificar minha mensagem (isto é, em suma, para que ela seja exata) é preciso não só que eu a varie, mas ainda que essa variação seja original e como que inventada. (BARTHES, 2007, p. 18).

Partindo desse postulado, a tarefa de decifrar um texto, através da leitura que fazemos dele, seria perfeitamente prescindível, entendendo que os esforços de deciframento costumam estar ocupados em estabelecer “o que o autor quis dizer”. Por essa ótica, não cabe ao autor a propriedade de um texto, nem mesmo a função de outorgar ao escrito o seu significado último, mas sim ao leitor que lhe atribui uma multiplicidade de sentidos que se engendram no ato da leitura. O “sentido de uma obra (ou dum texto) não pode fazer-se sozinho; o autor nunca produz mais do que presunções de sentido, formas, por assim dizer, e é o mundo que as preenche”. (BARTHES, 2007, p. 15).

Se para Barthes (2007; 2015) “escrever é um modo do Eros”, a leitura não é diferente disso, pois a dimensão do desejo ampara a relação do leitor com o texto. A respeito daquilo que chamou de “leitura desejanter”, o autor afirma: “na leitura todas as emoções do corpo estão presentes, misturadas, enroladas a fascinação, a vagância, a dor, a volúpia; a leitura produz um corpo transtornado [...] é com o corpo certamente que se lê”. (BARTHES, 2012b, p. 38; 33).

Podemos dizer que a ideia de trabalhar com as cartas do hospício foi disparada por um exercício de leitura, considerando “isso” que os documentos nos provocam. Não restam dúvidas de que existem textos, cuja leitura é interrompida frequentemente, pois pela sua pungência, pelo dilaceramento e comoção que nos causam, são lidos “levantando a cabeça”, entrecortados por consecutivas interrupções. Tais interrupções são causadas “não pelo desinteresse, mas o contrário, por afluxo de idéias, excitações, associações [...]”. É essa leitura, ao mesmo tempo irrespeitosa, pois que corta o texto, e apaixonada, pois que a ele volte e dele se nutre”. (BARTHES, 2012c, p. 26).

### **A dor e as palavras – a escritura como possibilidade de insurgência**

Com Barthes (2012a), compreendemos os desencontros do ato comunicativo pelos impasses da significação, o que, para ele, confere um tom trágico às relações discursivas, como referíamos anteriormente. Por outro lado, entendemos que, por vezes, as palavras podem ser um modo de lidar com a tragédia, com a dor e o desespero. Na tentativa de dizer o indizível, lançando mão da palavra que rompe o silêncio, o imponderável dos campos de concentração nazista foi olhado de frente por Paul Celan. Sua poesia procura dar corpo a um testemunho impossível.

No poema “*Todesfuge*”, “Fuga da Morte”, Celan (1996) oferece-nos algumas imagens da catástrofe. O “leite negro” aparece como metonímia da morte daqueles que “cavavam seus túmulos nos ares”, daqueles cujos corpos foram queimados ou deixados em covas rasas e comuns, suplantados do direito a uma lápide, obrigados a morrerem distante dos entes que chorariam a sua morte. Os “olhos azuis” como característica fenotípica propagada pelos nazistas e os “cabelos oiros de Margarete”, caricatura da mulher alemã, estabelece um paralelo com os “cabelos cinza (possivelmente tingidos pelos fornos crematórios dos campos de concentração) da Sulamith”; que, por sua vez, remete a Sulamita, personagem da poesia hebraica “Cântico dos Cânticos”, contado entre os livros poéticos da Bíblia, no qual os amantes, o Rei Salomão e uma jovem plebeia, declaram seu amor um pelo outro.

Os tons escuros arrancados do violino misturam-se aos gritos de escárnio do mestre da morte que ordenava que alguns deportados dançassem e tocassem, enquanto outros cavavam a terra.

#### Fuga da morte

Leite negro da madrugada bebemo-lo ao entardecer  
 bebemo-lo ao meio-dia e pela manhã bebemo-lo de noite  
 bebemos e bebemos  
 cavamos um túmulo nos ares aí não ficamos apertados  
 Na casa vive um homem que brinca com serpentes escreve  
 escreve ao anoitecer para a Alemanha os teus cabelos de ouro  
 Margarete  
 escreve e põe-se à porta da casa e as estrelas brilham  
 assobia e vêm os seus cães  
 assobia e saem os seus judeus manda abrir uma vala na terra  
 ordena-nos agora toquem para começar a dança

Leite negro da madrugada bebemos-te de noite  
 bebemos-te pela manhã e ao meio-dia bebemos-te ao entardecer  
 bebemos e bebemos  
 Na casa vive um homem que brinca com serpentes escreve  
 escreve ao anoitecer para a Alemanha os teus cabelos de ouro  
 Margarete  
 Os teus cabelos de cinza Sulamith cavamos um túmulo nos ares aí não  
 ficamos apertados  
 Ele grita cavem mais fundo no reino da terra vocês aí e vocês  
 outros cantem e toquem  
 leva a mão ao ferro que traz à cintura balança-o azuis são os seus  
 olhos  
 enterrem as pás mais fundo vocês aí e vocês outros continuem  
 a tocar para a dança

Leite negro da madrugada bebemos-te de noite  
 bebemos-te ao meio-dia e pela manhã bebemos-te ao entardecer  
 bebemos e bebemos  
 na casa vive um homem os teus cabelos de ouro Margarete  
 os teus cabelos de cinza Sulamith ele brinca com as serpentes

E grita toquem mais doce a música da morte a morte é um mestre  
 que veio da Alemanha  
 grita arranquem tons mais escuros dos violinos depois feitos fumo  
 subireis aos céus  
 e tereis um túmulo nas nuvens aí não ficamos apertados

Leite negro da madrugada bebemos-te de noite  
 bebemos-te ao meio-dia a morte é um mestre que veio da Alemanha  
 bebemos-te ao entardecer e pela manhã bebemos e bebemos  
 a morte é um mestre que veio da Alemanha azuis são os teus olhos  
 atinge-te com uma bala de chumbo acerta-te em cheio  
 na casa vive um homem os teus cabelos de ouro Margarete  
 atiga contra nós os seus cães oferece-nos um túmulo nos ares  
 brinca com as serpentes e sonha a morte é um mestre que veio  
 da Alemanha  
 os teus cabelos de ouro Margarete

os teus cabelos de cinza Sulamith  
(CELAN, 1996, p. 15).

Celan, como bem aponta Oliveira (2008), não pretende com sua poesia “estetizar” a catástrofe circunscrevendo-a no terreno das “belas-artes”, tampouco intenciona criar eufemismos, torná-la palatável ou um “documento da barbárie”, em termos benjaminianos. Antes disso, sua poesia exprime o horror com palavras que acodem ao silêncio; sua poesia consiste na tentativa de erigir uma narração do trauma e os rastros da morte. Nas palavras de Centeno (1996, p. 16), referindo-se aos desafios da tradução do poeta: “Traduzir Celan é ajudar a dar voz ao silêncio e à sua carga dramática: a da morte, a do nada, que a morte sem esperança representa [...]. O poema condensa o desabar de um mundo: o da esperança.”

A potência clínico-política da escritura foi discutida por Garavelo (2016), quando relatou, em sua tese de doutorado, a experiência de pesquisa em um Ateliê de Escrita, que funcionava junto à Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Nesse campo que abarca a escritura e a loucura, o autor menciona que os usos das palavras não atestam a cura a quem quer que seja, mas funcionam como expansoras da vida onde ela se encontra aprisionada e silenciada pelos mecanismos de exclusão.

[As vidas] enxovalhadas pelas palavras de ordem e pelo silenciamento, manifestam-se em primeira voz, estendem a linha de fuga do esquadro que as aprisionou, rebatem-se contra seu enquadramento, vêm semanalmente tomar a palavra em nosso dispositivo-ateliê para, assim, lavar sua voz e suas letras, grafadas em oscilações de emoções intensas. (p.162).

Uma das participantes do Ateliê de Escrita, a Sol, em seus escritos relata os excessos de um mundo obscuro que lhe oprimia e violentava. No fragmento destacado, Sol descreve a função visceral que a escrita tinha para ela; trata-se de uma passagem autobiográfica, na qual a autora conta sobre um dia em que, isolada em uma Sala de Observação, negaram-lhe papel e lápis e ela utilizou as próprias fezes para escrever na parede.

Já desde minha tenra adolescência mergulhei no obscuro mundo da psiquiatria. Tive dezenas e dezenas de internações em hospitais gerais e até mesmo alguns manicômios [...]. Tive sorte de encontrar profissionais que me ensinaram a expressar minhas dores sufocadas através da escrita, através da música e, como vês, até atuações despreparadas. Alguns profissionais da área da saúde mental tentaram me calar, deter, conter meu

ser e o meu expressar, foi quando num determinado momento de liberdade de expressão meti minha mão na privada e juntei minhas próprias fezes para aprisionar na parede inspirações que vinham na minha mente já que as enfermeiras me meteram numa S.O e me injetaram por me recusar a tomar uma medicação que eu sabia me fazer mal e não quiseram me alcançar meu lápis e papel que estava debaixo do meu travesseiro em meu leito. (SOL apud GARAVELO, 2016, p. 166).

A relação entre a dor e as palavras permeia também as cartas do hospício. Pierina e Isauro, apesar das contingências, escrevem. Lançados nas garras da solidão, silenciados pelos mecanismos manicomiais, tiveram cada pequeno recanto de suas vidas inflamado pelo estigma da loucura. Contudo, eles se lançam na noite das palavras e escrevem, na expectativa a fazer aparecer alguns lampejos, na tentativa de fazer sobreviverem os vaga-lumes, em meio às trevas em que viviam. (DIDI-HUBERMAN, 2011).

Nas palavras de Pierina:

Pacei tuda a noite escrevendo, tudo oque iscrevi aqui e todas verdade, como verdade que tem o sol e a lua. [...] Acabo porque estou com sono penso que isto sega aqui esta tudo explicado. [...] agora não tenho mas nada no coração, Os Senhores me descurpes pellos erros, porque foi escrita, de toda noite.

As cartas do hospício suscitam uma certa perplexidade pela subversão que provocam no silenciamento ao qual estavam submetidos os loucos. Elas afrontam o projeto de esquecimento, instigando o movimento das engrenagens das relações de poder, incitando uma agonística, produzindo fissuras nos muros do hospício e rompendo com essa condição de silenciamento aterradora.

As cartas de Isauro evidenciam a aflição de um jovem que saiu da casa dos pais, no interior do estado, para trabalhar em Porto Alegre e, num certo dia, se vê preso em um asilo de alienados, sem saber sequer as causas da internação. As epístolas e telegramas que escreveu durante esse tempo parecem atender à urgência de comunicar aos seus amigos e familiares aquilo que lhe ocorria naqueles dias tenebrosos de 1912. Ele formulava hipóteses sobre o porquê dois dos seus colegas de trabalho, João e Jovin, convidaram-lhe para um passeio de automóvel e acabaram o abandonando no São Pedro. Isauro suplicava que lhe tirassem daquele lugar, como pode ser percebido na carta que escreveu a um outro amigo, o Hipólito.

Amigo Hipólito.

Saudações

[...]

O fim desta é pedir-te vires amanhã ate aqui, necessito fallar te urgente, pois deixei pessoas de minha familia doente e estou afflictissimo saber noticias. Não sei com que fim me trouxeram para cá, não estou doido e nem tão pouco doente, como pessoalmente ja te expliquei, vim de casa de meus extremosos pais com o fim de trabalhar [...]

Passei telegramma para meu pae vir, ou mandar meu cunhado afim de eu saber do que se trata a meu respeito. Tu que es idonio, podes ver que não se agarra um cidadão sem mais nem menos e deixa-se numa casa que trata somente de pessoas que soffrem das faculdades mentaes, felizmente nunca soffri. Symplesmente na Santa Casa com quarenta e um graus de febre, variava [...]

Como o amigo tem dado-me inumeras provas de atensões sinseras quero que leves em consideração o que escrevo com o coração cheio de magoas.

Aceitem sauds.  
de teu amigo  
Isauro.

As cartas de Isauro expressam a dor daquele moço cujas palavras foram, por determinado período, desconsideradas e seladas com os atributos da loucura. Ao mesmo tempo, suas palavras deslocam-se como uma possibilidade de insurgência, ao passo que ele empreende uma batalha com as formas de manifestação do saber-poder psiquiátrico, reivindicando a sua “sanidade”. Suas cartas aos médicos antecedem (ao passo que são muito semelhantes em seu propósito) a carta de Antonin Artaud aos Médicos-chefes dos Manicômios, escrita algum tempo depois, em 1925, por esse poeta e ator que também passou alguns anos de sua vida recluso em um asilo de alienados. Isauro, Artaud e tantos outros autores que escrevem a quem “a lei e os costumes concedem o direito de medir o espírito”<sup>37</sup>, tecem críticas contundentes aos modos de tratamento daqueles que são tidos como loucos.

Illmo. Snr Dr Dioclecio Pereira  
e mais membros da directoria H. São Pedro

Saudações affectuosas

Eu abaixo assignado natural d'este estado com vinte annos de idade, venho respeitosamente informar-me de V.as S.as porque motivo fui

<sup>37</sup> Carta aos Médicos-chefes dos manicômios, de Antonin Artaud (1925). Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/89562-antonin-artaud-carta-aos-medicos-chefes-dos-manicomios-1925>. Acessado em: 21 de abril de 2019.

internado n'este Hospício, pois como vossas idoneas pessoas não devem ignorar, eu não estive e nem estou doido e nem tão pouco doente, e se por infeliz sorte estivesse, ainda tenho a casa paterna.

Espero deferimento  
Isauro

Porto Alegre 9 de junho de 1912

Pierina e Isauro são testemunhas dos horrores vividos em um hospício, mas eles escrevem para afirmar a vida, para endereçar-se ao outro, para romper com as amarras que os modos de tratamento da loucura lhes impunham. A escrita é uma experiência que potencializa a vida, pois alarga os sentidos do mundo, podendo ser um “empreendimento de saúde”. (DELEUZE, 1997, p. 14). “Escreve-se sempre para dar a vida, para liberar a vida aí onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga”. (DELEUZE, 1992, p. 176).

### **A quem pertence uma carta?**

O desuso das cartas como meio de comunicação predominante, confere às escritas epistolares um certo ar nostálgico e um invólucro romanesco, tornando-as objeto de interesse de diversos campos do conhecimento, como a literatura, a história, as artes, a psicologia, entre outros. Todavia, não se pode esquecer que as correspondências são resguardadas pelas regras de inviolabilidade e confidencialidade, de modo que as pesquisas com esses materiais não podem esquivar-se de se haver com as prerrogativas que lhe são inerentes, ou seja: o direito à intimidade, à privacidade, à propriedade.

Uma carta é sempre uma partilha, afirmava Lejeune (2008), em um ensaio intitulado “A quem pertence uma carta?”. O autor inicia com uma pequena história sobre alguém que, depois certa hesitação, resolve enviar uma correspondência a um amigo chamado André. Na mensagem, o remetente tece duras críticas a seu destinatário. Entretanto, depois de postada a carta, o personagem arrepende-se do seu feito, mas não pode mais reaver o envelope, pois, uma vez colocada na caixa de correio, a epístola pertence ao destinatário e tomá-la de volta seria roubá-la. Por

vingança, André publica um conjunto de cartas trocadas com o amigo, encorpando a polêmica entre propriedade e privacidade no âmbito das cartas. Na sequência do texto, Lejeune (2008) explicita as várias faces dos escritos epistolares, entendendo a “carta como um objeto” que se endereça e se troca com o outro; a “carta como um gesto de escrita” que pressupõe um autor que goza da propriedade intelectual do conteúdo do escrito; e a “carta como um texto”, que coloca em cena um enredo e, por conseguinte, envolve uma trama entre as três pessoas do discurso (eu/nós, tu/vós e ele/eles); numa carta alguém fala a alguém sobre algo ou alguém.

A tensão entre o público e o privado, tema que nos parece já amplamente debatido no âmbito da Psicologia Social e até mesmo superado, ganha força e se reposiciona quando nos interrogamos a respeito dos usos e da publicação das cartas do hospício. Podem essas cartas, escritas pelos “alienados” do São Pedro aos seus familiares, aos seus amigos ou a qualquer um dos seus mais diversos destinatários, serem publicizadas? Tal atitude não estaria infringindo o direito à intimidade e repetindo, pelo seu avesso, aquilo que denuncia enquanto violência institucional? Foi necessário sustentar essas questões, suportá-las, sem respondê-las apressadamente, sob o risco de deixar escapar um problema importante para a pesquisa.

Após um breve sobrevoo, procurando investigar como outros pesquisadores que trabalham com arquivos epistolares se depararam com essa questão da publicação das cartas, foi possível colecionar algumas histórias sobre os modos diversos que se inventam para lidar com essa problemática. Há aqueles que entendem que o interesse público está acima dos interesses individuais e, por isso, defendem a publicação das missivas sem muitos pudores. Há quem teve suas pesquisas obstruídas pela não autorização da publicação, envolvendo, por vezes, litígios com herdeiros de autores de correspondências que eram objeto de pesquisa.

Pode ser mencionada a famosa controvérsia póstuma que envolve a troca epistolar entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira; este último, após a morte do amigo, publicou algumas de suas cartas a ele endereçadas, mesmo havendo expressas recomendações contrárias: “declaro solenemente e em estado de perfeita razão, que quem algum dia publicar as cartas que possuo ou cartas escritas por mim, seja em que intenção for, é filho da puta, infame, canalha e covarde. Não tem noção da própria e alheia dignidade”. (ANDRADE, 1981 apud RODRIGUES, 2015, p. 224). Consta que Manuel Bandeira fez censuras, omissões e cortes nas

correspondências publicadas do colega de ofício, com o intuito de preservar resíduos de intimidade, sendo que encontrou motivação para fazê-lo na intenção de esclarecer aspectos do pensamento e da obra do seu remetente.

Sigilo, privacidade e inviolabilidade são termos legais, que circunscrevem as correspondências ao campo jurídico. O que está em voga, nesse sentido, é que o signatário possui o direito autoral sobre a carta e o destinatário possui o direito material, ou seja, é o proprietário do suporte onde a epístola foi escrita; ambos estão resguardados pelo direito à intimidade, o que também se estende a terceiros, a quem a carta porventura mencione. No Brasil, as cartas, segundo os juristas, estão amparadas pela Lei dos Direitos Autorais<sup>38</sup>, que, por sua vez, desdobra-se em dois aspectos: por um lado o direito moral, que é perene, inalienável e imprescritível; e, por outro lado, o direito patrimonial, que dá ao autor ou seus herdeiros, o direito de gozar das prerrogativas pecuniárias de sua obra, sendo que a mesma entra em domínio público setenta anos após a sua morte. (VASCONCELOS, 2008; RODRIGUES, 2015).

Para além dos aspectos legais, as cartas, como há pouco dizíamos, exercem um certo fascínio, pois há quem lhes atribua um papel preponderante para o entendimento de determinado período histórico ou para a construção de biografias; ou ainda, tomam-nas como “prototexto”, no âmbito da análise literária, com a finalidade de compreender o percurso criativo de determinados autores na elaboração de sua obra, produzindo um entrecruzamento com aspectos biográficos.

Ainda no que se refere a esse fascínio que os documentos epistolares despertam, há de se perguntar sobre um certo voyeurismo que as cartas propiciam, nesse transbordamento das fronteiras da intimidade, inflamando uma curiosidade por determinadas confissões, confidências e segredinhos que perpassam as tramas de uma vida.

Em oposição a essa forma de esquadramento da verdade dos pormenores biográficos do autor-indivíduo, estão as elaborações de Foucault (2013) e Barthes (2012a) a respeito da noção de autor. Para eles, ideia de autor/indivíduo se apoia ontologicamente nas dimensões identitárias, essencialistas e totalizantes do indivíduo, de maneira que propõem um deslocamento do modo psicologizante/individualizante de concepção da autoria. O sujeito autor, nessa

---

<sup>38</sup> Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm).

perspectiva, estaria isento de uma implicação substancial, constituindo-se como um lugar vazio, onde o que ele exerce não é nada mais do que uma função ou uma posição que o indivíduo ocupa no acontecimento da linguagem, no ato da enunciação. Essas formulações lançam a discursividade em uma zona neutra e impessoal, como os personagens de Samuel Beckett.

Agamben (2007; 2008) faz uma importante intervenção nessa tese da “morte do autor”, quando evoca as implicações éticas dessa dessubjetivação radical. Ele retoma a frase de Beckett: “o que importa quem fala, alguém disse, o que importa quem fala”; a qual fora mencionada por Foucault (2013, p. 267) na conferência “O que é um autor”. Ao fazê-lo, Agamben (2007, p. 49) pontua a contradição que habita essa frase, pois, necessariamente, há “um alguém”, mesmo que anônimo, que proferiu o enunciado.

[...] alguém sem o qual a tese, que nega a importância de quem fala, não teria podido ser formulada. O mesmo gesto que nega qualquer relevância à identidade do autor afirma, no entanto, a sua irreduzível necessidade. (AGAMBEN, 2007, p. 49).

Autoria e pertencimento são aspectos com os quais nos deparamos no trabalho com as cartas do hospício. Publicá-las ou não? Tendo em vista que não foram escritas para esse fim; considerando que não há qualquer possibilidade de buscar o consentimento dos seus autores para isso. Pode-se utilizar o nome dos autores, dos destinatários e dos personagens do enredo? Isso fere o direito à privacidade? Sabe-se que as normativas da ética em pesquisa preveem o anonimato e a não identificação dos participantes; no entanto, neste caso, o que se coloca, justamente, é a condição de anonimato a que foram relegados esses escritores. Por outro lado, insistir numa certa “nomeação” dos escritores das cartas não seria cair nas armadilhas da biografia e suas ratificações do autor-indivíduo?

O encontro com as cartas do hospício suscitou todas essas interrogações, cuja recalitrância se impôs cada vez que procurávamos reunir as pistas para a composição de um percurso metodológico, cada vez que pretendíamos encontrar modos de abordar esse objeto que encontramos. Entendemos que tais questionamentos não podiam se restringir ao âmbito moral, que teria a tendência de resolver o dilema com respostas que claudicam entre o certo e o errado. Tal

encontro tangencia o campo da ética, que preconiza a pergunta “o que fazer diante do encontro com essas cartas que não foram enviadas?”

**Posta-Restante**

**Pos.ta-res.tan.te** [s.f.]. Lugar onde ficam, no correio, cartas, pacotes, etc., até serem reclamados.<sup>39</sup>

Há certos textos cuja leitura desacomoda, inquieta e provoca. São textos que mobilizam o desejo de escrever (BARTHES, 2012b).

O encontro inesperado com as cartas do hospício instigou em nós esse desejo. O desejo de escrever sobre esses escritos que não alcançaram o seu destino e que não percorreram os caminhos previstos pelos seus remetentes. Fomos acometidos por uma vontade irrevogável de escrever sobre essas cartas que não encontraram descanso no regaço dos seus destinatários; que não testemunharam a alegria, as lágrimas, o contentamento, a vergonha ou o desprezo que poderiam ter produzido naqueles a quem se endereçavam. Antes disso, caíram na posta-restante; esquecidas no arquivo histórico, tais cartas ficaram à espera, à espreita de que alguém lhes reclamasse a existência.

O encontro com esses documentos centenários causou-nos assombro, perplexidade e um certo deslumbramento. Sentimo-nos como alguém que andava distraído na beira da praia e tropeça em uma daquelas mensagens lançadas ao mar dentro de uma garrafa. Os remetentes eram naufragos de uma nau de loucos.

Ao redigir uma missiva, o autor estabelece, inevitavelmente, uma relação com seu interlocutor, pois uma “carta prepara, de certa forma, um face a face”. (FOUCAULT, 2004, p. 156), ela instaura uma forma da presença de um para o outro. O escritor escolhe as palavras, antecipa as reações do seu leitor, antevê os efeitos do seu texto no momento em que for lido. Barthes (2012b) afirma que um escritor, ao escrever, deseja o seu leitor; há um pedido de “ame-me” contido em toda a escritura.

---

<sup>39</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

Essa demanda de amor, subjacente nas cartas do hospício, é manifesta nos mais triviais pedidos e nos corriqueiros assuntos que são tratados. Nas epístolas, os autores solicitam algo aos seus destinatários, querem ser visitados, querem ser acolhidos; expressam seus anseios, seus temores, suas revoltas. Suplicam que os libertem da clausura que lhes foi impetrada. Há nessas cartas um murmúrio a ser escutado.

As cartas comovem porque são palavras que ficaram à deriva; palavras que ficaram soterradas entre escombros... Parafraseando a música de Chico Buarque (1993), as cartas são como as palavras de um amor não correspondido, palavras que ficaram guardadas num fundo de armário, esquecidas numa cidade submersa, à espera de que, talvez, algum dia, algum escafandrista as encontrasse.

O que podemos saber sobre esses sujeitos tidos como alienados, normalmente, são algumas poucas palavras de alguém que por algum motivo escreve sobre eles alguns minúsculos registros, algumas linhas apressadas. As cartas, diferente disso, falam em primeira voz e testemunham os horrores da clausura. As cartas provocam o imperativo do silêncio a que foram submetidos os seus autores, inaugurando uma possibilidade de insurgência. Elas saltam aos olhos no arquivo como um pequeno lampejo e ecoam como um grito dilacerante.

Apesar das contingências, Pierina e Isauro escrevem. Falam, apesar de serem contados entre aqueles a quem ninguém queria ouvir. Suas palavras procuram acender pequenas candeias na adensada noite em que viveram.

A noite, entretanto, persiste...

A insistência da noite impõe a necessidade da lembrança e exorta quanto aos perigos do esquecimento. Lutar contra o esquecimento torna-se imprescindível, pois quando negligenciamos o passado, o presente é colocado em risco. Omitir-se perante a tarefa de elaboração do passado faz com que as mazelas históricas invadam o presente com sua força impetuosa, repetindo-se indiscriminadamente. Somos assombrados pelos fantasmas do passado e os tempos sombrios que estamos vivendo evidenciam isso. O recalçamento da memória e a denegação das nossas mazelas alimentam um obscurantismo perverso que relativiza o mal de forma vil e cruel. Nesse cenário, as estratégias de silenciamento se avolumam e a memória dos que sofreram as agruras de outros tempos é tripudiada. Lembrar-se do passado, neste caso, é intervir no presente; é fazer acender uma centelha de esperança. (BENJAMIN, 1987; GAGNEBIN, 2009).

Na abordagem que fizemos das cartas do hospício, não tivemos qualquer pretensão de julgar se o conteúdo das cartas correspondia à verdade ou se eram produções delirantes daqueles que as escreveram. Além disso, evitamos as interpretações e as tentativas de estabelecer o que os autores quiseram dizer. Esquivamo-nos o máximo que pudemos da audácia de falar por ou no lugar daqueles que foram silenciados. Como um pesquisador-testemunha, ou como um carteiro, nossa intenção era levar essas mensagens adiante, como num revezamento (GAGNEBIN, 2009), fazer desta tese um envelope para essas cartas.

Registradas neste envelope estão nossas “anotações da pesquisa”. Desenhamos os caminhos que trilhamos a partir do encontro com as cartas; nossas formulações conceituais sobre a memória e o esquecimento; sobre o arquivo e sobre a escritura; nossas estratégias metodológicas; os pressupostos éticos, políticos e epistemológicos que nos orientaram. Na parte central da tese, entretanto, encontram-se, envolvidas neste invólucro, as cartas de Pierina e Isauro, que estão ávidas para serem lidas pelos leitores que as desejarem, por aqueles que quiserem se fazer destinatários delas.

# Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício; Cemitério dos vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BARROS, Manuel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Crítica e verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Da leitura. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

\_\_\_\_\_. Escrever a leitura. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012c.

\_\_\_\_\_. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas III).

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas I).

\_\_\_\_\_. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. **A escritura do intervalo**: a poética epistolar de Antônio Vieira. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

BEVERIDGE, Allan. Voices of the mad: patients' letters from the Royal Edinburgh Asylum, 1873-1908. **Psychological Medicine**, Cambridge University Press, 27, 1997.

BORGES, Jorge Luis. Funes, el memorioso. In: **Obras completas de Jorge Luis Borges**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974.

BRUM, Eliane. Prefácio – os loucos somos nós. In: ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**: genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BUARQUE, Chico. Futuros amantes. In: PARATODOS. 1993. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fuk4TNV0Nww&list=RDfuk4TNV0Nww&start\\_radio=1&t=14](https://www.youtube.com/watch?v=fuk4TNV0Nww&list=RDfuk4TNV0Nww&start_radio=1&t=14)

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel, Dominus**. São Paulo, 1963. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>

CELAN, Paul. **Sete rosas mais tarde**: antologia poética. Lisboa: Cotovia, 1996.

CENTENO, Y. K. Paul Celan: o sentido e o tempo. In: CELAN, Paul. **Sete rosas mais tarde**: antologia poética. Lisboa: Cotovia, 1996.

CERVANTES, Miguel de. **Don Quijote de La Mancha**. Madrid: Real Academia Española, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1989.

CRISTICCHI, Simone. Ti regalerò una rosa. In: DALL'ALTRA PARTE DEL CANCELLO. 2007. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=x8RiA5ZRKMs&list=RDx8RiA5ZRKMs&start\\_radio=1&t=51](https://www.youtube.com/watch?v=x8RiA5ZRKMs&list=RDx8RiA5ZRKMs&start_radio=1&t=51).

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

\_\_\_\_\_. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2011.

\_\_\_\_\_. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos e o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FARGE, Arlette. **Le goût de l'archive**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

FONSECA, Tania Mara Galli; CARDOSO FILHO, Carlos Antonio; RESENDE, Mário Ferreira. Apresentação. In: FONSECA, Tania Mara Galli; CARDOSO FILHO, Carlos Antonio; RESENDE, Mário Ferreira. (Orgs.). **Testemunhos da infâmia**: rumores do arquivo. Porto Alegre: Sulina, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e escritos V).

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. (Ditos e escritos IV).

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2011a.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Ditos e escritos IV).

\_\_\_\_\_. **História da loucura**: na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a.

\_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973 – 1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

\_\_\_\_\_. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Ditos e escritos III).

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b.

\_\_\_\_\_. Préface [Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique – 1961]. In: Foucault, Michel. **Dits et écrits I**. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. Prefácio – O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista (1977). In: **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos VI).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011b.

FREI BETTO. **Cartas da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

FREUD, Sigmund. Técnica de la psicoanálisis: recuerdo, repetición y elaboración. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Traducción del alemán por Luis López Ballesteros y de Torres. Buenos Aires: Santiago Rueda Editor, 1953.v.14.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

\_\_\_\_\_. Palavras para Hurbinek. In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Orgs.). **Catástrofe e representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio – Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas: v. 1).

GALVÃO, Walnice Nogueira. A margem da carta. **Teresa: revista de literatura brasileira**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, nº 8/9, Ed. 34, 2008.

GARAVELO, Leonardo Martins Costa. **Uma clínica da escrita: experimentações ateliais**. Tese. (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas chilenas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Atena Editora, 2009. *E-book*. Disponível em:<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/odisseiap.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

HUERTAS, Rafael. Another history for another psychiatry: the patient's view. **Culture & History Digital Journal**, v. 2, n. 1, jun. 2013.

II EPÍSTOLA de Paulo a Timóteo. In: **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição contemporânea. São Paulo: Editora Vida, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

KNIJNIK, Luciana. **Caligrafias da prisão**: a palavra que resta, se resta, ao homem confinado na noite sem fim. Tese. (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

LAVÍN, Angélica. **Cartas desde la Casa de Orates**. Santiago de Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACIEL, Maria Esther. A enciclopédia de Arthur Bispo do Rosário. **Outra travessia**, Florianópolis, n. 7, p. 117-124, jan. 2008.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários**: teorias, histórias, desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MEZAN, Renato. As cartas de Freud. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

MURAT, Laure. **O homem que se achava Napoleão**: por uma história política da loucura. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

NEUBARTH, Bárbara. Lá no São Pedro. In: FONSECA, Tania Mara Galli; BRITES, Blanca. (Orgs.). **Eu sou você**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

O CARTEIRO e o poeta (Il Postino). Dirigido por Michael Radford, 1994. (109 min), son., color.

O FABULOSO destino de Amélie Poulain (Le fabuleux destin d'Amélie Poulain). Dirigido por Jean-Pierre Jeunet. Lumière, 2001. DVD (120 min), son., color.

OLIVEIRA, Mariana Camilo de. “**A dor dorme com as palavras**”: a poesia de Paul Celan nos territórios do indizível e da catástrofe. Dissertação. (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2008.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Pinel – a mania, o tratamento moral e os inícios da psiquiatria contemporânea. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 7, n. 3, set, 2004.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Com Roland Barthes**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. **Fedro ou da beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

RODRIGUES, Leandro Garcia. Afinal, a quem pertence uma carta?. **Letrônica**: revista digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Porto Alegre, v. 8, n 1, 2015.

REVEL, Judith. **Le vocabulaire de Foucault**. Paris: Elipses Édition, 2002.

QORPO SANTO, Jozé Joaquim de Qampos Leão. **Ensiqlopédia**: ou seis mezes de huma enfermidade! Porto Alegre: Tipografia Qorpo Santo, 1877a. (Volume 1: poesia e proza). Disponível em: <http://biblioteca.pucrs.br/acervos/colecoes-na-biblioteca/acervos-especiais/qorpo-santo/>

\_\_\_\_\_. **Ensiqlopédia**: ou seis mezes de huma enfermidade! Porto Alegre: Tipografia Qorpo Santo, 1877b. (Volume 7: A saúde e a justiça). Disponível em: <http://biblioteca.pucrs.br/acervos/colecoes-na-biblioteca/acervos-especiais/qorpo-santo/>

\_\_\_\_\_. **Ensiqlopédia**: ou seis mezes de huma enfermidade! Porto Alegre: Tipografia Qorpo Santo, 1877c. (Volume 8: Micelania Quirioza). Disponível em: <http://biblioteca.pucrs.br/acervos/colecoes-na-biblioteca/acervos-especiais/qorpo-santo/>

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Record, 1986.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RÍOS, Andrés. Locos letrados frente a la psiquiatria mexicana a inicios del siglo XX. **Frenia**, v.4, n.2, 2004, p.17-35.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

ROQUETTE, J.I. **Codigo do bom tom ou régras da civilidade e de bem viver no XIX seculo**. Paris: Livreiros de Suas Majestades o Imperador do Brazil e El-Rei de Portugal, 1875.

RUIZ, Castor Bartolomé. A testemunha e a memória: o paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 2, 2012.

SANTOS, Nádía Maria Weber. **História de sensibilidades**: espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937). Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. **Narrativas da loucura e história de sensibilidades**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Arthur Bispo do Rosário: a arte de ‘enlouquecer’ os signos. **Artefilosofia**, Ouro Preto, nº 3, julho de 2007.

\_\_\_\_\_. Prefácio – infâmia, vergonha: testemunhos para além do arquivo. In: FONSECA, Tania Mara Galli; CARDOSO FILHO, Carlos Antônio; RESENDE, Mário Ferreira. (Orgs.). **Testemunhos da infâmia**: rumores do arquivo. Porto Alegre: Sulina, 2014.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 30, dez. 2005.

SERPA JR., Octávio Domont de. O degenerado. **História, ciências, saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol.17, supl.2, Dez., 2010. [Hospício e psiquiatria na Primeira República: diagnósticos em perspectiva histórica].

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TREVIZANI, Tiago Marcelo. **Camisa de força para menores**: a patologização de crianças e adolescentes (Hospício São Pedro, 1884-1929). Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

VASCONCELOS, Eliane. Intimidade das confidências. **Teresa**: revista de literatura brasileira. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, nº 8/9, Ed. 34, 2008.

VILLASANTE, Olga, VÁZQUEZ DE LA TORRE, Paloma, CONSEGLIERI, Ana, HUERTAS, Rafael. Letras retenidas. Experiencias de internamiento en las cartas de los pacientes del Manicomio de Santa Isabel de Leganés, Madrid (1900 – 1950). **Culturas Psi**, Argentina, 06, mar. 2016.

WADI, Yonissa Marmitt. A história de Pierina e as interpretações sobre processos de sofrimento, perturbação e loucura (RS/Brasil, século XX). **Horizontes**. Bragança Paulista, v. 21, 2003.

\_\_\_\_\_. “Entre muros”: os loucos contam o hospício. **Topoi (Rio de Janeiro)**. Rio de Janeiro, nº 22, v. 12, 2011.

\_\_\_\_\_. **Palácio para guardar doidos**: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

WEINRICH, Harald. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

# índice de imagens

Imagem 1 – Pena, papel e tinta <sup>40</sup> .....	05
Imagem 2 – O Hospício São Pedro [1904] .....	20
Imagem 3 – O Hospício São Pedro – Cartão Postal [1910].....	21
Imagem 4 – Lembranças de Pierina para Bernadete.....	25
Imagem 5 – Camadas do arquivo.....	47
Imagem 6 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.....	49
Imagem 7 – Carta da Chefatura de Polícia ao Diretor do Hospício São Pedro com o pedido de admissão de um alienado [1904].....	52
Imagem 8 – Carta de um médico solicitando internação no Hospício [1909].....	52
Imagem 9 – Manto de apresentação. Arthur Bispo do Rosário.....	58
Imagem 10 – Talheres. Arthur Bispo do Rosário.....	58
Imagem 11 – Álbum de fotografias de Nino Quincampoix.....	59
Imagem 12 – O carteiro <sup>41</sup> .....	89
Imagem 13 – Carta de Pierina para sua mãe.....	91
Imagem 14 – Carta de Pierina para a “Infermeira” Bernadete (verso).....	93
Imagem 15 – Carta de Pierina para a “Infermeira” Bernadete (anverso).....	94
Imagem 16 – Carta de Pierina ao cunhado.....	95
Imagem 17 – Carta de Pierina ao Senhor Juiz (página 1).....	96
Imagem 18 – Carta de Pierina ao Senhor Juiz (página 2 ) .....	98
Imagem 19 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 1).....	100

<sup>40</sup> Fonte: imagem produzida pelo autor.

<sup>41</sup> Fonte: imagem produzida pelo autor, a partir do filme “O carteiro e o poeta”. (O CARTEIRO..., 1994).

Imagem 20 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 2).....	102
Imagem 21 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 3).....	104
Imagem 22 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 4).....	106
Imagem 23 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 5).....	108
Imagem 24 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 6).....	110
Imagem 25 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 7).....	112
Imagem 26 – Carta de Pierina aos Senhores Dottores (página 8).....	114
Imagem 27 – Carta de Isauro ao João Luiz e Jovin (verso).....	116
Imagem 28 – Carta de Isauro ao João Luiz e Jovin (página 1).....	117
Imagem 29 – Carta de Isauro ao João Luiz e Jovin (página 2).....	119
Imagem 30 – Carta de Isauro ao João Luiz e Jovin (página 3).....	121
Imagem 31 – Carta de Isauro aos médicos (página 1).....	123
Imagem 32 – Carta de Isauro aos médicos (página 2).....	125
Imagem 33 – Carta de Isauro aos médicos (página 3).....	127
Imagem 34 – Carta de Isauro ao primo.....	129
Imagem 35 – Bilhete de Isauro ao amigo Mario.....	131
Imagem 36 – Bilhete de Isauro ao amigo João.....	132
Imagem 37 – Carta de Isauro ao amigo Hipólito (página 1).....	134
Imagem 38 – Carta de Isauro ao amigo Hipólito (página 2).....	136
Imagem 39 – Requerimento de Isauro aos médicos (verso).....	138
Imagem 40 – Requerimento de Isauro aos médicos (anverso).....	139
Imagem 41 – Carta de Isauro ao João Luiz e Jovin (verso).....	141
Imagem 42 – Carta de Isauro ao João Luiz e Jovin (anverso).....	142
Imagem 43 – Carta de Isauro aos pais (página 1).....	144
Imagem 44 – Carta de Isauro aos pais (página 2).....	146
Imagem 45 – Bilhete de Isauro ao João e Jovin.....	148
Imagem 46 – Bilhete de Isauro ao Sr. Pereira, Administrador do Hospício.....	150
Imagem 47 – Carta de Isauro ao João e Jovin.....	152